



MANUAL OPERACIONAL DO PROJETO

PROJETO PIAUÍ: PILARES DE CRESCIMENTO E
INCLUSÃO SOCIAL



REVISADO EM JUNHO DE 2018

TERESINA - PIAUÍ

Sumário

Sumário	2
APRESENTAÇÃO.....	4
I. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO.....	5
1. O PROJETO PIAUÍ: PILARES DE CRESCIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.....	5
1.1. Descrição Geral do Projeto.....	5
1.2. Objetivos	5
1.3. Valores estimados.....	7
1.4. Prazo de Execução	8
1.5. Beneficiários.....	8
1.6. Estrutura de Abordagem	8
1.6.1. Componente 1 – Implementação dos EEPs na Educação Pública de Ensino Médio, Doenças Crônicas, Recursos Hídricos, Regularização Fundiária e Cadeias Produtivas no Meio Rural.....	9
1.6.2. Componente 2 – Prestação de Assistência Técnica para fortalecimento da gestão pública do mutuário.	11
II. ARRANJOS E ESTRUTURA DO PROJETO	13
2. ARRANJO DE EXECUÇÃO DO PROJETO	13
2.1. Coordenação do Projeto.....	13
2.2. Executores do Projeto.....	14
2.3. Responsabilidades das Secretarias Implementadoras	15
2.4. Interação entre as Secretarias Implementadoras	16
III. ARRANJOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO.....	17
3.1. Unidade de Gerenciamento do Projeto:	17
3.2. Atribuições dos Membros da UGP	19
3.3. Comitê Consultivo do Projeto:	21
3.4. Monitoramento do Projeto	23
3.4.1. Indicadores de Resultados, Indicadores Intermediários e Indicadores de Desembolso	23
Quadro 1: Quadro de Resultados e Monitoramento	24
IV. GESTÃO FINANCEIRA DO PROJETO	44

4. MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO	44
4.1. Sistema Integrado de Administração Financeira para os Estados e Municípios (SIAFE)	44
4.1.2 Contabilidade e Registro	45
4.2 Fluxo de Fundos e Arranjos de Desembolso	45
4.2.1 Fluxos e Arranjos de Desembolso para a Categoria 1 – SWAp	45
4.2.2 Fluxos e Arranjos de Desembolso para a Categoria de Gastos 2	48
4.3 Elaboração do orçamento, execução e contabilidade	49
4.3.1 Execução Orçamentária	50
4.3.2 Modelo de Orçamento do Estado e do Projeto	52
4.3.3 Execução Financeira	53
4.3.4 Auditoria Externa	54
4.3.5 Outros Procedimentos Administrativos, Financeiros e Instrumentos Operacionais	54
V. ARRANJOS DE AQUISIÇÃO DO PROJETO	58
5. Arranjos para Aquisições	58
VI. SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	64
5.1 Marco de Gestão Ambiental	64
5.2 Marco de Política para o Reassentamento Involuntário	64
ANEXOS	65
I – PLANO DE AÇÃO COMPONENTE 1	66
II – PLANO DE AÇÃO COMPONENTE 2	117
III – MODELO DE RELATÓRIO FINANCEIRO INTERMEDIÁRIO	156
IV – TERMOS DE REFERÊNCIAS	156

APRESENTAÇÃO

O Manual Operacional do Projeto (MOP) Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão social – SWAp apresenta informações básicas para a orientação das Secretarias Implementadoras (SI) do projeto em sua atuação para o alcance dos objetivos firmados no âmbito do Acordo de Empréstimo entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial e o Governo do Estado do Piauí.

Desta forma, o manual servirá de guia geral aos responsáveis pela realização de várias atividades necessárias à implementação do projeto e contém:

- Caracterização do projeto e suas especificidades;
- As funções e responsabilidades dos envolvidos no projeto em termos de gestão, coordenação, monitoramento e avaliação das diversas atividades;
- Os procedimentos gerenciais a serem utilizados pelas SI, pela coordenadora do projeto e pelos seus beneficiários;
- Os procedimentos de seleção e contratação aplicáveis na aquisição de bens, serviços e consultoria requeridos no âmbito do projeto, inclusive regras para consulta prévia ao Banco Mundial em função dos montantes de aquisições e contratações; e
- Os termos, condições e modelos padrão de relatórios e editais a serem adotados no desenvolvimento do projeto.

Para tanto o MOP é composto de quatro seções distintas, a saber: (i) Caracterização do Projeto, onde se encontra a especificação e o detalhamento dos componentes do mesmo; (ii) Arranjo Institucional, que identifica a estrutura organizacional utilizada para conduzir a implementação do projeto; (iii) Gestão do Projeto, aqui estarão descritas as condições para desembolso, os procedimentos para gestão financeira do projeto e os arranjos a serem adotados nas aquisições para o bom desenvolvimento deste; e (IV) Anexos, onde estarão apresentados os documentos específicos requeridos e/ou utilizados em sua gestão.

A partir da execução do projeto, e de acordo com os processos de avaliação da sua implementação ou, ainda, com base em sugestões porventura apresentadas, algumas informações contidas neste MOP podem sofrer um processo de atualização. Identificada a defasagem da informação, a Secretaria do Planejamento (SEPLAN) uma vez ouvido o Banco Mundial, providenciará as devidas alterações procedendo à distribuição das versões então atualizadas a todos os usuários deste manual. Assim sendo, as sugestões de atualização devem ser remetidas à SEPLAN sendo que o acatamento das mesmas dependerá da respectiva coerência com os objetivos delineados para o projeto, da manutenção dos indicadores de resultado e do objeto do Acordo de Empréstimo além da prévia concordância do Banco Mundial.



I. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

1. O PROJETO PIAUÍ: PILARES DE CRESCIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

1.1. Descrição Geral do Projeto

O projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social é um projeto do Governo do Estado do Piauí que contará com o apoio do Banco Mundial através de uma operação de Crédito com Abordagem Setorial Ampla (do inglês, Sector Wide Approach Program – SWAp) que englobará ações nas áreas de regularização fundiária, recursos hídricos, geração de renda no meio rural, educação e saúde. Há ainda ações incluídas em uma modalidade de empréstimo tradicional chamado de Assistência técnica que apoiará a modernização do setor público estadual.

O projeto será executado no âmbito de sete secretarias e um instituto estadual, a saber: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR, Secretaria da Educação e Cultura – SEDUC, Secretaria da Saúde – SESAPI, Secretaria do Planejamento – SEPLAN, Secretaria da Fazenda – SEFAZ, Secretaria da Administração – SEAD e Instituto de Terras do Piauí – INTERPI e estará dividido nos seguintes componentes:

- a. **Componente 1:** apoia programas constantes nos PPAs 2012 – 2015 e 2016 – 2019 e na Lei Orçamentária Anual (LOA) dos órgãos envolvidos na operação. Estes programas são previamente acordados com o Banco Mundial e são conhecidos como Programas de Despesas Elegíveis (do inglês *Eligible Expenditure Programs – EEP*), são também vinculados a indicadores de desempenho que juntos são condições para liberação dos recursos do empréstimo;
- b. **Componente 2:** proverá assistência técnica para o fortalecimento e a modernização da gestão pública estadual em setores prioritários. O desembolso é feito como uma operação de empréstimo tradicional.

1.2. Objetivos

Objetivo Geral

O Projeto tem por objetivo apoiar o Governo do Estado do Piauí na implementação de políticas de desenvolvimento humano e social, garantindo a consolidação e ampliação das ações governamentais em áreas prioritárias como educação, saúde, inclusão produtiva no meio rural e melhoria da gestão pública.

Seu objetivo é (i) reduzir a evasão escolar nas escolas de ensino médio, (ii) Melhorar o acesso a diagnósticos e tratamento de pacientes com doenças crônicas, (iii) expandir o cadastro de fontes e usuários de recursos hídricos, (iv) expandir a regularização fundiária e (v) aumentar a participação de mulheres e quilombolas na geração de renda no meio rural.

Objetivos Específicos

Componente 1 – Aumentar o impacto da Prestação de Serviços nas Áreas de Desenvolvimento Rural, Educação do Ensino Médio Estadual e Saúde para Doenças Crônicas

- Reduzir a evasão escolar nas escolas de ensino médio
- Melhorar o acesso a diagnósticos e tratamento de pacientes com doenças crônicas
- Expandir o cadastro de fontes e usuários de recursos hídricos
- Expandir a regularização fundiária
- Aumentar a participação de mulheres e quilombolas na geração de renda no meio rural

Componente 2 - Gestão Pública mais Eficiente e Eficaz através de Assistência Técnica

- **Modernizar a gestão das despesas e investimentos no setor público**
 - Integrar planejamento, monitoramento e avaliação em um único sistema.
 - Expansão do escopo e cobertura do acompanhamento dos programas de investimento
 - Implementar a gestão financeira e processos de auditoria simplificadas
 - Padronizar os processos de custeio e aquisições
- **Construir capacidade estadual para a gestão de Recursos Hídricos, gestão de terras e desenvolvimento rural**
 - Expansão da capacidade da Gestão de Recursos Hídricos através de estudos, treinamentos e equipamentos;
 - Criação do Centro de Geotecnologias Fundiária e Ambiental do Piauí – CGEO
 - Assegurar pessoal e equipamento adequado, assim como estudos e conferências para a regularização fundiária;
 - Sistema de registros estaduais para cartórios;
 - Criação de um sistema computadorizado de monitoramento e gestão para o PROGERE II e
 - Promover orientação a pequenos produtores rurais beneficiados pelo PROGERE II
- **Apoiar a formulação de políticas em educação, saúde, gênero e engajamento social**
 - Implementar um estudo de impacto, entre outros estudos, consultorias e sistema de monitoramento para apoiar os investimentos em educação



- Elaboração de um Plano Estadual de Regulação da Saúde
- Realização de um diagnóstico socioeconômico e avaliação dos desafios de gênero no estado
- Melhorar os procedimentos da ouvidoria estadual e assegurar a capacidade adequada capacidade e equipamentos para atender as necessidades dos cidadãos.

1.3. Valores estimados

O valor total do Projeto é o equivalente a US\$ 1.150.629.592 (Um bilhão, cento e cinquenta milhões seiscientos e vinte e nove mil quinhentos e noventa e dois dólares americanos). A parte relativa ao empréstimo é de US\$ 120,000,000.00 (cento e vinte milhões de dólares americanos) dos quais US\$ 105,000,000.00 (cento e cinco milhões de dólares americanos) serão aplicados no componente 1 e US\$ 15,000,000.00 (quinze milhões de dólares americanos) serão destinados ao componente 2 – Assistência Técnica.

Abaixo apresentamos a síntese da alocação dos recursos do projeto:

Tabela 1 - Custos do Projeto e Financiamento

Valores em US\$ 1,00

Componente	Custo do Projeto	Financiamento do Banco Mundial	% de Financiamento
1. Componente 1	1.135.329.592	105,000,000	9,2%*
2. Componente 2	15,000,000	15,000,000	100%
Total de custos de linha-base	1.150.329.592		
Contingências físicas			
Contingências de preço			
Total de custos do Projeto	1.150.329.592	120.000.000	10,4%
<i>Front-End Fee**</i>	300,000		
TOTAL	1.150.629.592***	120.000.000	10,4%

Observações:

* O percentual de financiamento desta Tabela é baseado na razão entre o valor do financiamento do BIRD e o custo do Componente 1 do Projeto. Dadas as características do SWAp, um percentual de financiamento de até 30% foi acordado para a categoria de desembolso EEP (Componente 1 do Projeto).

** De acordo com a opção financeira do Estado do Piauí, a *front end fee* (US\$300.000) será paga com recursos próprios do Estado e não com recursos do Empréstimo.

*** O custo total do Projeto foi calculado com base nos valores orçados dos EEP para o período 2014-2019, acrescido do valor financiado pelo Banco. Os valores orçados anuais foram baseados na LOA2016 e, para o período 2017-2019 valores foram projetados considerando uma taxa de inflação de 5% ao ano.

Taxa de câmbio de US\$1 = R\$3,9 (de 15/09/2015- fonte: Banco Central do Brasil).

1.4. Prazo de Execução

O prazo de execução deste projeto é de quatro anos, compreendendo o período de 2016 a 2020.

1.5. Beneficiários

O projeto beneficiará toda a população do estado.

1.6. Estrutura de Abordagem

O projeto está dividido em dois componentes, conforme explicado anteriormente, no primeiro que diz respeito ao apoio ao PPA estadual nos setores indicados e o segundo à modernização da gestão pública como forma de assistência técnica que detalharemos a seguir:



1.6.1. Componente 1 – Implementação dos EEPs na Educação Pública de Ensino Médio, Doenças Crônicas, Recursos Hídricos, Regularização Fundiária e Cadeias Produtivas no Meio Rural

Este componente está dividido em cinco subcomponentes que estão descritos a seguir:

Subcomponente 1.1: Melhorar a retenção do aluno de ensino médio na rede pública estadual

Este subcomponente Apresenta um pacote destinado a diminuir a evasão escolar no ensino secundário do Estado, com o oferecimento de mais e melhores oportunidades de aprendizagem e incentivos para os jovens. Isso será feito através das seguintes ações: (i) implantação de um programa de incentivo financeiro para os alunos do ensino médio nos municípios-alvo; (ii) expansão do modelo de escola de tempo integral (iii) expansão das três modalidades existentes de ensino médio no estado; (iv) expansão e melhoria do ensino à distância e (v) o reestabelecimento da avaliação do aluno da escola pública estadual. Esta abordagem quintupla é consistente com a estratégia de educação do Governo do Piauí e com engajamentos anteriores do Banco no Estado.

Subcomponente 1.2: Ampliar o Acesso à Saúde para Pacientes com Doenças Crônicas

Este subcomponente propõe a redução das hospitalizações e mortes prematuras por doenças crônicas através da expansão do acesso à saúde com a construção cinco de Centros Especializados para Doenças Crônicas. Tais centros focariam na redução da morbidade e mortalidade associadas ao câncer, a hipertensão e ao diabetes e estarão localizados em cinco municípios centrais, distribuídos uniformemente pelo Estado. O Projeto, portanto, financiará as seguintes ações: (i) a montagem e equipagem de cinco centros saúde para doenças crônicas; (ii) o desenvolvimento e implementação de protocolos estaduais de regulação médica

Subcomponente 1.3: Expansão do Registro de Usuários de Recursos Hídricos no Estado

Este subcomponente apoiará a SEMAR na expansão do alcance e do âmbito das capacidades do Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos (CERH), política aprovada através da Lei Estadual 6.474/2013, que exige o registro de todos os usuários de recursos hídricos do estado de modo a melhorar a alocação dos direitos de uso da água. Este processo será desenvolvido através das seguintes ações: (i) a concepção e execução de campanhas de registro de usuários de águas subterrâneas, incluindo a educação, divulgação, apoio aos pequenos agricultores para acessar a plataforma na internet e verificação das informações carregadas no CNRH por análise documental e visitas de campo; e (ii) reforço da capacidade da SEMAR para analisar a outorga de uso da água e supervisionar os usuários de água do estado do Piauí.

Subcomponente 1.4: Fortalecimento dos Direitos de Propriedade de Terras



Realização de ações destinadas a apoiar a implementação do programa de regularização fundiária do Estado e o estabelecimento de um sistema de registro de imóvel mais confiável, transparente e eficiente através do: (i) o fortalecimento e modernização do INTERPI; (ii) identificação, demarcação e registro de terras do Estado; (iii) a regularização fundiária de assentamentos de reforma agrária do INTERPI; (iv) regularização fundiária dos territórios quilombolas; e (v) operacionalização Núcleo de Regularização Fundiária da Corregedoria Geral de Justiça.

Subcomponente 1.5: Fortalecimento da participação das mulheres pobres e de comunidades quilombolas em cadeias produtivas rurais

Realização de programas destinados a aumentar a participação de mulheres pobres e comunidades quilombolas nas cadeias produtivas através de: (i) criação de diversificação orientada para o mercado através de cadeias produtivas agrícolas e não agrícolas, a promoção de práticas ambientalmente sustentáveis e orientar os agricultores pobres, especialmente mulheres e comunidades quilombolas; e (ii) o reforço das capacidades de assistência técnica e gerencial, bem como sobre a organização institucional e logística.

1.6.2. Componente 2 – Prestação de Assistência Técnica para fortalecimento da gestão pública do mutuário.

Este componente fornecerá assistência técnica à gestão pública do Governo do Piauí para melhorar sua capacidade para implementar os programas descritos no Componente 1, aumentando assim o impacto da prestação de serviços nas áreas de desenvolvimento rural, ensino médio estadual e atenção à saúde para doenças crônicas, fornecendo os fundamentos empíricos para futuras reformas nas políticas públicas e melhorias na prestação de serviços conforme subcomponentes seguintes:

Subcomponente 2.1: Modernizar as despesas e gestão de investimentos no setor público

Prestar assistência técnica para modernizar as práticas de despesas e gestão de investimentos no setor público nas seguintes áreas: (i) integrar o planejamento, monitoramento e avaliação em um único sistema baseado em resultados; (ii) a ampliação do âmbito de aplicação do controle dos programas de investimento; (iii) implementação de práticas ágeis de gestão financeira e auditoria em conformidade com as normas federais e internacionais; e (iv) padronização dos processos de custeio e de adjudicação de contratos.

Subcomponente 2.2: Desenvolver a capacidade de Estado para a gestão dos recursos hídricos, ordenamento do território e desenvolvimento rural.

Realização de assistência técnica para apoiar o Estado no Cadastro de Fontes e Usuários de Recursos Hídricos, regularização fundiária e desenvolvimento rural através de: (i) expansão da capacidade da Superintendência de Recursos Hídricos por meio de estudos técnicos, formação e equipamento; (ii) criação do Centro de Geotecnologia fundiária e ambiental para processamento cartográfico; (iii) assegurar o pessoal adequado, equipamento e capacidade de regularização fundiária; (iv) desenvolvimento de um Sistema de Registro Integrado de imóveis para cartórios; (v) a criação de um sistema de gestão e monitoramento computadorizado para o PROGERE II; e (vi) proporcionar orientação e encaminhamento para os pequenos agricultores beneficiários do PROGERE II.

Subcomponente 2.3 Gerar evidências para apoiar a formulação de políticas e práticas em matéria de educação, saúde, gênero e envolvimento dos cidadãos.

Prestar assistência técnica para gerar evidências que sustentem a formulação de políticas em educação, saúde, gênero e envolvimento do cidadão por: (i) a implementação de uma avaliação de impacto, entre outros estudos, a contratação de consultorias, e criação de um sistema de monitoramento para apoiar investimentos em educação; (ii) a elaboração de um Plano de Regulamentação Estadual de Saúde; (iii) a realização de um diagnóstico socioeconômico e de desafios de gênero em todo o estado; e (iv) melhorar os procedimentos da Ouvidoria Geral,



assegurando a capacidade e equipamento adequado para atender às necessidades dos cidadãos.

II. ARRANJOS E ESTRUTURA DO PROJETO

2. ARRANJO DE EXECUÇÃO DO PROJETO

2.1. Coordenação do Projeto

A operação em tela apoia um projeto multissetorial cobrindo atividades em seis setores distintos (i) regularização de terras, (ii) desenvolvimento rural e da agricultura, (iii) gestão de recursos hídricos, (iv) educação, (v) saúde e (vi) modernização do setor público estadual. Isso implica na participação de sete secretarias, um instituto estadual e algumas agências beneficiadas que não são consideradas como agentes implementadores do projeto.

A SEPLAN iria designar pessoal-chave de seu escritório, responsável por trabalhar e coordenar as atividades relacionadas com o planejamento estratégico e trabalho do dia-a-dia. A SEPLAN irá, em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) tratar dos assuntos relacionados aos relatórios de gestão financeira do Projeto, desembolso e auditoria. Irá também liderar um Comitê de Gerenciamento do Projeto que será composto por representantes de todas as secretarias e órgãos associados envolvidos no Projeto e seria instituída para apoiar o monitoramento geral do projeto. Além da coordenação, a Secretaria do Planejamento, principal interlocutor com o Banco Mundial, ficará responsável também pelo monitoramento do Projeto, além de acumular as funções de secretaria implementadora (SI) uma vez que tem ações apoiadas. Em questões relacionadas à gestão financeira: desembolsos, relatórios e auditorias a SEPLAN trabalhará em conjunto com a Secretaria da Fazenda e ainda, nas questões de licitações, trabalhará junto a SEAD para que todos os processos corram de acordo com as regras de aquisições do Banco.

A seguir estão listadas as principais responsabilidades da SEPLAN:

- Assegurar a coordenação geral com o Banco, SEFAZ, SEDUC, SDR, SESAPI, SEMAR, SEAD, INTERPI, OGE, CEPM, CGE e outros participantes do governo com o apoio da Unidade de implementação do Projeto;
- Compilar todas as informações fornecidas pelas SÍ's;
- Liderar o Comitê Consultivo do Projeto a ser criado por meio de Portaria do Executivo Estadual, composto por representantes de todas as SIs;
- Assegurar a implantação pontual de todas as atividades do empréstimo e seu monitoramento, além dos indicadores relacionados ao Projeto. Para este fim, a SEPLAN deverá organizar e manter reuniões periódicas de supervisão com as entidades participantes;
- Garantir que os recursos orçamentários para o Projeto sejam incluídos nos planos plurianuais (PPA), bem como nos respectivos orçamentos anuais durante o período de implementação do Projeto;
- Preparar relatórios financeiro e sobre o progresso do Projeto (além de outros documentos relacionados ao Projeto, se for o caso), conforme acordado no Acordo de

- Empréstimo, compilando as informações e resultados do Projeto fornecidos pelas outras SIs. Os relatórios devem estar em formato e conteúdo aceitáveis pelo Banco;
- Fornecer suporte às SI acerca da implantação, monitoramento e supervisão do Projeto;
 - Garantir o cumprimento das atividades elegíveis abrangendo todas as atividades no âmbito dos programas elegíveis escolhidos e não apenas daqueles financiados pelo Banco;
 - Garantir que as aquisições/contratações estão sendo feitas de acordo com as regras e procedimentos do Banco Mundial, inclusive com a preparação do plano de aquisições, quando necessário;
 - Preparação de um plano de ação caso os indicadores (DLI) não estejam sendo alcançados;
 - Receber e auxiliar as missões de supervisão do Banco e trabalhar com o Banco para otimizar os resultados e impactos operacionais;
 - Divulgar resultados de forma que fortaleça as reformas públicas e garanta o andamento das reformas originadas dos estudos e recomendações do Projeto;
 - Realizar auditoria independente, pelo menos duas vezes ao ano, durante a execução do Projeto focada, principalmente, na realização dos DLIS; e,
 - Manter arquivo, no âmbito da SEPLAN e em local de fácil acesso, de toda a documentação do Projeto.

A Unidade de Gerenciamento do Projeto – UGP, instituído pelo Decreto 16.847 de 27 de outubro de 2016 publicado no Diário Oficial do Estado nº 203 de 31 de outubro de 2016, tem como competências:

A SEPLAN abrigará na sua estrutura uma Unidade de Gestão do Projeto (UGP) e um Comitê Consultivo para o Projeto que serão detalhados mais a frente.

2.2. Executores do Projeto

Por se tratar de um empréstimo de abordagem multissetorial, que envolve vários setores dentro do Governo do estado, será executado por oito órgãos, a saber: SEPLAN, SEFAZ, SEDUC, SDR, SESAPI, SEMAR, SEAD e INTERPI, chamadas de Secretarias Implementadoras (SI) e coordenadas pela Secretaria do Planejamento.

Haverá ainda a participação de outros órgãos estaduais, exclusivamente, como beneficiários do Projeto, sem funções de implementação que serão: Controladoria Geral do Estado (CGE), Corregedoria Geral de Justiça e o Tribunal de Contas do estado (TCE).

Cada uma das SI deverá contar, até a conclusão do Projeto, com uma equipe base suficiente em termos quantitativos e qualitativos para o bom desempenho de suas responsabilidades no projeto. No entanto, em nenhuma das SI será criada unidade específica para a gestão da sua participação no Projeto, devendo as mesmas fazer uso de suas respectivas capacidades e equipes disponíveis e indicar uma pessoal específica (ponto focal) que ficará responsável por acompanhar, monitorar e fornecer informações sobre as correspondentes atividades técnicas e fiduciárias durante todo o ciclo de execução física e orçamentária das atividades do Projeto, mantendo a UGP na SEPLAN informada de eventuais problemas que possam impactar a

execução e o atendimento das metas acordadas. Também será responsável por fornecer as informações necessárias para que a UGP, juntamente com a SEFAZ, possa preparar quaisquer relatórios, incluindo os Relatórios para Desembolso, Declaração de Despesas e os Relatórios Financeiros Intermediários Semestrais.

2.3. Responsabilidades das Secretarias Implementadoras

São responsabilidades comuns das SI:

- Elaborar os planos de aquisições das ações sob sua responsabilidade;
- Elaborar os TDR e estimar os custos dos projetos sob sua responsabilidade;
- Assegurar que os processos de aquisições e contratações sejam realizados de acordo com as regras e procedimentos aceitáveis para o Banco, inclusive com preparação de planos de aquisição, quando necessário;
- Contratar, fiscalizar e monitorar a execução das ações de sua titularidade no âmbito do Projeto, garantindo a adequada implementação e alcance dos resultados delas esperados;
- Atestar notas fiscais e faturas decorrentes de contratos relativos à execução das ações anteriormente referidas;
- Preparar os relatórios de implementação e financeiros relativos às ações de sua titularidade no âmbito do Projeto de acordo com as normas aplicáveis e orientação geral do Banco quanto aos aspectos fiduciários;
- Manter articulação com a SEPLAN/UGP para garantir a preparação, em tempo hábil, dos relatórios requeridos;
- Prover as apropriadas competências das suas unidades administrativas para assegurar a otimização dos resultados e a subsequente disseminação dos mesmos, de forma a construir o apoio para as reformas e assegurar sustentabilidade ao seu fortalecimento institucional;
- Apresentar demonstrativos da execução orçamentária específica perante a SEPLAN/UGP, para que esta o agregue nos relatórios periódicos que tiver que encaminhar ao Banco, prestando também esclarecimentos e informações solicitadas sobre o andamento, desempenho e cumprimento das metas em que estiver envolvida;
- Fornecer à SEPLAN/UGP todas as informações relevantes para a supervisão e monitoramento do Projeto.

2.4. Interação entre as Secretarias Implementadoras

A interlocução com o Banco Mundial será feita pela SEPLAN/UGP, principalmente no que diz respeito ao cumprimento das condicionalidades para o desembolso, embora a produção das respectivas informações básicas necessárias seja de responsabilidade de cada uma das SI. Em alguns casos o Banco pode comunicar-se diretamente com os órgãos desde que a SEPLAN/UGP seja copiada ou informada das comunicações.

Como colocado anteriormente, para facilitar a interação com a SEPLAN/UGP, cada SI (incluindo a própria SEPLAN) deve haver um coordenador para assuntos do projeto (ponto focal), que deve ser designado pelo titular da correspondente SI e diretamente subordinado a este, que será responsável pela coordenação interna das ações da secretaria e correspondentes atividades por elas requeridas.

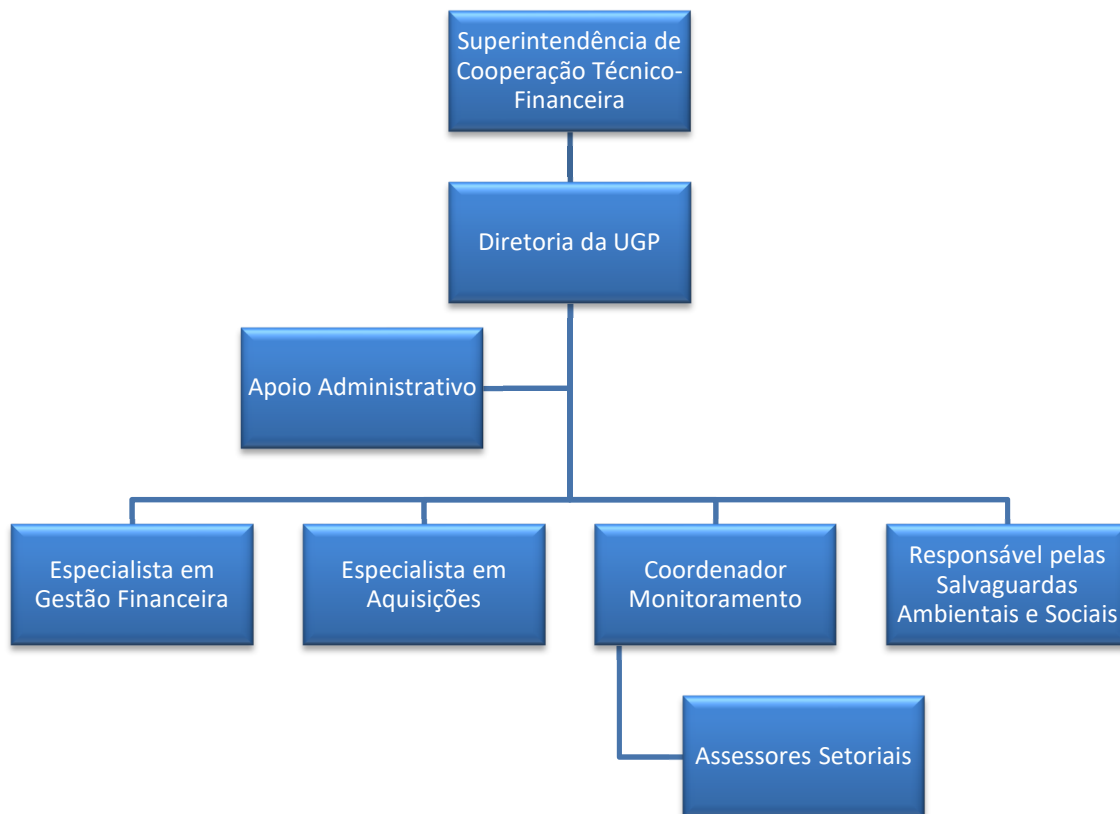
III. ARRANJOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

3.1. Unidade de Gerenciamento do Projeto:

A SEPLAN será responsável pela coordenação do Projeto e, para isso, vai estabelecer uma UGP que deverá ser mantida durante todo o período de sua execução. A UGP será encarregada de auxiliar todas as secretarias envolvidas no Projeto e contará com o apoio de profissionais com experiências e qualificações aceitáveis pelo Banco.

A UGP funcionará dentro da Superintendência de Cooperação Técnico-financeira (SUTEF) com a seguinte estrutura:

Figura 01: Organograma da Unidade de Gestão do Projeto



A Unidade de Gestão do Projeto (UGP), instituída pelo Decreto nº 16.847 de 27 de outubro de 2016 publicado no DOE nº 203 de 31 de outubro de 2016, tem as seguintes competências:

I – coordenar, monitorar e avaliar o atingimento dos objetivos e metas vinculadas ao Acordo de Empréstimo;

II – realizar a articulação entre os Órgãos e Entidades participantes do Projeto, nos termos deste Manual Operativo do Projeto (MOP);

III – orientar os Órgãos e Entidades participantes do Projeto quanto à execução financeira, aquisições e contratações, salvaguardas ambientais e sociais, monitoramento e avaliação dos objetivos, metas e seus indicadores pactuados a serem alcançados;

IV – realizar a interlocução do Estado do Piauí com o Banco;

V – promover a execução das ações do Projeto em conformidade com os prazos acordados de forma a assegurar o cumprimento das condicionalidades para a liberação dos reembolsos previstos no Acordo de Empréstimo;

VI – monitorar as principais atividades do Projeto com a ajuda do Sistema de Monitoramento do Estado – SIMO;

VII – participar de reuniões periódicas do Comitê Gestor do Projeto, auxiliando na tomada de decisões corretivas necessárias para cumprimento das condições da operação do empréstimo;

VIII – elaborar relatório das atividades do Projeto conforme requerido pelo Banco, incluídas informações relativas ao desempenho do Projeto e os relatórios financeiros para os desembolsos;

IX – assistir à preparação de termos de referência, licitações, contratações e implementação das atividades do Projeto em estreita colaboração com cada órgão e entidade envolvidos;

X – garantir que as licitações sejam conduzidas de acordo com as normas contratuais para os gastos de ambos componentes do Projeto, inclusive a consolidação dos planos de aquisições dos Componentes do Projeto;

XI – receber as missões de supervisão do Banco e criar condições favoráveis à realização de suas atividades, agindo de forma a otimizar os resultados e o impacto do Projeto;

XII – garantir a conformidade das atividades que integram o Projeto com as salvaguardas sociais e ambientais e com as diretrizes do Marco de Gestão Ambiental do Acordo de Empréstimo;

XIII – realizar visitas de campo para acompanhar o cumprimento das ações do projeto;

XIV – verificar o atingimento dos indicadores ligados ao desembolso;

XV – compilar as informações dos órgãos para disponibilização ao Banco, quando necessário.

XVI – acompanhar, orientar e supervisionar os responsáveis técnicos das Secretarias Estaduais executoras no planejamento orçamentário dos Programas de maneira a consolidar a programação orçamentária anual do Projeto, de forma articulada com a Secretaria de Estado do Planejamento;

XVII – monitorar, mensalmente, a execução financeira do Projeto por meio dos relatórios emitidos pela Secretaria de Estado da Fazenda;

XVIII – coordenar a elaboração dos relatórios financeiros, em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda, destinados à apreciação do Banco Mundial e do Tribunal de Contas do Estado.

- Interlocução com o Banco;
- Articulação entre os órgãos participantes do Projeto;
- Promoção da implementação das atividades do Projeto dentro dos prazos acordados de forma a assegurar o cumprimento das condicionalidades do empréstimo;
- Monitoramento das principais atividades do Projeto com a ajuda do Sistema de Monitoramento do Estado (SIMO);
- Participar das reuniões periódicas do Comitê Consultivo do Projeto (Comitê do Projeto) nas quais deverão participar as diversas secretarias envolvidas, interessadas em acompanhar e monitorar os resultados, bem como em assegurar que sejam tomadas quaisquer medidas corretivas necessárias para cumprimento das condições da operação de empréstimo;
- Elaborar relatórios das atividades do Projeto conforme requerido pelo Banco, incluídas as informações relativas ao desempenho do Projeto e os relatórios financeiros para os desembolsos;
- Assistência na preparação de termos de referência, licitações, contratações e implementação das atividades do Projeto, trabalhando, para tanto, em estreita colaboração com cada órgão envolvido, assumindo, contudo, a responsabilidade principal por assegurar satisfatório processamento, implementação e conclusão das atividades relacionadas ao Componente 2 do Projeto, antes descrito;
- Garantir que as licitações sejam conduzidas de acordo com as normas contratuais para os gastos de ambos os componentes do Projeto, inclusive a consolidação dos planos de aquisições dos Componentes do Projeto, elaborados por cada SI;
- Receber as missões de supervisão do Banco e criar condições favoráveis à realização de suas atividades, agindo de forma a otimizar os resultados e o impacto do Projeto; e,
- Garantir a conformidade das atividades que integram o Projeto com as Salvaguardas Sociais e Ambientais e com as diretrizes do Marco de Gestão Ambiental.
- Realizar visitas de campo para acompanhar o cumprimento das ações do projeto
- Verificar o atingimento dos DLIs
- Compilar as informações dos órgãos para envio ao Banco

A fim de cumprir as tarefas sob sua responsabilidade, todos os profissionais da UGP deverão receber treinamento do Banco para domínio de suas normas e diretrizes.

3.2. Atribuições dos Membros da UGP

O Diretor terá as atribuições apresentadas a seguir:

- a) Fazer a interlocução entre o Banco Mundial e o Estado para a implementação do Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social;
- b) Gerenciar o planejamento técnico, administrativo e financeiro da execução do Projeto;
- c) Promover a atuação ordenada dos parceiros executores e dos especialistas da UGP, segundo a estratégia técnico-operacional estabelecidas no Manual Operativo do Projeto;
- d) Gerenciar a execução física e financeira do Projeto e adotar as medidas corretivas necessárias ao pleno cumprimento das metas e indicadores estabelecidos;
- e) Gerenciar a elaboração dos relatórios físicos-financeiros de execução e de monitoramento para a prestação de contas aos órgãos de controle e ao Banco Mundial;

- f) Gerenciar o processo de análise e aprovação das propostas apresentadas pelas secretarias executoras dos Programas, sobretudo as relativas a execução do Componente 2 do Projeto;
- g) Emitir normas técnicas necessárias à execução do Projeto;
- h) Desempenhar outras atribuições correlatas determinadas pelo Secretário de Estado do Planejamento ou pelo Comitê Gestor do Projeto.

O Especialista em Gestão Financeira terá as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar, orientar e supervisionar os responsáveis técnicos das Secretarias Estaduais executoras no planejamento orçamentário dos Programas de maneira a consolidar a programação orçamentária anual do Projeto, de forma articulada com a Secretaria de Estado do Planejamento
- b) Monitorar, mensalmente, a execução financeira do Projeto através dos Relatórios emitidos pela Secretaria de Estado da Fazenda- SEFAZ;
- c) Coordenar a elaboração dos relatórios financeiros, em conjunto com a SEFAZ, destinados à apreciação do Banco Mundial e do Tribunal de Contas do Estado.;
- d) Assessorar e acompanhar os técnicos responsáveis das Secretarias Estaduais executoras na elaboração dos cronogramas físicos-financeiros dos Programas;
- e) Receber e analisar os relatórios de gastos elegíveis emitidos pelas Secretarias Estaduais executoras, bem como consolidar relatórios para apresentar ao Banco Mundial quanto a matéria;
- f) Emitir pareceres, quando solicitado pelo Diretor;
- g) Desempenhar outras atribuições correlatas determinadas pelo Diretor.

O Especialista em Aquisições terá as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar e orientar os responsáveis técnicos das Secretarias executoras na elaboração dos Planos de Aquisições dos Programas de forma a consolidar o Plano de Aquisições do Projeto;
- b) Consolidar os Planos de Aquisições do Projeto, agregando os Planos dos Programas, supervisionar as suas execuções e propor alterações que se fizerem necessárias;
- c) Orientar e analisar os Termos de Referência, orçamentos e editais de licitação elaborados pelas Secretarias executoras do Projeto particularmente os processos licitatórios do Componente 2 (Assistência Técnica);
- d) Emitir pareceres, quando solicitado pelo Diretor;
- e) Desempenhar outras atribuições correlatas determinadas pelo Diretor.

O Coordenador de monitoramento do Projeto terá as seguintes atribuições:

- a) Assessorar o Diretor no monitoramento do alcance dos indicadores de desempenho do Projeto, sobretudo daqueles ligados ao desembolso do Banco;
- b) Apresentar, semestralmente, relatórios informativos a respeito do monitoramento e avaliação do Projeto;
- c) Receber e analisar os relatórios de comprovação do atingimento de indicadores de desempenho dos Programas emitidos pelas Secretarias executoras e consolidar os relatórios do Projeto;

- d) Calcular, semestralmente o coeficiente, de alcance das metas físicas dos indicadores, que será considerado no cálculo do valor dos desembolsos por parte do Banco Mundial;
- e) Desempenhar outras atribuições correlatas e determinadas pelo Diretor.

Os Responsáveis pelas Salvaguardas Ambientais e Sociais do Projeto terão as seguintes atribuições:

- a) Assessorar o Diretor no acompanhamento da implementação de todas as orientações dos seguintes documentos do Projeto: Marco de Gestão Ambiental, Marco Referencial para o Reassentamento Involuntário e Plano de Gestão Ambiental do PROGERE II.
- b) Acompanhar, orientar e supervisionar os trabalhos desempenhados pelos responsáveis indicados pelas Secretarias executoras para a implementação das ações previstas nos documentos de Salvaguardas Ambientais e Sociais no âmbito da execução dos Programas;
- c) Apresentar relatórios informativos, trimestrais, a respeito da implementação das ações determinadas nos documentos de Salvaguardas Ambientais e Sociais do Projeto;
- d) Desempenhar outras atribuições correlatas e determinadas pelo Diretor.

As atribuições dos Responsáveis Técnicos pelos Programas nas Secretarias Executoras serão as apresentadas a seguir:

- a) Coordenar o planejamento das ações do Programa de sua responsabilidade;
- b) Orientar e supervisionar a elaboração do Plano Operativo Anual do Programa, garantindo que estes estejam consoantes as diretrizes do Manual Operativo do Projeto;
- c) Orientar e supervisionar a elaboração do Plano de Aquisições do Programa, garantindo que estes estejam consoantes as diretrizes do Manual Operativo do Projeto e às regras acordadas com o Banco Mundial;
- d) Promover a execução das ações do Programa de acordo com o previsto no Plano Operativo Anual do Projeto;
- e) Elaborar os Termos de Referência e acompanhar a implementação dos contratos firmados para a execução das ações de assistência técnica contempladas no Componente 2 do Projeto que apoiarão o Programa de sua responsabilidade;
- f) Propor à UGP alterações no cronograma de execução do Programa;
- g) Coordenar, acompanhar, orientar e supervisionar a execução das ações do Programa no âmbito da sua respectiva Secretaria;
- h) Acompanhar, orientar e supervisionar a execução do Programa pelas demais entidades parceiras executoras do Programa (quando for o caso);
- i) Apresentar relatórios informativos da execução das atividades programadas;
- j) Apresentar, trimestralmente, os seguintes relatórios informativos: do alcance dos indicadores físicos do Projeto (sobretudo daqueles relacionados ao desembolso do Banco Mundial), de comprovação dos gastos elegíveis; de acompanhamento das diretrizes das salvaguardas ambientais e sociais.
- k) Representar as Instituições Executoras no Comitê Gestor do Projeto, quando indicado;
- l) Desempenhar outras atribuições correlatas determinadas pela UGP.

3.3. Comitê Gestor do Projeto:

A SEPLAN será, também, responsável pela coordenação de um Comitê Consultivo do Projeto, a ser criado no prazo de até 02 (dois) meses após a data de efetividade do Empréstimo, por

Portaria, constando: constituição, atribuições, condições de funcionamento e a designação de seus integrantes.

O foco principal do trabalho do Comitê estará nos gastos e indicadores dos EEPs (Componente 1) e, no desenvolvimento e desempenho das atividades do Componente 2. São atribuições principais do Comitê:

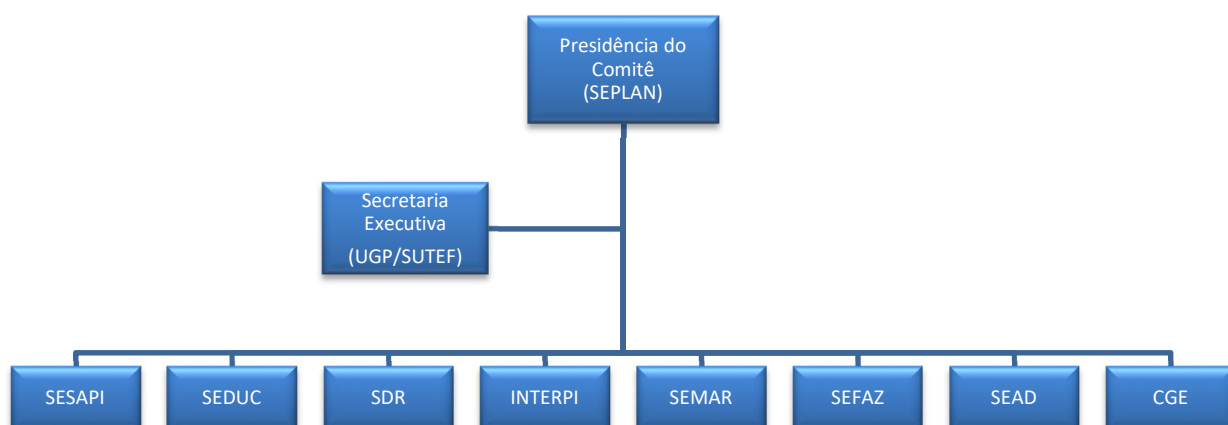
- Acompanhar a implementação do Projeto;
- Monitorar o cumprimento dos objetivos do Projeto
- Fornecer recomendações baseadas na análise de relatórios de acompanhamento e outros documentos relevantes preparados para o Projeto.
- Verificar a conformidade das ações com as orientações estratégicas do PPA Estadual
- Avaliar qualquer alteração que seja proposta aconselhando o Governador nas melhores decisões

O Comitê deverá reunir-se sempre antes das missões de avaliação do Banco, sendo registradas em Ata, nas quais serão descritas as respectivas pautas, bem como os avanços e/ou dificuldades ocorridas na execução do Projeto e, quando for o caso, os respectivos encaminhamentos. Cópia da referida Ata, deverá ser encaminhada ao Banco Mundial para conhecimento e acompanhamento da implementação do Projeto.

O Comitê será formado pelas secretarias envolvidas, sob a presidência da SEPLAN e contará com o apoio da UGP como secretaria executiva. A Figura abaixo ilustra a composição do referido Comitê.

O Comitê Gestor do Projeto foi instituído pelo Decreto nº 16.847 de 27 de outubro de 2016 publicado no DOE nº 203 de 31 de outubro de 2016.

Figura 02: Organograma do Comitê Consultivo do Projeto



3.4 Monitoramento do Projeto

O monitoramento será feito pela UGP do Projeto, com o auxílio do Coordenador de Monitoramento e de assessores setoriais que verificarão junto às Secretarias Implementadoras o cumprimento dos indicadores acordados para o Projeto.

Aqui descreveremos, de forma detalhada, os indicadores de monitoramento e dá a conhecer as avaliações complementares previstas, global e de impacto.

3.4.1 Indicadores de Resultados, Indicadores Intermediários e Indicadores de Desembolso

O Estado e o Banco Mundial, durante o período de negociação do Projeto, estabeleceram que os Indicadores de Resultados e Monitoramento serão objeto de análise da equipe de monitoramento e avaliação do Banco Mundial. Atividade essa pautada em relatórios elaborados pela Unidade de Gerenciamento do Projeto orientados para captar, organizar e difundir o alcance do projeto por meio dos indicadores intermediários e indicadores de desembolso.

Foram selecionados cinco indicadores de Resultado (Quadro 01), abrangendo os setores específicos apoiados pelo Projeto. A saber: educação, saúde, meio ambiente, regularização fundiária e desenvolvimento rural.

Os indicadores intermediários, 34 no total, foram construídos considerando os Programas de Gastos Elegíveis do Componente 1 ou, uma ação do Componente 2 do Projeto.

Quadro 1: Quadro de Resultados e Monitoramento
Estado do Piauí: Projeto de Prestação de Serviços e Gestão do Setor Público (P129342)

Os objetivos do projeto são: a) reduzir a evasão de alunos do ensino médio na rede pública; b) ampliar o acesso de pacientes com doenças crônicas a diagnóstico e tratamento; c) expandir o cadastramento dos usuários de águas subterrâneas nas áreas rurais e a regularização da propriedade da terra e d) aumentar a participação de mulheres pobres da zona rural e das comunidades quilombolas em cadeias de valor produtivas.

Indicadores dos resultados no nível do ODP	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados				Frequência	Fonte dos dados/ Metodologia	Responsabilidade de pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				* indica não cumulativo							
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador um: Taxa de evasão no ensino médio na rede pública	<input type="checkbox"/>	Porcentagem	16	16	15,5	15	14,5	Anual	INEP/MEC	SEDUC	Razão entre o número de alunos que deixaram o ensino médio durante o ano letivo e o número de alunos matriculados no ensino médio no início do ano
Indicador dois: Pacientes com diagnóstico e/ou tratamento de doenças crônicas nos cinco novos CEDCs	<input type="checkbox"/>	Número	0	8.000	16.000	32.000	40.000	Anual	Dados administrativos coletados dos cinco CEDC e da diretoria de regulação	SESAPI	Número de consultas (pacientes atendidos por um profissional de saúde) de pacientes encaminhados por unidades de regulação e em conformidade com protocolos

Indicadores dos resultados no nível do ODP	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados				Frequência	Fonte dos dados/ Metodologia	Responsabilidade de coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				* indica não cumulativo							
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador três: Usuários de águas subterrâneas registrados no CERH e verificados pela SEMAR	<input type="checkbox"/>	Número	0	200	500	1.200	2.000	Anual	Relatório proveniente dos bancos de dados	SEMAR	A SEMAR verifica o autorregistro feito pelos usuários e emite um número do CERH
Indicador quatro: Beneficiários que receberam títulos de propriedade da terra por meio do programa estadual de regularização fundiária	<input type="checkbox"/>	Número	0	500	2.000	3.500	5.000	Anual	INTERPI	INTERPI	Os beneficiários são pequenos produtores rurais que receberam títulos de propriedade da terra registrados nos termos do disposto na Lei Estadual 6.687/2015
Indicador cinco: Mulheres pobres da zona rural e comunidades quilombolas participantes dos PIPs	<input type="checkbox"/>	Número	0	0	200	400	600	Anual	Sistema de Informação e Gerenciamento do PROGERE, SDR	SDR	Serão cadastrados no SIG todos os beneficiários dos PIPs, em sua maioria mulheres pobres da zona rural e membros de comunidades quilombolas

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados [* indica não cumulativo]				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador do resultado intermediário 1: Número total de beneficiários do projeto e porcentagem do sexo feminino	X	Número/	128.720	159.895	196.277	258.876	305.701	Anual	Secretarias estaduais e órgãos associados que estão implementando o projeto	SEPLAN	Beneficiários do projeto e porcentagem de estudantes do sexo feminino em escolas do ensino médio, CEDCs, pequenos agricultores beneficiados pelo PROGERE, pessoas com acesso a fontes de água, pessoas com título de propriedade da terra regularizado e funcionários públicos.
		Porcentagem	69	66	64	61	60				
Componente 1: Implementação de EEPs nas áreas do ensino médio na rede pública, doenças crônicas, gestão dos recursos hídricos, gestão fundiária e cadeias produtivas rurais											
Subcomponente 1.1: Melhoria da retenção no ensino médio na rede pública											
Indicador do resultado intermediário 2: Alunos cadastrados no Poupança Jovem que passaram para o ano seguinte* [DLI 1]	<input type="checkbox"/>	Número	8.900	8.900	10.000	11.800	12.700	Anual	SEDUC	SEDUC	Número de alunos registrados no programa que concluíram com êxito o ano letivo (não cumulativo)

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				[* indica não cumulativo]							
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador do resultado intermediário 3: Atividades de acompanhamento e monitoramento da frequência dos alunos do ensino médio cadastrados no Poupança Jovem* [DLI 2]	<input type="checkbox"/>	Texto	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Anual	SEDUC	SEDUC	A SEDUC fará uma pesquisa qualitativa com um pequeno grupo de escolas do ensino médio (pelo menos cinco) para informar sobre os tipos de intervenção executados pelas escolas e departamentos regionais de educação destinadas a apoiar a retenção e o índice de aprovação dos alunos cadastrados no Poupança Jovem.
Indicador do resultado intermediário 4: ETIs de ensino médio certificadas [DLI 3]	<input type="checkbox"/>	Número	33	39	45	51	57	Anual	SEDUC	SEDUC	Escolas que cumprem todos os requisitos para funcionar como escola em tempo integral de acordo com o Conselho Estadual de Educação
Indicador do resultado intermediário 5: Alunos matriculados no ensino médio técnico (integrado e concomitante) [DLI 4]	<input type="checkbox"/>	Número	20.325	20.325	21.400	24.400	27.800	Anual	SEDUC	SEDUC	Alunos matriculados em escolas de ensino médio técnico, excluídas as matrículas no e-Tec (programa federal de ensino médio técnico a distância) e EMT (ensino médio geral)

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				[* indica não cumulativo]							
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador do resultado intermediário 6: Escolas de ensino médio técnico que mantiveram consultas sobre o conteúdo e modalidades de formação com representantes do setor privado	<input type="checkbox"/>	Número	0	5	10	15	20	Anual	SEDUC	SEDUC	Relatórios das consultas provenientes das reuniões mantidas com representantes do setor privado
Indicador do resultado intermediário 7: Alunos matriculados na ETI [DLI 5]	<input type="checkbox"/>	Número	290	1.800	2.900	4.000	4.800	Anual	SEDUC	SEDUC	Número de matrículas na EMT para fins do ensino médio geral fornecido pelo Sistema de Gestão Educacional do Piauí (SIGGEPI) três meses após o início do ano letivo
Indicador do resultado intermediário 8: Alunos matriculados no e-Tec	<input type="checkbox"/>	Número	1.184	1.800	2.400	3.100	3.700	Anual	SEDUC	SEDUC	Alunos matriculados na modalidade e-Tec do ensino médio técnico

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados [* indica não cumulativo]				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador do resultado intermediário 9: Testes de avaliação do aprendizado aplicados no ensino médio na rede pública e resultados disseminados no nível escolar [DLI 6]	<input checked="" type="checkbox"/>	Número	Não	Primeiro teste de avaliação realizado	Resultados do 1º teste divulgado	Segundo teste de avaliação realizado	Resultado do 2º teste divulgado	Anual	SEDUC	SEDUC	O Sistema de Avaliação Educacional do Estado do Piauí administrará os resultados. Atribui-se um ponto pela implementação, com o acréscimo de um ponto para cada critério listado abaixo do indicador que seja cumprido.
Subcomponente 1.2: Ampliação do acesso de pacientes com doenças crônicas à atenção à saúde											
Indicador de resultado intermediário 10: CEDCs em operação para receber pacientes para diagnóstico, tratamento e acompanhamento [DLI 7]	<input type="checkbox"/>	Número	0	1	2	4	5	Anual	Relatório de andamento preparado pela SEPLAN com informações fornecidas pela SESAPI	SESAPI	Considera-se que um CEDC está em operação quando as obras de construção civil, a recuperação, a instalação de equipamentos e a dotação de pessoal estão concluídas, o centro pode oferecer consultas com especialistas e exames laboratoriais e de imagem, e pode arcar com os respectivos custos operacionais

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados				Frequência	Fonte dos dados/ Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				[* indica não cumulativo]							
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador de resultado intermediário 11: Protocolos clínicos elaborados [DLI 8]	<input type="checkbox"/>	Número	0	4	8	13	17	Anual	Protocolos publicados. A SESAPI controla a conformidade com os protocolos usados pelas unidades de regulação	SESAPI	No total, 17 protocolos foram propostos para serem implementados em unidades de regulação e estão listados no Manual Operacional do Projeto
Indicador do resultado intermediário 12: ESFs e especialistas em saúde treinados no uso dos protocolos clínicos [DLI 9]	<input type="checkbox"/>	Porcentagem	0	0	50	75	100	Anual	Listas de presença do treinamento e número de ESFs por município conforme dados do Sistema de Informações da Atenção Básica (SIAB)	SESAPI	O número de ESFs por município está incluído no Manual Operacional do Projeto e precisará ser atualizado anualmente. As primeiras sessões de treinamento ocorrerão no segundo ano do projeto e tratarão dos primeiros quatro protocolos elaborados no primeiro ano. As sessões serão atualizadas anualmente de modo a incluir os novos protocolos elaborados.
Subcomponente 1.3: Expansão do cadastramento dos usuários de águas subterrâneas											

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				[* indica não cumulativo]							
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador do resultado intermediário 13: Usuários de águas subterrâneas autorregistrados no banco de dados eletrônico do CERH [DLI 10]		Número	0	2.000	5.000	10.000	15.000	Anual	A SEPLAN certificará a criação e o funcionamento do CERH	SEMAR	Usuários que preencham o formulário de registro no banco de dados eletrônico do CERH
Indicador do resultado intermediário 14: Campanhas de cadastramento concluídas		Número	0	0	0	5	10	Anual	Relatório do CNARH e campanhas documentadas	SEMAR	O pessoal da SEMAR fará campanhas nos municípios para o cadastramento voluntário de usuários de águas subterrâneas
Indicador do resultado intermediário 15: Cadastramento de usuários de águas subterrâneas verificados pela SEMAR por meio de visitas de campo [DLI 11]	<input type="checkbox"/>	Número	0	20	40	100	150	Anual	Visitas de campo para inspeção in loco registradas pela SEMAR	SEMAR	A outorga do direito de uso dos recursos hídricos é feita para um máximo de abstração de água por poço. O usuário é obrigado a instalar um hidrômetro para permitir a verificação pela SEMAR/SRH a qualquer tempo. A expectativa é que a SEMAR/SRH verifique o índice de abstração periodicamente e tome as medidas cabíveis caso ele seja superior ao volume máximo outorgado.

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados [* indica não cumulativo]				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Subcomponente 1.4: Fortalecimento dos direitos de propriedade de bens imóveis											
Indicador de resultado intermediário 16: Equipes prontas para executar atividades de regularização da propriedade da terra [DLI 12]	<input type="checkbox"/>	Número	2	6	8	10	10	Anual	INTERPI	INTERPI	Número de equipes de campo em operação e trabalhando na regularização da propriedade da terra e na demarcação fundiária no Estado
Indicador de resultado intermediário 17: Solicitações de título de propriedade da terra feitas por pequenos produtores rurais por meio do programa estadual de regularização fundiária [DLI 13]	<input type="checkbox"/>	Número	4.151	5.000	7.000	9.000	11.000	Anual	Banco de dados do INTERPI	Banco de dados do INTERPI	Abrange as solicitações pendentes e concluídas registradas pelo INTERPI desde a promulgação da Lei 6.127/2011. Pequenos agricultores são os que possuem e cultivam menos de 100 há

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados [* indica não cumulativo]				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador do resultado intermediário 18: Mulheres registradas como beneficiárias ou cobeneficiárias em títulos de propriedade da terra	<input type="checkbox"/>	Número	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Anual	Banco de dados do INTERPI	INTERPI	As mulheres beneficiárias são únicas proprietárias ou coproprietárias, conforme definido no título. Esse indicador não tem metas porque a composição das famílias tomadas como alvo era desconhecida à altura da avaliação preliminar
Indicador de resultado intermediário 19: Comunidades quilombolas que recebem títulos de propriedade da terra emitidos pelo INTERPI.	<input type="checkbox"/>	Número	5	5	6	7	8	Anual	Registros do INTERPI	INTERPI	Número de locais designados como quilombola para os quais o georreferenciamento e os processos cartográfico e de titulação foram concluídos.
Subcomponente 1.5: Reforço da participação de mulheres pobres e comunidades quilombolas nas cadeias produtivas rurais											

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				[* indica não cumulativo]							
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
<p><i>Indicador do resultado intermediário 20:</i></p> <p>PIPs propostos pelas organizações de produtores lideradas por mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas e formadas, em sua maioria, por esses grupos</p> <p>[DLI 14].</p>	<input type="checkbox"/>	Número	0	0	9	27	36	Anual	Registro mantido pela SDR	SDR	Os PIPs são planos de negócios para as atividades agrícolas implementados por cooperativas de produtores. A elaboração, aprovação e financiamento dos PIPs estão descritos no Manual Operacional do Projeto
<p><i>Indicador do resultado intermediário 21:</i></p> <p>PIPs que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades</p>	<input type="checkbox"/>	Porcentagem	0	0	20	40	60	Anual	Relatórios produzidos por meio do novo Sistema de Informação e Gerenciamento do PROGERE	SDR	Razão entre os PIPs que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas com informações registradas e analisadas por meio do SIG e o número total de PIPs aprovados que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados [* indica não cumulativo]				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
quilombolas monitoradas usando o novo Sistema de Informação e Gerenciamento do PROGERE [DLI 15]											
Indicador do resultado intermediário 22: PIPs implementados e monitorados utilizando o novo sistema de informação gerencial do PROGERE	<input type="checkbox"/>	Número	0	0	40	80	120	Anual	Relatórios emitidos pelo novo sistema de Informação Gerencial do PROGERE	SDR	PIPs são Planos de Negócios para atividades agrícolas implementadas pelas cooperativas. Preparação, aprovação e financiamento dos PIPs estão descritos no MOP
Componente 2: Assistência técnica para a gestão do setor público											
Componente 2.1: Modernizar a gestão das despesas e do investimento no setor público											

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados [* indica não cumulativo]				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador de resultado intermediário 23: Secretarias e órgãos estaduais que usam o SIMO	<input type="checkbox"/>	Porcentagem	23	25	30	35	40	Anual	SEPLAN	SEPLAN	Porcentagem de secretarias e órgãos (57 no total) que usam o SIMO para monitorar sua carteira de programas de investimento
Indicador de resultado intermediário 24: Secretarias estaduais com equipes de monitoramento e avaliação descentralizadas em operação	<input type="checkbox"/>	Número	0	1	2	4	8	Anual	SEPLAN	SEPLAN	Número de secretarias com um núcleo (pessoal dedicado a seguir procedimentos e empregar as ferramentas necessárias) para monitorar projetos

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				[* indica não cumulativo]							
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador de resultado intermediário 25: Conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável que usam o SIMO para monitorar investimentos nas suas jurisdições	<input type="checkbox"/>	Porcentagem	0	10	20	30	40	Anual	SEPLAN	SEPLAN	Porcentagem dos Conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável (total de 11) que usam o SIMO para monitorar investimentos nas suas jurisdições. Os conselhos são formados por representantes dos poderes executivo e legislativo de cada município e por representantes do governo estadual e da sociedade civil
Indicador de resultado intermediário 26: Observatório da despesa pública implementado no CGE	<input type="checkbox"/>	Texto	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Anual	CGE – PI	CGE – PI / Corregedoria Geral da União	Declaração de certificação do Observatório de Despesas Públicas fornecido pela Corregedoria Geral da União

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados [* indica não cumulativo]				Frequência	Fonte dos dados/ Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador do resultado intermediário 27: Novo Sistema de gestão de licitações e contratos desenvolvido e instalado na SEAD	<input type="checkbox"/>	Texto	n.a	n.a	Módulo de referência de preços operacional	Módulo Catálogo de bens, materiais e serviços	Módulo de gestão de contratos operacional	Anual	DL	SEAD	Sistema de Licitações operacional com todas as funcionalidades
Componente 2.2: Fortalecer a capacidade do Estado para a gestão fundiária, desenvolvimento rural e gestão dos recursos hídricos											
Indicador de resultado intermediário 28: Sistema Integrado de Cadastramento de Bens Imóveis para cartórios	<input type="checkbox"/>	Texto	n.a	n.a	Sistema piloto implantado	Sistema plenamente operacional	Sistema plenamente operacional	Anual	CGJ	CGJ	O sistema permitirá à CGJ monitorar as atividades cartoriais e oferecerá serviços online ao público, profissionais e órgãos públicos, como o INTERPI

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados [* indica não cumulativo]				Frequência	Fonte dos dados/ Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador do resultado intermediário 29: Sistema de Informação e Gerenciamento, passando pelo desenvolvimento de software para gerenciar dados em tempo real sobre o desempenho e a administração do PROGERE II	<input type="checkbox"/>	Texto	n.a	n.a	Sistema piloto implantado	Sistema plenamente operacional	Sistema plenamente operacional	Anual	SDR	SDR	Sistema (SIG) está em operação. Relatório publicado para medir o desempenho do PROGERE II
Indicador do resultado intermediário 30: CGEO estabelecido	<input type="checkbox"/>	Número	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Anual	SEMAR	SEMAR	CGEO está equipado, aparelhado e em operação
Componente 2.3: Gerar evidências para apoiar a formulação de políticas nas áreas da educação, saúde, gênero e participação dos cidadãos											

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				[* indica não cumulativo]							
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador de resultado intermediário 31: Estudos de observação em sala de aula (método Stallings)	<input type="checkbox"/>	Texto	n.a	n.a	Primeira observação concluída	Relatório emitido e disseminado	Segunda observação concluída Relatório emitido e disseminado	Anual	SEDUC	SEDUC	Detalhes do estudo especificados no Manual Operacional do Projeto
Indicador de resultado intermediário 32: Avaliação do Impacto do Poupança Jovem	<input type="checkbox"/>	Texto	n.a	n.a	Coleta de dados concluída	Relatório publicado	Disseminação	Anual	SEDUC	SEDUC	Detalhes do estudo especificados no Manual Operacional do Projeto
Indicador de resultado intermediário 33: PERS elaborado	<input type="checkbox"/>	Texto	N/A	n.a	n.a	Primeira versão do plano	Plano concluído	Anual	SESAPI	SESAPI	PERS publicado no Diário Oficial e validado pelo Comitê Intergestor Bipartite, Comitê Intergestor Regional e Conselho Estadual de Saúde da SESAPI.

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados [* indica não cumulativo]				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
<p><i>Indicador de resultado intermediário 34:</i></p> <p>Pesquisa epidemiológica da dinâmica das Doenças Negligenciadas, especialmente Geohelmitiase, Leishmaniose e Doença de chagas</p>	<input type="checkbox"/>	Texto	N/A	Projeto da pesquisa realizada	Coleta de Campo realizada	Resultados da pesquisa validado e publicado no Piauí	Plano de Ação baseado na Pesquisa desenvolvido pela SESAPI	Anual	SESAPI	SESAPI	A pesquisa irá ajudar a definir os territórios prioritários e os tipos de intervenção necessária para cada doença. O Plano de Ação irá incluir a lista das intervenções prioritárias com custos estimados e prazos
<p><i>Indicador de resultado intermediário 35:</i></p> <p>Avaliação de impacto da Tuberculose e Hanseníase</p>	<input type="checkbox"/>	Texto	n.a	Projeto da Avaliação de Impacto realizada	Estudo randomizado das intervenções	Coleta de dados completa	Publicação e Disseminação	Anual	SESAPI	SESAPI	Detalhes do estudo especificado no MOP

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados [* indica não cumulativo]				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador do resultado intermediário 36: PEPM elaborado	<input type="checkbox"/>	Texto	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Anual	CEPM/ Relatórios de andamento	SEPLAN	Elaboração e publicação do PEPM, alinhando as políticas estaduais e federais e estabelecendo diretrizes para a incorporação de políticas estaduais inteligentes com relação ao gênero
Indicador de resultado intermediário 37: Reclamações registradas e processadas oportunamente pela OGE	<input type="checkbox"/>	Porcentagem	76	80	85	90	90	Anual	OGE-PI	OGE-PI	Reclamações registradas e processadas no prazo de 20 dias, respondidas ou encaminhadas ao órgão estadual apropriado para resposta

Os indicadores de desembolso (Quadro 02) foram identificados e selecionados entre os indicadores intermediários e, conforme as normas do financiamento, estão relacionados aos repasses de recursos do Banco Mundial ao Estado no âmbito da execução do Componente 1 do Projeto. Os relatórios de acompanhamento destes indicadores serão elaborados e enviados ao Banco Mundial semestralmente acompanhado das solicitações de desembolso.

Tabela 02. Indicadores Ligados a Desembolso

DLI #	Indicador	Objetivo no final do Projeto
1	Alunos cadastrados no Poupança Jovem que passaram para o ano seguinte	43.400
2	Atividades de acompanhamento e monitoramento da frequência dos alunos do ensino médio cadastrados no Poupança Jovem	SIM
3	ETIs de ensino médio certificadas	24
4	Alunos matriculados no ensino médio técnico (integrado e concomitante)	93.925
5	Alunos matriculados na Educação com Mediação tecnológica	13.500
6	Testes de avaliação do aprendizado aplicados no ensino médio na rede pública e resultados disseminados no nível escolar	Resultados do 2º teste disseminado no Estado, Escolas e para os pais
7	CEDCs em operação para receber pacientes para diagnóstico, tratamento e acompanhamento	5
8	Protocolos clínicos elaborados	17
9	ESFs e especialistas em saúde treinados no uso dos protocolos clínicos	95%
10	Usuários de águas subterrâneas autoregistrados no banco de dados eletrônico do CERH	15.000
11	Cadastramento de usuários de águas subterrâneas verificados pela SEMAR por meio de visitas de campo	150
12	Equipes prontas para executar atividades de regularização da propriedade da terra	8
13	Solicitações de título de propriedade da terra feitas por pequenos produtores rurais por meio do programa estadual de regularização fundiária	7.500
14	PIPs propostos pelas organizações de produtores lideradas por mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas e formadas, em sua maioria, por esses grupos	30
15	PIPs que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas monitoradas usando o novo Sistema de Informação e Gerenciamento do PROGERE	70%

Relatórios anuais dos indicadores de desenvolvimento e intermediários serão encaminhados, pela UGP, ao Banco Mundial, sendo estes elaborados a partir de dados e informações produzidas pelo IPARDES, como também por relatórios técnicos desenvolvidos pelas instituições executoras dos Programas e ações.

IV. GESTÃO FINANCEIRA DO PROJETO

4. MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

A gestão financeira do projeto ficará a cargo da Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí – SEFAZ – que possui quadro próprio com experiência e conhecimento para atender da melhor forma as solicitações do banco. Esta gestão financeira será realizada sempre em consonância com a SEPLAN/UGP.

As secretarias implementadoras (SI) contarão com funções de gerenciamento financeiro, conduzidas por profissionais capacitados que compreendam as políticas e procedimentos do Banco, além de possuírem experiência e conhecimento para aplica-las e serão responsáveis por um bom fluxo de informações tanto para a SEPLAN/UGP quanto para a SEFAZ. Para tanto, os funcionários responsáveis receberão capacitação do Banco.

A SEFAZ será responsável pelo fornecimento de dados e informações sobre as despesas necessárias para os desembolsos da operação. Para tanto, contará com a estrutura do Sistema Integrado de Administração Financeira para os Estados e Municípios – SIAFEM.

4.1. Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí (SIAFE-PIM)

A Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí (SEFAZ) é o órgão responsável pela gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí (SIAFE-PI). O Sistema foi adquirido com recursos do PROFISCO. Desenvolvido pelo Empresa Logus.

O mesmo está alinhado com a Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964, que institui normas gerais de direito financeiro para a elaboração, execução e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados dos Municípios e Distrito Federal, constituindo-se a base da legislação financeira do País, e respectivas portarias federais, que versam sobre a mesma matéria, bem como na lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações.

A versão atual do SIAFE-PI está adequado às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP), o que permite ao Estado seguir os padrões internacionais de Contabilidade.

No SIAFE-PI é realizada a execução orçamentária, financeira e contábil do Orçamento do Estado, e ainda, é responsável pelas informações disponibilizadas no Portal da Transparência do Estado do Piauí.

É um Sistema que atende às legislações fiscais e orçamentárias e é composto por módulos de execução orçamentária e financeira, que permitirá o rastreamento de despesas dos programas do Estado, contra os valores orçados.

O Sistema SIAFE é um conjunto de programas que controla todos os Recursos Financeiros ingressados no Estado do Piauí. Tal sistema é de grande relevância, pois permite otimizar e unificar a execução orçamentária, financeira patrimonial e contábil, de forma integrada, minimizando os custos, obtendo maior transparência, eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos, facilitando assim controle das contas do Governo pelos órgãos do Controle Interno, e controle externo representados pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí-TCE e Assembléia Legislativa.

O SIAFE-PI será a principal ferramenta utilizada para a gestão financeira do Projeto.

4.1.2 Contabilidade e Registro

Os registros contábeis das operações decorrentes da execução do Projeto serão registrados no SIAFE e escriturados de forma destacada através de codificação própria para essas movimentações, permitindo identificá-los dos demais registros que não envolvem recursos do empréstimo em conformidade com:

- (i) As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP);
- (ii) A Lei Federal Nº 4.320, de 17.03.1964, que estabelece alguns princípios de contabilidade;
- (iii) O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), da Secretaria do Tesouro Nacional.

A contabilidade do Projeto deverá permitir a apresentação da informação financeira nos IFRs, identificando as fontes dos recursos, as despesas por categoria de desembolso e por componente (codificados destacadamente e unicamente para o Projeto), de forma trimestral, anual e acumulada.

O Plano de Contas a ser utilizado no Projeto será o PCASP (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público) utilizado para todos os Órgãos da Administração Direta e Indireta.

Todos os pagamentos seguirão as rotinas usuais do Estado, e obedecerão aos estágios da despesa previstos na Lei 4.320/64: empenho – liquidação – pagamento, e na prestação de contas ao Banco serão utilizadas informações oriundas do SIAFEM.

Visando facilitar a revisão a posteriori e os trabalhos de auditorias interna e externa, toda a documentação de suporte deverá ser mantida por um período de, no mínimo, cinco anos.

4.2 Fluxo de Fundos e Arranjos de Desembolso

Somente poderão ser efetuados saques ou comprometerem-se fundos do Acordo de Empréstimo com a assinatura de uma das pessoas devidamente autorizadas pelo Governo a assinar Pedidos de Saques, Pedidos de Compromissos Especiais e outros documentos, de acordo com o documento da “Carta de Desembolso do Bird”.

O Secretário de Fazenda e o Superintendente da Receita da SEFAZ são os representantes do Estado credenciados junto ao Banco Mundial para assinar os pedidos de saque.

Cópias destes documentos foram encaminhadas ao Banco do Brasil de Teresina PI, Banco Mundial em Brasília – DF e outra para o Banco Mundial em Washington. Todos estes documentos deverão ser assinados por duas das cinco pessoas autorizadas pelo Governador do Estado.

4.2.1 Fluxos e Arranjos de Desembolso para a Categoria 1 – EEPs

Os gastos referentes à Categoria Programas de Gastos Elegíveis (EEPs) serão realizados pelos órgãos executores e o pagamento de fornecedores, prestadores de serviços e outros, serão efetuados com recursos do Estado, através de fontes específicas.

A responsabilidade pelas despesas enquadradas como Gastos Elegíveis (EEPs), o arquivamento dos respectivos documentos comprobatórios (notas fiscais, faturas, recibos, processos licitatórios, empenhos, notas de lançamento, ordem bancárias etc.) e a correta informação dos dados será dos órgãos executores. Estes documentos deverão estar sempre acessíveis às auditorias de fiscalização e averiguação.

Após os efetivos pagamentos das despesas de gastos elegíveis, os Executores prestarão contas à SEFAZ. A SEFAZ conjuntamente com a UGP/SEPLAN verificará se as informações nas demonstrações de gastos estão corretas, se poderão ser aprovadas ou devolvidas para os devidos ajustes.

Os desembolsos do BIRD, conforme o Acordo de Empréstimo, compreendem dois momentos: a) reembolso de gastos retroativos e, b) desembolsos subsequentes.

O reembolso de gastos retroativos serão para aquelas despesas efetuadas durante um período máximo de 12 meses antes da assinatura do Contrato de Empréstimo, mas não antes de 01 de Janeiro de 2015. O valor acordado para despesas referentes aos gastos retroativos é de US\$ 21 milhões, conforme previsto na Matriz de Desembolsos.

O financiamento das despesas retroativas será factível se as correspondentes atividades cumprirem os critérios de elegibilidade estabelecidos pelo Banco e atenderem as regras de aquisição e de salvaguardas.

Qualquer montante não gasto do valor de US\$ 21 milhões, correspondente ao reembolso retroativo do componente EEPs, será exatamente distribuído sobre os doze desembolsos subsequentes planejados.

Os oito Desembolsos subsequentes, para despesas efetivas do Componente EEPs ocorrerão a cada seis meses.

Nesse caso, as despesas enquadradas no Programa de Gastos Elegíveis (EEPs), para obterem o respectivo desembolso, também devem satisfazer as regras estabelecidas pelo Banco e de salvaguardas.

O valor previsto para cada desembolso (descrito no anexo 3 do Documento do Projeto – PAD¹) poderá ser alterado caso o valor das despesas retroativas não atingirem o valor estabelecido, (como detalhado na Matriz de Desembolso do PAD).

Os valores dos desembolsos poderão ser excedidos à medida que os montantes não desembolsados de períodos anteriores sejam gastos no período posterior, conforme item 27, Rolagem de montantes não desembolsados, anexo 3 do PAD, onde constam os vários cenários de prorrogação do crédito.

Verificação dos Valores de Desembolso Retroativo e Semestral do SWAp:

O Banco verificará se os orçamentos do EEP e valores orçados são apresentados, de forma verídica e em sua totalidade, na programação financeira mensal emitida pela SEFAZ, no início do ano fiscal e no orçamento do Governo do Estado do Piauí, conforme os códigos pactuados.

A SEPLAN apresentará ao Banco, no prazo de 45 dias após o fechamento de cada semestre, as informações financeiras e quaisquer outras informações que possam ser necessárias para demonstrar o cumprimento da condicionalidade em tal período, tais como a informação dos gastos relativos ao cumprimento das atividades e Indicadores Ligados a Desembolso (DLIs), quando aplicados, para assim ocorrer o desembolso.

O Banco, ao receber os relatórios de gastos dos programas EEP e confirmando que os requisitos estabelecidos neste Manual Operativo e na Carta de Desembolso foram cumpridos, aprovará o respectivo desembolso estabelecido para o período.

Condições de Desembolso:

Os períodos estabelecidos para os desembolsos são os seguintes:

¹ PAD – Project Appraisal Document.- Documento de Avaliação do Projeto.

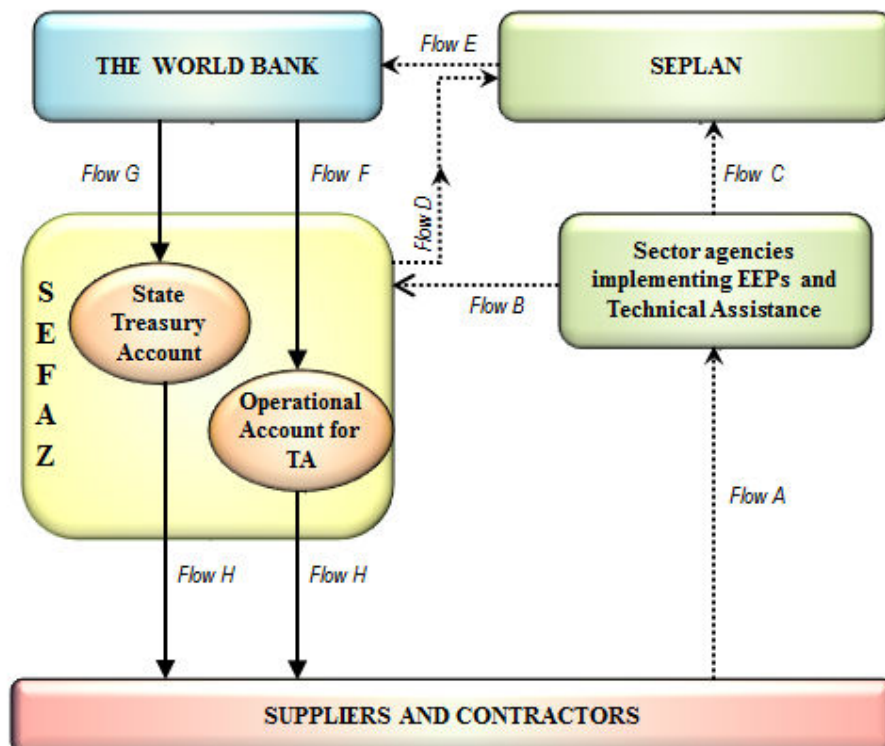
Data Esperada para Desembolso	Componente 1
Janeiro 2016	21.000.000
Agosto 2016	5.000.000
Fevereiro 2017	10.000.000
Agosto 2017	11.000.000
Fevereiro 2018	12.000.000
Agosto 2018	11.000.000
Fevereiro 2019	12.000.000
Agosto 2019	12.000.000
Fevereiro 2020	11.000.000
TOTAL	105.000.000

A prestação de contas será em 45 dias após o encerramento dos referidos períodos.

Os 15 DLIs são condições que devem ser cumpridas para que os valores parciais do empréstimo sejam desembolsados nos períodos que se encerra no segundo semestre de cada ano, com exceção do primeiro ano do Programa (segundo semestre de 2016).

O valor de desembolso do empréstimo é limitado a US\$ 13,1 milhões no final de cada período de seis meses. Assim, o valor de cada DLI com meta diferente de zero para o período varia conforme o número de DLIs, devendo ser descontado proporcionalmente cada DLI não cumprido.

Figura 03. Fluxo de fundos do Projeto.



- > - Flows involving the movement of funds
.....> - Flows involving documentation or supply of goods and services

- Flow A - Suppliers provide goods and services, and related invoices
Flow B - Sector agencies submit payment requests to SEFAZ
Flow C - Transaction data provided to SEPLAN through access to SIAFEM
Flow D - SEFAZ provide bank statements to SEPLAN
Flow E - IFRs and Requests for disbursement submitted to Bank by SEPLAN
Flow F - Disbursements in respect of Technical Assistance
Flow G - Disbursements in respect of EEPs on a reimbursement basis
Flow H - Payment to suppliers and contractors

Note

1 - The Designated Account is part of the State's Single Treasury Account that is managed by SEPLAN.

O Banco decidirá, unilateralmente, se as condições de DLIs foram atendidas substancialmente baseando-se nas evidências submetidas.

O Banco poderá, a qualquer momento, decidir auditar o cumprimento de um DLI, entretanto, este procedimento não será realizado como rotina.

4.2.2 Fluxos e Arranjos de Desembolso para a Categoria de Gastos 2 – Assistência Técnica

Na categoria 2 os Desembolsos serão feitos para uma conta em dólares americanos no Banco do Brasil em nome da SEFAZ e designada para o projeto. Da Conta designada os recursos serão transferidos em reais para a conta operativa no Banco do Brasil – Agência 3791-5, em Teresina – PI.

O Contrato de Empréstimo estabeleceu como valor teto para Conta Designada o montante de US\$ 1.500.000,00. Os saques desta conta poderão ser realizados por Pedidos de Reembolsos a despesas realizadas e Pedidos de Adiantamento na necessidade de recursos para pagamentos da contrapartida do BIRD. Os saques da Conta Designada deverão ser assinados por duas das cinco pessoas autorizadas pelo Governador do Estado.

Conta Designada são fundos transferidos da conta do empréstimo através das solicitações de adiantamentos e ou recomposição, usados exclusivamente para cobrir o percentual de gastos que cabe ao Banco Mundial. Os Gastos referentes à Categoria 2 serão executados pelos órgãos Executores que efetuarão os pagamentos nas fontes 100 e/ou 117 a fornecedores, prestadores de serviços e outros.

A responsabilidade das despesas de gastos elegíveis serão de acordo com o previsto no Plano de Aquisição do Projeto, a correta informação dos dados e o arquivamento da documentação (notas fiscais, faturas, recibos, processos licitatórios, empenhos, nota de liquidação, ordem bancárias etc.), com objetivo de permitir fiscalizações e averiguações das auditorias, é dos Órgãos Executores.

Após os efetivos pagamentos das despesas de gastos elegíveis, os Executores prestarão contas por um sistema informatizado e liberará as Demonstrações de Gastos para a Gerência Administrativo-Financeira da SEFAZ. O responsável pela área de desembolso verifica se as informações nas demonstrações de gastos estão corretas, sendo assim serão aprovadas. Caso contrário, devolvido para os devidos ajustes. Com as Demonstrações de Gastos aprovadas, o responsável pela área de desembolso processará os Pedidos de Reembolsos ou Pedidos de Adiantamentos.

Os desembolsos do Componente 1, conforme o empréstimo, consistiriam em um reembolso de gastos retroativos, pagos durante um período máximo de 12 meses antes da assinatura do Contrato de Empréstimo,

mas não antes de 01 de janeiro de 2015. O valor acordado para despesas referentes aos gastos retroativos é de US\$ 21 milhões, conforme previsto na Matriz de Desembolsos. O financiamento retroativo de despesas terá que satisfazer a elegibilidade do empréstimo de investimento do Banco, regras de aquisição.

- Operacionalização dos Pedidos de Desembolsos e Applications - A Gerência Administrativo-Financeira, através da área de desembolso, utilizará as diretrizes do Manual de Desembolso e Carta de Desembolso do Banco Mundial para procedimentos que se relacionem a desembolsos e manuseio dos Certificados de Despesas - Declaração de Gastos (SOE's), Applications elaborados no Client Connection² e demais documentos deverão ser assinados por duas das cinco pessoas autorizadas pelo Governador do Estado.

Pedidos de Desembolso na modalidade Declaração de Gastos – SOE

No envio dos Pedidos de Desembolso ao Banco Mundial, para ressarcimento ou recomposição da Conta Designada, a Área de Desembolso deverá anexar os seguintes documentos:

- a. Ofício de encaminhamento (quando necessário);
- b. Application;
- c. Declaração de Gastos – SOE, de acordo com o documento da “Carta de Desembolso do BIRD”;
- d. Declaração de Gastos - Folha Resumo – SS, de acordo com o documento da “Carta de Desembolso do BIRD”;
- e. Reconciliação Bancária da Conta Designada;
- f. Extrato Bancário da Conta Designada e
- g. Lista de Contratos sujeitos a Revisão Prévia, conforme consta no (Anexo xx), de acordo com o documento da "Carta de Desembolso do BIRD".

Os SOEs e demais documentos serão mantidos em arquivo, na unidade de Desembolso da Gerência Financeira e os respectivos documentos das despesas realizadas serão mantidos nos arquivos dos respectivos órgãos executores.

Na hipótese de não serem utilizados todos os fundos inicialmente alocados para a Categoria 2, os valores não utilizados poderão ser adicionados aos valores de desembolso da Categoria 1, referente aos gastos do EEP, normalmente no(s) desembolso(s) final(is). Caso isso seja feito em um período, o valor de um DLI será recalculado como: ($\$ 7$ milhões + valor da Categoria 2 realocado) / número de DLIs com meta diferente de zero para o período. Para que tal realocação ocorra, o Governo do Piauí deverá requerer ao Banco, com uma justificativa da não utilização dos fundos na Categoria 2.

4.3 Elaboração do orçamento, execução e contabilidade

Na contabilidade do Estado do Piauí existem registros contábeis de acordo com os procedimentos e políticas do Estado, que refletem a Lei Fiscal e Orçamentária. Essas políticas e procedimentos estaduais, aplicados de modo uniforme, são compatíveis com os adotados no plano federal e com a legislação nacional. O sistema de Informação utilizado pelo Estado é o SIAFE-PI.

Os executores do Projeto são órgãos públicos da Administração Direta e Indireta que seguem as normas estabelecidas na Lei nº 4.320/64, de 17 março de 1964, tendo em seu plano de contas, um grupo para registros

² Client Connection: Módulo na web do Banco para consultas de documentos e procedimentos para gestão financeira – www.worldbank.org

inerentes a cada órgão da Contrapartida do Estado e do BIRD. Todos os documentos originais são mantidos em arquivo próprio pelo órgão executor.

O módulo de Contabilidade utilizado pelo Programa Projeto será adaptado com as contas específicas, separado por categorias de gastos, fonte de recursos, saldos disponíveis e conterà também, relação das contas agrupadas segundo suas funções, natureza de cada conta, indicando quando são debitadas ou creditadas e seu relacionamento com outras contas, de maneira a oferecer aos gestores do Projeto uma visão gerencial do desenvolvimento financeiro do mesmo.

Os IFRs – Relatórios Financeiros Intermediários das contas do Projeto são elaborados com base nos registros da Gerência Administrativo-Financeira da SEFAZ. A mesma deverá manter registros contábeis adequados e a documentação correspondente em perfeita ordem, disponibilizando-os, a qualquer tempo, para auditorias e verificações de rotina.

Os recursos financeiros são administrados pelos órgãos executores e mantidos na Conta Única do Estado.

Os lançamentos contábeis do Projeto são registrados de acordo com as etapas pertinentes, gerando toda sua movimentação nos livros diários e razão. Após a validação dos documentos comprobatórios e sua respectiva conferência com os livros contábeis acima citados, são emitidos os balancetes mensais.

4.3.1 Execução Orçamentária

Os recursos para alocação no Projeto serão de responsabilidade orçamentária de cada Órgão Executor, com apoio da Gerência Administrativo-Financeira da SEFAZ repassando-os à Secretaria de Estado do Planejamento para serem inseridos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), o qual será aprovado e operacionalizado no exercício seguinte.

O controle da execução orçamentária do Projeto, inclusive da contrapartida do Estado, será acompanhado pela Gerência Administrativo-Financeira da SEFAZ.

O processo da dotação orçamentária, como a elaboração do orçamento para os exercícios financeiros e os empenhos, obedecerá ao mesmo procedimento adotado pelo Estado do Piauí e pelas ações do Projeto inseridas nos seus executores.

As fontes de recursos utilizadas na contrapartida do Estado e do BIRD na Categoria 02 – SIL serão:

- 0 1 00 RECURSOS DO TESOUREO ESTADUAL
- 0 1 10 RECURSOS DE CONVÊNIO CORRENTE - Adm. Direta
- 0 2 10 RECURSOS DE CONVÊNIO CORRENTE - Adm. Indireta
- 0 1 11 COTA-PARTE DO ESTADO NA RECEITA DA CIDE
- 0 1 12 RECURSOS DE CONVÊNIO DE CAPITAL– Adm. Direta
- 0 2 12 RECURSOS DE CONVÊNIO DE CAPITAL – Adm. Indireta
- 0 1 13 RECURSOS DO SUS
- 0 1 14 RECURSOS DO FNDE
- 0 1 15 RECURSOS DO FUNDEB
- 0 1 16 OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA
- 0 1 17 OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNA
- 0 2 18 RECURSOS DOS FUNDOS ESPECIAIS
- 0 1 19 RECURSOS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA
- 0 1 20 RECURSOS DO FECOP

As fontes de recursos utilizadas na contrapartida do Estado na Categoria 1 – SWAP serão as seguintes:
(EXEMPLO)

- 0 1 00 RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL
- 0 1 10 RECURSOS DE CONVÊNIO CORRENTE - Adm. Direta
- 0 2 10 RECURSOS DE CONVÊNIO CORRENTE - Adm. Indireta
- 0 1 11 COTA-PARTE DO ESTADO NA RECEITA DA CIDE
- 0 1 12 RECURSOS DE CONVÊNIO DE CAPITAL– Adm. Direta
- 0 2 12 RECURSOS DE CONVÊNIO DE CAPITAL – Adm. Indireta
- 0 1 13 RECURSOS DO SUS
- 0 1 14 RECURSOS DO FNDE
- 0 1 15 RECURSOS DO FUNDEB
- 0 1 16 OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA
- 0 1 17 OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNA
- 0 2 18 RECURSOS DOS FUNDOS ESPECIAIS
- 0 1 19 RECURSOS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA
- 0 1 20 RECURSOS DO FECOP

Quadro 03. Programas de Gastos Elegíveis para o IPF

Programas	Setor e/ou Tema
Apoio ao Educando – Ensino Médio	Educação
Ampliação e Melhoria da Infraestrutura-Democratização Acesso a Educação Básica	Educação
Expansão do ensino médio, inclusive com a utilização de mediação tecnológica	Educação
Implantação do Sistema Estadual de Avaliação da Educação Básica (SAEB)	Educação
Manutenção da Rede Estadual da Educação Básica	Educação
Expansão da Educação Profissional c/Utilização Mediação Tecnológica	Educação
Fortalecimento da Política de Financiamento Estadual por Meio do sistema de Cofinanciamento da saúde pública	Saúde
Atenção de alta e média complexidade ambulatorial e hospitalar	Saúde
Criação do cadastro e usuários de fontes de recursos hídricos	Meio Ambiente
Regularização fundiária e viabilização de assentamentos	Regularização Fundiária

Regularização fundiária através de alienação de terras do estado do Piauí	Regularização Fundiária
Desenvolvimento Institucional / PROGERE	Desenvolvimento Rural
Elaboração e execução dos programas de combate à pobreza rural	Desenvolvimento Rural
Administração, Supervisão, Monitoramento e Avaliação do PROGERE	Desenvolvimento Rural

4.3.2 Modelo de Orçamento do Estado e do Projeto

A sistemática de elaboração e aprovação da legislação que compõe a estrutura orçamentária adotada pelo Estado foi determinada pela Constituição Estadual do Estado do Piauí em consonância com a Constituição Federal de 1988. Naquela, o Orçamento está disciplinado no capítulo II, nos artigos 120 a 124 e na Carta Magna, igualmente, no capítulo II, na seção II, nos artigos 165 a 169, tendo como expoente formal três instrumentos legais interdependentes:

a. A Lei do Plano Plurianual (PPA)

Lei ordinária editada com duração de quatro anos, o PPA estabelece diretrizes, objetivos e metas físicas e financeiras da Administração Pública organizadas em programas. Os programas, por sua vez, conjugam ações para atender a um problema ou a uma demanda da população.

A sua execução inicia-se no segundo ano do mandato do Chefe do Poder Executivo e termina no primeiro ano de seu sucessor, de modo que haja continuidade do processo de planejamento, mesmo no caso de troca de governo. Os princípios básicos do PPA são: identificação clara dos objetivos e prioridades do Governo; organização dos propósitos da administração pública em programas; integração do plano com o orçamento, por meio dos programas e transparência das ações de governo.

A Constituição Federal, no Art. 35, §2º, inciso I, estabelece que o Programa do Plano Plurianual terá vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato governamental subsequente. Em acordo com o Art. 13 da Constituição Estadual do Piauí o PPA será encaminhado até dois meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

O Plano Plurianual poderá ser revisado ou modificado através dos seguintes instrumentos: I - por lei conjunta ao orçamento, sempre que as subações propostas não estiverem previstas em seu conteúdo; II - por lei específica, quando da revisão geral, que deverá ser encaminhada à Assembléia Legislativa, até 30 de setembro dos exercícios, por ocasião do envio do Programa de Lei Orçamentária Anual; e III - por decreto do Poder Executivo, no caso de alterações dos valores físicos e financeiros das subações dentro de um mesmo programa.

b. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A LDO foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e tem periodicidade anual, estabelece os ajustes que se queira fazer no Plano Plurianual, ou, em outras palavras, permite reavaliar anualmente o PPA e alterá-lo, se for o caso.

É uma Lei Ordinária com validade para apenas um exercício. É o elo de ligação entre o PPA e a LOA, visto que destaca do PPA os investimentos e gastos eleitos como prioridade para um determinado exercício e que comporão a LOA.

O prazo que a Lei Complementar Nº 05 de 12 de julho de 1991 estabelece que a LDO será encaminhada até 30 de abril, devendo ser devolvido para sanção até 17 de julho.

c. Lei Orçamentária Anual (LOA)

A LOA estima a receita e fixa a despesa para cada exercício financeiro, conforme disposição constitucional compreenderá: o orçamento fiscal, o orçamento próprio da administração indireta e o orçamento de investimento das empresas públicas e daquelas em que o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto. Esses orçamentos deverão ser elaborados em consonância com as políticas integrantes do PPA e com a LDO. A LOA pode receber emendas do legislativo.

O orçamento anual de cada órgão executor deverá estar vinculado às ações e subações do Programa Projeto. O prazo que a da Constituição do Estado do Piauí, no Art. 13, estabelece para que a LOA seja encaminhada é de até três meses antes do término do exercício financeiro e devolvida para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

4.3.3 Execução Financeira

Após aprovação da LOA, os órgãos executores elaboram e encaminham a programação financeira identificando mensalmente os recursos financeiros a serem liberados durante o exercício à Gerência Administrativo-Financeira da SEFAZ. A mesma compila os dados e faz os devidos ajustes e encaminha à Secretaria de Estado da Fazenda, que elabora o Cronograma Financeiro de Desembolso do Estado do Piauí, e o publica no Diário Oficial do Estado.

O controle da execução financeira dos recursos alocados no Projeto, inclusive da contrapartida do Estado, será acompanhado pela Gerência Administrativo-Financeira da SEFAZ. Cada órgão executor, no que tange aos pagamentos, obedecerá ao Cronograma de Desembolso determinado pelo governo do Estado.

Os pagamentos de fornecedores serão registrados no SIAFE-PI, identificando o programa, linhas de orçamento e atividades pactuadas durante a criação do Projeto, refletidos no Acordo de Empréstimo.

Supervisão da Gestão Financeira

A política do Banco requer que os Programas, de um modo geral, sejam supervisionados a fim de assegurar que os respectivos recursos sejam utilizados para os fins a que se destinam, de acordo com o contrato de empréstimo, contando com a devida consideração da economia, eficiência e sustentabilidade dos objetivos do Projeto.

A supervisão da gestão financeira a ser realizada pelo Banco ocorrerá no primeiro ano de implementação, no mínimo, duas vezes, nos demais exercícios será revisada anualmente. O período que antecede o término do Programa Projeto será monitorado de perto a fim de se evitar que sejam incorridos gastos após a data de seu encerramento. Visitas intermediárias, pelo BIRD, também poderão ser realizadas e incluirão, entre outros a análise dos relatórios IFRs semestrais, dos relatórios dos auditores, dos relatórios financeiros e de desembolso e de outros que se fizerem necessários.

A supervisão do primeiro ano, pelo BIRD, enfatizará a elaboração dos relatórios pela SEE dos IFRs, Declaração de Gastos - SOE, Folha Resumo, SOEs Customizados, a execução do orçamento ou das liberações financeiras, a

implementação do Plano de Ação de Gestão Financeira e do programa de Assistência Técnica, bem como a realização da auditoria externa.

Relatórios de Acompanhamento Financeiros – IFRs

Os IFRs deverão ser elaborados pela SEFAZ através da Gerência Administrativo-Financeira e apresentadas ao BIRD, o mais tardar, quarenta e cinco dias (45) dias após o término de cada semestre.

O formato do IFR seguirá o acordado entre a SEFAZ e o BIRD e constam na Carta de Desembolso do Projeto.

O IFR abrange os recursos do BIRD e Estado. No segundo semestre, encerrado em 31 de Dezembro de cada Ano Civil, também serão anexados o balancete de verificação e outros relatórios solicitados pelo Banco ou que forem identificados como relevantes pela SEFAZ.

No decorrer do Projeto serão elaborados relatórios gerenciais, intermediários não auditados para monitorar a execução financeira.

4.3.4 Auditoria Externa

A Secretaria do Planejamento, através da UGP, elaborará e encaminhará ao Banco Mundial para “Não Objeção” o Termo de Referência (TDR) detalhando os procedimentos para realização de auditoria externa no prazo de 3 meses após a assinatura do contrato.

Esta auditoria poderá ser realizada por uma empresa de auditoria independente ou pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI) e o mesmo deverá concordar com a política de auditoria adotada pelo Banco.

Os auditores deverão cumprir com o solicitado no TOR, emitir uma opinião única das demonstrações financeiras, inclusive do cumprimento dos convênios mencionados no Acordo de Empréstimo e elaborar uma carta de recomendações, identificando os pontos que merecem mais atenção por parte do controle interno. Entretanto, em auditorias posteriores, os referidos pontos deverão estar regularizados mediante a implementação de ações corretivas pelo Projeto.

A decisão sobre as auditorias dos exercícios subsequentes será feita levando-se em consideração a entrega oportuna e a aceitabilidade do primeiro relatório de auditoria realizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI).

Com base no Acordo de Empréstimo e no PAD (Documento de Avaliação do Projeto), os demonstrativos financeiros auditados deverão ser apresentados ao Banco até seis meses após o final do ano fiscal.

O TCE/PI formalmente declinou da possibilidade de realizar a auditoria do projeto. Oficialmente o serviço de auditoria é executado por uma firma independente.

4.3.5 Outros Procedimentos Administrativos, Financeiros e Instrumentos Operacionais

A Gerência Administrativo-Financeira estabelecerá sistemas de controles internos nos procedimentos administrativos, financeiros e de execução para atender obrigações que constam do Acordo de Empréstimo. Estes controles são exercidos através de vários instrumentos, relacionados a seguir:

Plano Operativo Anual (POA) – O POA é o instrumento que operacionaliza as ações projetadas de cada unidade executora. É um documento de programação elaborado a partir da definição de estratégias, das diretrizes, dos objetivos e metas anuais do Projeto, decorrente dos respectivos programas e atividades aprovadas e constantes de cada um de seus Executores, Componentes, Subcomponentes e Atividades.

As Diretrizes Gerais para elaboração das propostas do Plano Operativo Anual - POA são de responsabilidade de cada órgão executor, que deve preparar e detalhar as ações que serão desenvolvidas no período, bem como a quantificação dos recursos envolvidos por mês. O valor total do ano não poderá ultrapassar os recursos financeiros definidos no Orçamento Geral do Estado. Após a elaboração, encaminhar à SEFAZ, para que sejam consolidados pela Gerência Administrativo-Financeira. A mesma encaminhará ao Banco, até dezembro de cada ano, para conhecimento.

Relatórios - Para subsidiar a tomada de decisão do Conselho Técnico de Representantes, Bird e Governo do Estado, com periodicidade trimestral ou semestral, conforme o caso, serão preparados e encaminhados relatórios de progresso e demais operações solicitadas pelo Bird em missões técnicas ou como determina o Contrato de Empréstimo.

4.4 Arranjos Financeiros dos Programas Poupança Jovem e PROGERE

Dentro do Projeto temos dois arranjos financeiros que precisam ser esclarecidos uma vez que repassam dinheiro a beneficiários, a saber: o Programa Poupança Jovem Piauí da Secretaria de Educação que concederá bolsas de estudo para alunos que completam o ensino médio e o PROGERE que financiará Planos de Investimentos Produtivos.

4.4.1. Poupança Jovem Piauí

Neste caso, cada aluno matriculado no Ensino Médio das escolas públicas nas regiões atendidas pelo Projeto receberá uma bolsa caso seja aprovado no ano letivo e cumpra todos os pré-requisitos necessários como frequência e participação em aulas de reforço ou seminários.

Será aberta uma conta no Banco do Brasil para cada um dos alunos para depósito dos valores, conforme descrito, no entanto, o aluno só poderá sacar o valor completo após a conclusão do ensino médio, antes disso, apenas 40% do valor a cada ano. Os depósitos serão feitos no mês de fevereiro de cada ano, após comprovação da aprovação e do cumprimento dos requisitos citados.

I. Modalidade Regular:

a) 1º Ano: R\$ 400,00

b) 2º Ano: R 500,00

c) 3º Ano: R\$ 600,00

II. Modalidade Educação Jovens e Adultos (EJA)

a) 6ª Etapa: R\$ 500,00

b) 7ª Etapa: R\$ 600,00

A Secretaria de Educação enviará a UGP e ao Banco informações sobre aprovação e pagamento das bolsas ainda no mês de fevereiro.

4.4.2. PROGERE

O Programa tem como uma de suas metas o financiamento de Planos de Investimento Produtivo destinados às Entidades de beneficiárias do Programa. O valor máximo de cada PIP, não poderá exceder R\$ 195.000,00 considerando recursos do Estado, dos beneficiários e de eventuais outros parceiros.

Esses recursos serão repassados seguindo normas da IN Nº 001/2009/SEPLAN/SEFAZ/CGE do Governo do Estado do Piauí, que dispõe sobre regras para transferências de recursos financeiros e celebração de convênios para estas organizações.

Uma vez o PIP elaborado, avaliado e aprovado, as seguintes etapas deverão ser implementadas:

ETAPA	DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL
--------------	------------------------------------	--------------------

01	Cadastramento no SIG e SISCON,	Entidade
02	Abertura conta bancária específica do convênio	Presidente Entidade
03	Assinatura do convênio,	Presidente Entidade e Secretário SDR
04	Realização Shopping	Entidade
05	Elabora Pedido de Desembolso(PD) Solicita a SEFAZ contábil, empenha,	Tesouraria
06	Repasse do valor total do PIP financiado pelo Programa na conta	Tesouraria
07	Liberação da parcela (da primeira e das subsequentes)	SDR
08	Celebração de contratos com fornecedores/empresas .etc	Entidade
09	Elaboração prestação de contas da parcela do convênio	Entidade
10	Visita de supervisão técnica, para: 1) avaliar a parcela anterior e autorizar a liberação de recursos da parcela subsequente ou 2) solicitar adequação ou ajustes sobre parcela anterior.	SDR
11	Elaboração ofício solicitando o desbloqueio de recursos da conta da Entidade, conforme relatório de supervisão.	SDR
12	Elaboração da prestação de conta final.	Entidade
13	Termo de recebimento e conclusão do PIP.	SDR

Todos os procedimentos acima mencionados serão sistematicamente registrados no SIG.

No repasse de recursos para convênios com Entidades de produtores rurais, o conveniente deverá abrir uma conta bancária específica(antes da assinatura do convênio) para os recursos recebidos pelo Programa. Os recursos serão repassados na sua integralidade do valor previsto no PIP. Assim, os recursos ficarão bloqueados na conta das Entidades e liberados em parcelas por autorização da SDR/DCPR, conforme relatórios de supervisão.

No financiamento dos Planos de Investimento Produtivos, as Entidades deverão aportar contrapartida, que não poderá ser inferior a 30% do custo total do financiamento do PIP. Considera-se como contrapartida, recursos financeiros da própria Entidade ou de outra fonte, além das tidas como não financeiras tais como: equipamentos, mão de obra, instalações, imóveis, materiais. A contrapartida deverá ser diretamente relacionada com o objeto do PIP, sendo a mesma mensurável monetariamente, discriminadas e comprovadas (comprovantes serão colocados na Prestação de contas) quando da elaboração das Prestações de Contas das parcelas recebidas.

As Entidades beneficiárias do Programa prestarão contas parciais e finais, sobre todos os recursos recebidos inclusive do aporte de sua própria contrapartida. Ressalte-se que todos os processos licitatórios, de contratações, de medição, de atesto, de recebimento e de pagamentos quando realizados por essas Entidades, serão analisados pela SDR/DCPR.

As entidades beneficiárias receberão previamente as capacitações necessárias para a realização de todo este procedimento, e serão acompanhadas sobre esses aspectos, pelas equipes de assessoria.

No caso de descumprimento parcial ou total do objetivo proposto do PIP e/ou no caso de descumprimento das condições contratuais, o convênio será unilateralmente rescindido com aplicação das medidas em cláusulas, e será encaminhado a Procuradoria Geral do Estado para providencias jurídicas cabíveis.

V. ARRANJOS DE AQUISIÇÃO DO PROJETO

5. Arranjos para Aquisições

As aquisições no âmbito do projeto serão realizadas, maioritariamente, pela Secretaria de Administração (SEAD) que criará, no bojo da sua Diretoria de Licitações (DL), duas centrais de licitações que terão essa atribuição regularizada através de portaria e receberão treinamento específico do Banco.

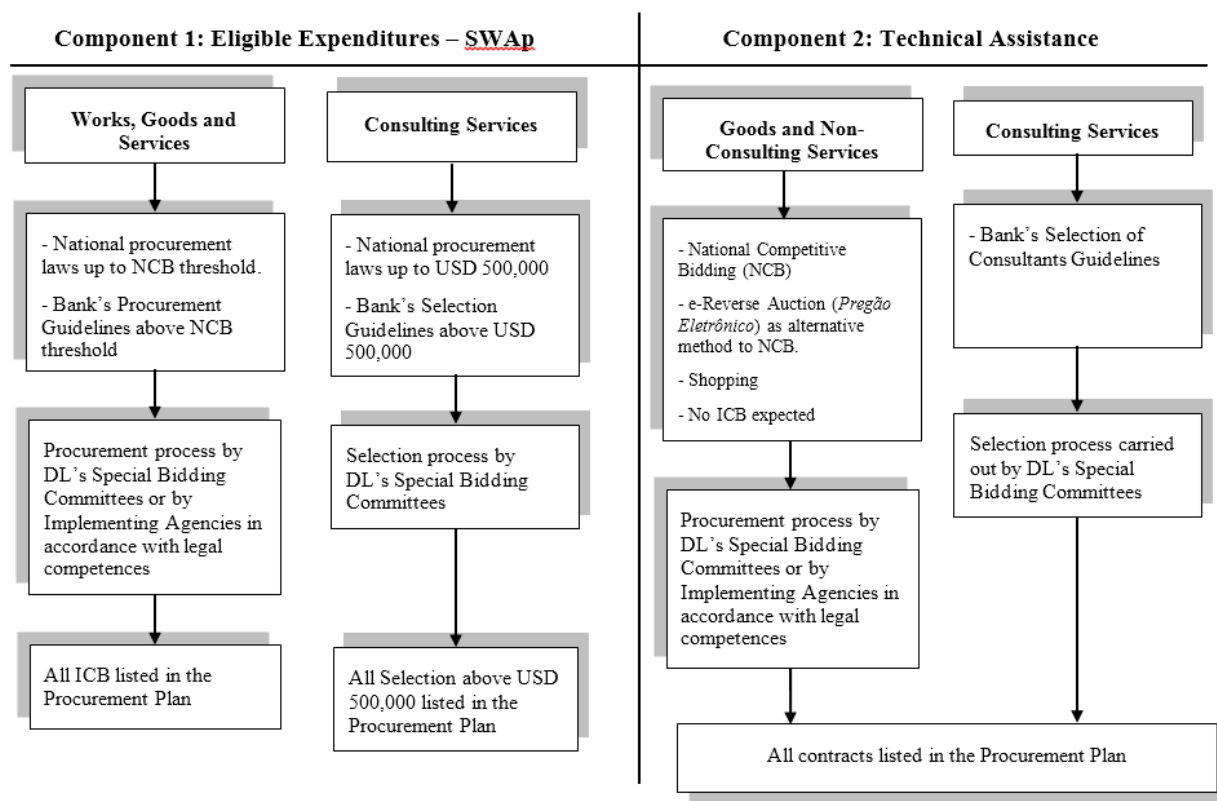
Este órgão realizará todas as aquisições comuns às secretarias como serviços de telecomunicação e internet, veículos, passagens aéreas, serviços de terceirização entre outros. Quando forem aquisições mais específicas, aqueles órgãos, participantes do projeto, que a SEAD concorda que têm capacidades técnicas para efetuarem suas próprias aquisições poderão realizar as licitações e, para tanto, também receberão treinamento do Banco.

Os processos licitados no âmbito do projeto deverão respeitar regras específicas do Banco de acordo com o Componente a que pertence e os seus valores, que serão explicados nos itens a seguir.

Diretrizes e Arranjos de Licitação

As aquisições para o projeto proposto seriam realizadas de acordo com o documento do Banco Mundial "Diretrizes: Aquisições para Empréstimos do BIRD e Créditos da AID", de Julho de 2014 e "Diretrizes: Seleção e Contratação de Consultores pelos Mutuários do Banco Mundial", de Julho de 2014 e disposições estipuladas no Acordo Legal. Os vários itens sob diferentes categorias de despesas são descritas, em geral, abaixo. Para cada contrato a ser financiado no âmbito do Projeto, os diferentes métodos de aquisição ou métodos de seleção de consultores, custos estimados, exigências de revisão prévia e prazos são acordados entre o Mutuário e o Banco no Plano de Aquisições.

O projeto é composto do Componente 1, incluindo EEPs para US \$ 105 milhões, e Componente 2, incluindo a assistência técnica de US \$ 15 milhões. A celebração de contratos por componente está descrita na figura a seguir.



Componente 1 - Gastos Elegíveis. Contratos ao abrigo deste componente aplicam métodos de aquisição nacionais e não requer um plano de aquisições. No entanto, qualquer aquisição estimada acima do limite de Concorrência Pública Nacional (NCB) de US \$ 5.000.000 para produtos e serviços de não-consultoria ou US \$ 25.000.000 para obras devem ser realizadas através de ICB. Além disso, quaisquer serviços de consultoria ao abrigo deste componente estimado acima de US \$ 500.000 deverão ser realizados através de SBQC. Nos casos de necessidade de ICB ou SBQC, a DL seria responsável pela realização delas. Estes devem constar no Plano de Aquisições.

Componente 2 - Assistência Técnica. Contratos ao abrigo deste componente aplicam métodos de aquisição do Banco. Para os bens “de prateleira” e serviços prontamente disponíveis de não consultoria até o limite NCB de US \$ 5.000.000, o método Leilão Reverso conhecido como "pregão eletrônico" pode ser aplicado através do "COMPRASNET" ou qualquer outro sistema de e-procurement aprovado pelo Banco. Todos os leilões reversos sob o Componente 2 irão seguir os procedimentos previstos pela legislação nacional, se forem previamente consideradas aceitáveis pelo Banco e o Mutuário deve aplicar apenas Documentos Padrão de Licitação para o Leilão Reverso aceitável pelo Banco. Esses Leilões Reversos podem ser conduzidos pelas secretarias ou pelas Comissões de Licitação especiais do DL, dependendo das competências conferidas por lei estadual. Todas as seleções de consultoria deverão ser realizadas pela comissão de licitação especial da DL. Todos os contratos ao abrigo do Componente 2 devem ser listados no Plano de Aquisições do projeto.

Cada secretaria será responsável por preparar as suas especificações técnicas e termos de referência para iniciar cada aquisição ou seleção. No caso de ser conduzida pelas comissões de licitação especiais do DL, a mesma equipe que prepara as especificações e termos de referência seria convidada a integrar a comissão de licitação especial e ser parte da equipe de avaliação. A criação dos comitês de licitação especiais da DL é uma condição de eficácia.

Contratação de Obras: Contratos de obras, como a construção e renovação de cinco centros de saúde especializados somente no Componente 1. As aquisições seriam conduzidas pela comissão de licitação da SESAPI. Todos os contratos com custo estimado em mais de US \$ 25.000.000 estaria sujeito à revisão prévia pelo Banco.

Aquisição de Bens: São esperadas Aquisições de bens no âmbito dos dois componentes do Projeto que incluem equipamentos de TI, equipamentos médicos e assim por diante. No componente 1, os métodos de aquisição definido pelas leis nacionais de aquisição irão reger os contratos. Todos os documentos de licitação e os contratos resultantes são obrigados a incluir a cláusula do Banco de prevenção e combate à fraude e à corrupção, a fim de ser elegível para financiamento. No Componente 2, as aquisições de bens podem ser processadas através de Shopping, NCB ou ICB, mas é aceitável que todos eles sejam processados através de pregão eletrônico, conforme estabelecido na Lei do Brasil, pelo "COMPRASNET" ou qualquer outro sistema de e-procurement aprovado pelo banco. Cada contrato ou pacote de contrato ao abrigo do Componente 2 estimado em mais de US \$ 1.500.000 e o primeiro contrato a ser feito através de BCN, Shopping ou Leilão Reverso estarão sujeitos à revisão prévia pelo Banco, independentemente da estimativa de custos envolvidos. Todos os contratos ICB em ambos os componentes estarão sujeitos à revisão prévia pelo Banco. Todas as Contratações Diretas no Componente 2 que custarem mais de US \$ 50,000 estarão sujeitas à revisão prévia pelo Banco.

Aquisição de serviços de não-consultoria: São esperadas aquisições de serviços de não-consultoria no âmbito dos dois componentes do Projeto e incluem logística de treinamento (serviços de hotelaria, restauração, serviços de viagens, serviços de impressão), workshops, seminários, eventos, serviços de impressão e assim por diante. No componente 2 podem ser processados através de Shopping, NCB ou ICB, mas é aceitável que todos eles sejam processados através de pregão eletrônico, conforme estabelecido na Lei do Brasil, em "COMPRASNET" ou qualquer outro sistema de e-procurement aprovado pelo Banco. No Componente 1 os métodos de aquisição definido pelas leis nacionais de Aquisições irão reger os contratos apenas até o limite NCB. Todos os documentos de licitação e os contratos resultantes são obrigados a incluir a cláusula do Banco sobre prevenção e combate à fraude e à corrupção, a fim de ser elegível para financiamento. Cada contrato ou pacote de contrato ao abrigo do Componente 2 que custarem mais de US \$ 1.500.000 e o primeiro contrato a ser realizado através de BCN, Shopping ou Leilão Reverso estaria sujeito à revisão prévia pelo Banco, independentemente da estimativa de valor. Todos os contratos de ICB em ambos os componentes estariam sujeitos à revisão prévia pelo Banco. Todas as Contratações Diretas no Componente 2 que custarem mais de US \$ 50.000 estarão sujeitas à revisão prévia pelo Banco.

Seleção de Consultores: São esperadas contratações de consultores no âmbito dos dois componentes do Projeto incluindo estudos, pesquisas e assim por diante. No primeiro Componente, deve incluir aqueles que não dizem respeito a serviços de Assistência Técnica, mas para atividades regulares. As seleções irão seguir as leis nacionais de adjudicação de contratos para montantes estimados abaixo de US \$ 250.000, mas todas as Solicitações de Propostas (SDP) e os contratos resultantes serão obrigados a incluir a cláusula do Banco sobre prevenção e combate à fraude e à corrupção, a fim de ser elegível para financiamento. Qualquer seleção de mais de US \$ 500.000 no âmbito do componente 1 deve ser processada através do método SBQC. No Componente 2 estes serviços serão selecionados através de Seleção Baseada na Qualidade e Custo (SBQC), Seleção Baseada na Qualificação do Consultores de (SQC), seleção de menor custo (LCS), Seleção de Orçamento Fixo (SOF), Single-Source Selection (SSS - com não-objeção do Banco devido numa base caso-a-caso) e Consultores Individuais (IC). As listas curtas de consultores para serviços com custo estimado inferior a US \$ 1.500.000 por contrato podem ser compostas inteiramente de consultores nacionais em conformidade com as disposições do parágrafo 2.7 das Diretrizes para Consultores. Todos os contratos, em ambos os componentes,

com custo estimado de mais de US \$ 500.000 cada, estarão sujeitos à revisão prévia pelo Banco. No Componente 2, o primeiro contrato de serviços de consultoria para seleção através de qualquer método acima mencionado estará sujeito à revisão prévia pelo Banco, independentemente da estimativa de custos envolvidos e cada contrato de consultor individual (IC) estimado acima de US \$ 100.000 será também sujeito a procedimentos de revisão anterior. Seleção direta de empresas de consultoria com custo estimado em mais de US \$ 100.000 estará sujeita a procedimentos de avaliações anteriores.

Limites de revisão prévia e método de aquisição são definidos na Tabela a seguir.

Tabela 02. Limites de Revisão Prévia e Métodos de Aquisições

Categoria de Despesas	Limites de Valor de Contrato (US\$ milhares)	Método de Aquisição	Processos Sujeitos a Revisão Prévia
Obras	≥ 25,000	ICB	Todos os processos em ambos os componentes
	< 25,000 ≥ 200	NCB	No component 1: primeiros processos No Componente 2: Primeiro processo e todos os demais acima de US\$ 1.500.000
	< 200	Shopping	No Componente 1: nenhum No Componente 2 – O primeiro processo
Bens	≥ 5,000	ICB	Todos os processos em ambos os componentes
	< 5,000 ≥ 100	NCB	Componente 1: Primeiros processos Componente 2: Primeiros processos e todos acima de US\$ 1,500,000
	< 100	Shopping	Componente 1: Nenhum Componente 2: Os primeiros processos
Serviço de Não Consultoria	≥ 5,000	ICB	Todos os processos em ambos os componentes
	< 5,000 ≥ 100	NCB	Componente 1: Primeiro processo Componente 2: Primeiro processo e todos acima de US\$ 1,500,000
	< 100	Shopping	Componente 1: Nenhum Componente 2: Os primeiros processos
Consultoria (empresa)	≥ 200	SBQC/SBQ/ LCS/FBS	First process regardless the amount involved for each selection method and all processes above US\$ 500,000
	< 200 ≥ 100	FBS/LCS	
	< 100	SQC	
Consultor Individual (CI)		Seção V – Diretrizes de Consultoria	Primeiro processo observando o montante envolvido e todos os contratos com custo estimado em mais de US\$ 100.000

Contratação direta de bens e serviços de não-consultoria			Primeiro processo observando o montante envolvido e todos os contratos com custo estimado em mais de US\$ 50,000
Seleção de Fonte Única (Empresas)			Primeiro processo observando o montante envolvido e todos os contratos com custo estimado em mais de US\$ 100.000

Os detalhes dos Arranjos de Licitação Envolvendo Competição Internacional

Bens, obras e serviços não-Consultoria

- (a) Lista de contratos a serem adquiridos por ICB e contratação direta: **Finalizando o Plano de Aquisições do Projeto**

Tabela 03. Conjunto de Contratos

1	2	3	4	5
Descrição da Ação	Custo Estimado 1,000	Método de Seleção	Revisão pelo Banco (Anterior / Posterior)	Data Esperada da apresentação da proposta
		ICB	Anterior	

- (b) Os contratos de ICB para bens e serviços de não-consultoria com custo estimado acima de US \$ 5.000.000 por contrato e todas as contratações diretas estarão sujeitos à revisão prévia pelo Banco.
- (c) Os contratos de ICB para Obras com custo estimado acima de US \$ 25.000.000 por contrato e todas as contratações diretas estarão sujeitas à revisão prévia pelo Banco.

Serviços de Consultoria

- (a) Lista dos serviços de consultoria com lista curta de empresas internacionais. Esperando finalização do Plano de Aquisições do projeto

Tabela 04. Contratos de Consultoria

1	2	3	4	5
Descrição da Ação	Custo Estimado 1,000	Método de Seleção	Revisão pelo Banco (Anterior / Posterior)	Data Esperada da apresentação da proposta
		SBQC	Anterior	

- (b) Serviços de consultoria (empresas) acima de US \$ 500.000 e toda a seleção de uma única fonte de consultores estará sujeito à revisão prévia pelo Banco.
- (c) Listas curtas compostas inteiramente de consultores nacionais: As listas curtas de consultores para serviços com custo estimado inferior a US \$ 1.500.000 por contrato podem ser compostas inteiramente de consultores nacionais em conformidade com as disposições do parágrafo 2.7 das Diretrizes para Consultores.

Frequência de Supervisão de Aquisições

Além da revisão prévia a ser realizada pelo Banco, a avaliação da capacidade das agências de execução sugere a necessidade de missões de supervisão anuais para realização de revisões posteriores das ações de aquisição.

Uma auditoria externa anual dos contratos realizados no âmbito da operação será pactuada no Acordo de Empréstimo e será necessária para avaliar e verificar uma amostra dos processos adquiridos no âmbito componente 2. Como resultado da revisão posterior, e auditorias externas, o Banco estaria em condições de identificar casos de não conformidade e aplicar os recursos previstos no contrato de empréstimo.

O Governo do Estado do Piauí tem duas instituições encarregadas de realizar a supervisão de contratos, TCE-PI e CGE-PI. Estas instituições desempenham um papel importante em assegurar a transparência das práticas de contratação e o combate à fraude e à corrupção. TCE-PI é composto por profissionais bem treinados sobre a regulamentação e conta com ferramentas / sistemas de auditoria nacionais de adjudicação de contratos aceitáveis, assim ele pode ser recomendado para realizar auditorias de contratos no âmbito do componente 1. Sob a avaliação externa do Banco, durante a implementação do Projeto, o TCE-PI também seria recomendado para realizar auditorias nos termos do Componente 2.

Plano de Aquisições

A SEPLAN irá consolidar as necessidades de aquisições de todas as secretarias em um plano de aquisições do projeto e apresentará um primeiro esboço antes das negociações. Este plano de aquisições será para a implementação do projeto nos primeiros 18 meses e servirá de base para os métodos de aquisição que serão acordados entre as secretarias e a equipe do projeto durante as negociações. Ele também estaria disponível no banco de dados do Projeto e no website externo do Banco Mundial. O Plano de Aquisições deverá ser atualizado pelo menos anualmente ou conforme necessário para refletir as necessidades reais de implementação do projeto e melhorias na capacidade institucional.

VI. SALVAGUARDAS AMBIENTAIS

De acordo com a avaliação realizada na preparação do Projeto, este foi classificado como categoria B e deverá cumprir as seguintes Políticas de Salvaguardas do Banco Mundial: Avaliação Ambiental (OP 4.01); Hábitats Naturais (OP 4.04); Manejo de Pragas (OP 4.09); Recursos Físicos (Naturais) e Culturais (OP 4.11); Florestas (OP 4.36); Reassentamento Involuntário (OP 4.12).

Foi realizado, para chegar à classificação citada acima, um estudo de Salvaguardas Ambientais e Sociais que encontra-se no anexo deste MOP, contendo o Marco de Gestão Ambiental e o Marco de Política para Reassentamento Voluntário descritos abaixo.

É importante dizer também que, compõe os anexos deste MOP um Plano de Gestão Ambiental para o Programa de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural.

5.1 Marco de Gestão Ambiental

O Marco de Gestão Ambiental tem como propósito orientar a aplicação das recomendações do BIRD quanto às políticas de Salvaguardas Ambientais (OP 4.01, 4.04, 4.11 e 4.36) relativas aos possíveis impactos ambientais negativos decorrentes da implementação das ações previstas no Projeto.

O gerenciamento ambiental terá suporte em um processo de gestão ambiental constituído por um conjunto de análises e recomendações definidas em conjunto com o Banco traduzidos no referido Marco. Para que os trabalhos transcorram harmônicos, a ação gerencial ficará centralizada na Unidade de Gerenciamento do Projeto, na SEPLAN que, em conjunto com as Secretarias de Estado envolvidas na execução do Projeto e responsáveis por ações que acionaram alguma salvaguarda ambiental do Banco irá certificar-se do cumprimento do documento de Salvaguardas Ambientais e Sociais.

Nesse contexto, o gerenciamento ambiental, como uma prerrogativa transversal, é de extrema importância na medida em que promoverá um nivelamento institucional, exigindo um trabalho conjunto, evitando sobreposições de esforços e gastos desnecessários, nas intervenções, para a gestão geral do Projeto em função da natureza e características de seus objetivos, conduzindo à responsabilidade ambiental. Para tanto, serão necessários esforços voltados a processos de nivelamentos conceituais, alinhamento estratégico e preparação, execução e monitoramento conjunto das políticas públicas do estado.

As políticas operacionais do Banco Mundial convergem em muitos aspectos com as políticas ambientais do Estado do Piauí. Os procedimentos licenciatórios adotados no território piauiense são adequados para atender a estas políticas e dar garantias ao atendimento dos pressupostos das Salvaguardas Ambientais do Banco Mundial.

O Documento de Salvaguardas Ambientais e Sociais, no qual o Marco de Gestão Ambiental do Projeto está inserido, encontra-se disponibilizado na íntegra no Portal da SEPLAN – www.seplan.pi.gov.br.

5.2 Marco de Política para o Reassentamento Involuntário

Elaborado com base na Política de Reassentamento Involuntário do BIRD (OP 4.12) e em experiências de projetos de mesma natureza no âmbito estadual e nacional.

Os objetivos do Marco de Política para o Reassentamento Involuntário do Projeto são: (i) garantir a implementação de corretas práticas de informação, consulta, compensação e assistência a grupos de beneficiários e/ou atingidos, nas etapas de elaboração, execução, monitoramento e avaliação do projeto; (ii) constituir um manual de procedimentos, que servirão de referência para a elaboração futura de Planos

Pontuais de Reassentamento Involuntário - PPRI, no âmbito do desenvolvimento dos projetos, e (iii) tornar públicas as orientações e diretrizes, tanto para as equipes de elaboração dos projetos executivos, como para as famílias atingidas e para os responsáveis pela implementação, monitoramento e avaliação das ações (Unidade de Gestão do Projeto – UGP e demais parceiros).

A Política Operacional de Reassentamento Involuntário do BIRD (OP 4.12) não é restrita apenas aos casos em que há o deslocamento físico das famílias atingidas, pelo contrário, é bastante ampla, cobrindo os impactos econômicos e sociais diretos que resultem dos projetos de investimentos financiados, contemplando as famílias cujas posses de terra estejam regularizadas (proprietárias) e também aquelas em que a posse não é regularizada (posseiras).

Quando for identificado que uma obra ou atividade a ser financiada pelo projeto apresenta potencial de causar ações de reassentamento involuntário de famílias será necessária a elaboração de um Plano Pontual de Reassentamento Involuntário - PPRI, em conformidade com o Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário, devendo este Plano ser aprovado pelo Banco Mundial, antes de iniciar qualquer investimento.

As principais funções em relação à implementação do aludido Marco Referencial estão atribuídas à Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) que designará um técnico responsável para esta finalidade.

O Documento de Salvaguardas Ambientais e Sociais, no qual o Marco de Política para o Reassentamento Involuntário está inserido, encontra-se disponibilizado na íntegra no Portal da SEPLAN – www.seplan.pi.gov.br.

I – PLANO DE AÇÃO COMPONENTE 1

i. SUBCOMPONENTE 1.1: MELHORIA DA RETENÇÃO NO ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA

PROGRAMA POUPANÇA JOVEM

Será concedido um benefício para os alunos do ensino médio da rede pública estadual. O ingresso no Programa dependerá da entrega do Termo de Compromisso devidamente assinado e cópias dos documentos: RG, CPF, comprovante de residência e duas fotos 3X4 recentes. Após análise da documentação será cadastrado no Projeto, que só poderá se extinguir com desligamento voluntário, com a reprovação, transferência ou com o desligamento do aluno de escola pública estadual beneficiada.

A importância do Programa consiste na redução das taxas de abandono e reprovação escolar de alunos matriculados no ensino médio da rede pública estadual de ensino; estímulo os alunos a frequentarem regularmente a escola através de incentivo financeiro (poupança); introdução de critérios de avaliação e instrumentais para aferir o aprendizado do aluno durante o projeto; estabelecer estratégias conjuntas para melhoria do ensino; estimular maior participação dos alunos no ENEM.

O Projeto cobrirá os 11 territórios, em municípios com maior taxa de extrema pobreza, por ordem decrescente, contemplando um total de 44 municípios: Caraúbas do Piauí; Murici dos Portelas; Cocal dos Alves; Caxingó; Joaquim Pires; Madeiro; Lagoa de S. Francisco; Campo Largo do Piauí; Assunção do Piauí; S. Miguel do Tapuio; Novo Santo Antônio; São João da Serra; Pau D'arco; Miguel Alves; Palmeirais; São Gonçalo do Piauí; Lagoa do Sítio; Francinópolis; Barra D'Alcântara; S. Miguel da Baixa Grande; Vera Mendes; Betânia do Piauí; São Luís do Piauí; Acauã; S. Francisco de Assis do Piauí; Isaias Coelho; Campinas do Piauí; Wall Ferraz; Guaribas; Lagoa do Barro; Várzea Branca; Campo Alegre do Fidalgo; Nova Santa Rita; Pedro Laurentino; Ribeira do Piauí; Nazaré do Piauí; Sebastião Leal; Canavieira; Ribeiro Gonçalves; Landri Sales; Riacho Frio; Morro Cabeça no Tempo; Cristalândia do Piauí; Sebastião Barros;

O projeto pretende beneficiar no período de 2015 a 2019, com a duração de 5 (cinco) anos.

AÇÕES	ATIVIDADES	PERÍODO
Aquisição e confecção de material para divulgação do Projeto de Incentivo Educacional;	Confecção de material e aquisição de material de expediente.	ABRIL
Mobilização e sensibilização das Gerências Regionais de Educação, nas quais estão situados os municípios com maior índice de extrema pobreza;	Reunião com gerentes das GRES contempladas com a participação dos gestores das escolas. Apresentação da Lei, Regimento e do Termo de compromisso.	MARÇO/ABRIL

Envio de material das inscrições dos estudantes a serem cadastrados no programa;	Inscrição nas escolas com o preenchimento das fichas, apresentação de documentos pessoais, assinatura do termo de compromisso e envio o material as GRES.	MAIO/JUNHO
Cadastro dos estudantes beneficiários do PIE junto ao programa de cadastro do Banco do Brasil;	Realização do cadastramento dos estudantes a serem beneficiados pelo programa.	JUNHO/ SETEMBRO
Monitoramento e avaliação bimestral do desenvolvimento do PIE e articulação com o Banco do Brasil acerca dos mecanismos do sistema de cadastro e cartões dos estudantes.	Fazer visitas nas escolas contempladas bimestralmente.	TODO ANO

A Comissão de execução do Projeto Poupança Jovem será composta pelo pessoal da Secretaria de Educação:

Maria de Fátima Viana da Mota - COORDENADORA – UNEA

Luiza Vieira da Costa- APOIO PEDAGÓGICO - GEM

Janete Pimentel de Sousa - APOIO JURIDICO - UNEA

Luísa M^a Solano Nogueira - APOIO PEDAGÓGICO - UGIE

Maria do Perpétuo Socorro de Santana Cabral - APOIO - GEM

Regina Célia Barbosa Monteiro Lopes - APOIO – GEM

O Projeto custará R\$ 35.521.500,00 (conforme tabela abaixo) e está enquadrado no PPA e no Orçamento (LOA), na linha Apoio ao Educando--Ensino Médio.

Despesas com Execução do Projeto	2015	2016	2017	2018	2019
Diária	200X120 (valor) 24.000,00	200X120 (valor) 24.000,00	200X120 (valor) 24.000,00	200X120 (valor) 24.000,00	200X120 (valor) 24.000,00
Material de Divulgação	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00

Incentivo Educacional	R\$4.888.500,00	R\$4.888.500,00	R\$7.068.500,00	R\$8.710.00,00	R\$9.836.000,00
Confecção de Cartão	R\$ 4.888,00	R\$ 4.888,00	R\$ 7.068,00	R\$ 8.710,00	R\$ 9.836,00
TOTAL	R\$4.919.388,00	R\$4.919.388,00	R\$7.101.568,00	R\$8.744.710,00	R\$9.871.836,00

AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA POUPANÇA JOVEM

O monitoramento do Programa Poupança Jovem incluirá estratégias de avaliação de desempenho, controle das taxas de abandono e reprovação escolar, desenvolvimento de atividades complementares de aprendizagem e programas de acompanhamento social. Esta ação requererá a contratação de uma equipe técnica para empreender este trabalho, tendo em vista o nível de especialidade exigido e o grau de complexidade destas análises, que incluem variáveis educacionais. A avaliação de impacto do programa terá como meta produzir estudos quantitativos e qualitativos sobre desempenho escolar (medido por taxas de aprovação, reprovação, abandono e a distorção idade-ano, resultados de proficiência e matemática, língua portuguesa e participação no ENEM).

AÇÕES/RESPONSABILIDADES

- 1 Contratação de consultoria especializada para pesquisa e produção sobre avaliação de impacto de efetividade do Projeto Poupança Jovem;
- 2 Constituição de uma equipe supervisora de acompanhamento e monitoramento do processo de avaliação de impacto do Projeto Poupança Jovem;
- 3 Produção de relatório preliminar sobre o instrumento de avaliação;
- 4 Elaboração de Plano de Avaliação de Impacto;
- 5 Definição de Relatório de Seguimento;
- 6 Elaboração de relatório final da avaliação de impacto;
- 7 Realização de workshops de divulgação dos resultados.

A implementação do Programa Poupança Jovem demanda uma ação de assistência técnica para aferir os resultados da execução desta política nos municípios de atuação selecionados, proporcionando quadros de análises dos seus efeitos educacionais para o conjunto do estado do Piauí, com objetivo de

subsidiar as políticas governamentais e garantir êxitos em sua aplicação. Desse modo, ao lado da estratégia de monitoramento desenvolvida pela Secretaria Estadual de Educação do Piauí, a Avaliação de Impacto do Programa Poupança Jovem constituirá uma importante ferramenta para a consecução dos objetivos propostos e melhoria dos indicadores.

A avaliação de impacto será realizada no conjunto de escolas contempladas com o Programa Poupança Jovem. No horizonte de 5 (cinco) anos o projeto pretende beneficiar no período de 2015 a 2019 o total de 19.672 alunos nos 77 municípios contemplados pelo projeto. Segue a tabela abaixo com a estimativa de atendimento do Projeto Poupança Jovem:

ANO	Nº DE ALUNOS
2015	9.777
2016	9.777
2017	14.137
2018	17.420
2019	19.672

CRONOGRAMA

Ação/Atividade	Mai	Jun	Ago	Set. /16	Abr	Maio	Julho

	2016	2016	2016	a Mar./17	2017	2017	2017
Produção de relatório preliminar sobre o instrumento de avaliação	X						
Elaboração do plano da avaliação de impacto		X	X				
Aplicação de instrumental de avaliação e análise de dados				X			
Produção de relatório de linha de base					X		
Produção de relatório de segmento						X	
Produção de relatório final							X
Realização de Workshop de divulgação dos resultados.							X

O conjunto destas ações está previsto a um custo de R\$ 251.230,00 e está enquadrado no PPA E NO ORÇAMENTO, nas linhas I – Apoio ao Educando – Ensino Médio e II – Melhoria do Padrão de Qualidade da Educação Pública Estadual.

AMPLIAR O ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL

As ações voltadas para a ampliação do ensino médio em tempo integral são:

- a) Definir escolas para implantação do programa;
- b) Adequação da infraestrutura física das escolas para implantar o programa;
- c) Disponibilidade de material/equipamento;
- d) Disponibilidade de merenda escolar adequada ao tempo integral;
- e) Pagamento de gratificação;
- f) Pagamento para profissionais das oficinas.

A Escola de Tempo Integral consolida-se na atualidade como essencial ao processo de aprendizagem, aliada a uma concepção emancipatória da educação (como prática da liberdade e de inserção social), que assegure o acesso a escola, especialmente a permanência do aluno com o objetivo de romper com a idéia de somente um projeto “especial” de jornada ampliada para algumas instituições de ensino. Assim endente-se que a jornada ampliada em tempo integral nas escolas pressupõe uma política pública, com a criação de

múltiplos espaços e de oportunidades para uma aprendizagem qualitativa para todos os alunos e resposta às demandas do conhecimento da sociedade.

Com esse objetivo, o Governo do Piauí, através da SEDUC (Secretaria Estadual de Educação e Cultura), elaborou estratégias visando a melhoria na qualidade do ensino – aprendizagem e do desempenho escolar, através da implantação de um conjunto de ações que conduzam com eficácia e eficiência, a gestão pedagógica e administrativa das escolas e de Tempo Integral.

Será selecionada uma escola em cada GRE com uma infraestrutura mínima adequada para a implantação do programa.

CRONOGRAMA

ATIVIDADES	M Ê S - 2015							M Ê S - 2016												RESPON- SÁVEL
	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
1. Seleção das escolas	X	X																		SUPEN UNEA
2. Reunião com a comunidade escolar (núcleo gestor, professores, servidores, pais e alunos) sobre a implantação do Programa			X	X	X	X	X													Coord. de Tempo Integral
3. Adequação da infraestrutura						X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				Engenharia SEDUC
4. Aquisição de equipamentos						X	X	X	X	X										UNAD / SEDUC
5. Capacitação em serviço dos professores e servidores das escolas.							X							X						Coord. de Tempo Integral

ESTUDO DE OBSERVAÇÃO DE SALAS DE AULA NAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL DO ESTADO DO PIAUÍ

Objetiva-se, portanto, analisar a influência das características de gestão e das práticas escolares no desempenho educacional das escolas de tempo integral e elege-se, para tal, o método *Stallings* – técnica para mensurar o tempo efetivamente usado em sala de aula na transmissão de conhecimento para os alunos –, a fim de investigar como o professor gerencia o tempo em sala de aula, no intuito de garantir a aprendizagem do alunado. Essa investigação certamente possibilitará identificar atividades e atores envolvidos durante determinado intervalo de tempo, os materiais utilizados nas atividades realizadas em sala de aula, a interferência e implicações da gestão administrativa e do trabalho pedagógica na sala de aula, o grau de instrução e os aspectos de formação do professor e do diretor da escola, o tempo de atuação do professor na escola, os aspectos da gestão escolar que interferem no tempo e nas atividades em sala de aula, etc.

Acredita-se que todo o processo viabilizará uma melhor definição da atuação e da formação do professor e do coordenador pedagógico da escola, bem como interferirá diretamente no desempenho do grupo gestor.

Para tanto, as seguintes ações serão executadas:

- Definição de Consultoria para parceria na proposta de Observação da sala de aula;
- Discussão sobre detalhamento do processo de Observação;
- Formação técnica da Comissão de Ensino, Monitoramento e Avaliação – CEMA da UNEA quanto ao método *Stallings* e o trabalho da Coordenação Pedagógica;
- Procedimentos de pesquisa;
- Desenvolvimento de sistema de informática, pela Gerência de Tecnologia e Informática (SEDUC-PI) para acompanhamento e orientação de Coordenações Pedagógicas;
- Análise dos Resultados de pesquisa;
- Elaboração de Relatório;
- Discussão dos Resultados de pesquisa com a CEMA, com os Coordenadores Pedagógicos, com as Escolas;
- Elaboração de Plano de Trabalho junto com as Coordenações Pedagógicas das Escolas;
- Discussão sobre Currículo das Escolas de Tempo Integral.

Na construção do processo de melhoria da qualidade da educação, aqui ressaltando a Educação nas 42 Escolas de Tempo Integral, reconhece-se a importância da garantia da aprendizagem dos alunos e, para tal, são considerados de grande importância:

- a gestão escolar no tempo integral;
- a gestão pedagógica nas escolas de tempo integral da rede estadual;
- as orientações curriculares e o currículo efetivamente desenvolvido;
- a atuação do professor em sala de aula, considerando o planejamento de o que e de como ensinar;
- os recursos utilizados na prática docente, inclusive as novas possibilidades tecnológicas;
- o uso do tempo em sala de aula, entre outras questões.

Daí a relevância da investigação sobre quais desafios e dificuldades enfrentadas pelo professor na sala de aula e com alunos reais, nas condições das escolas de tempo integral da rede estadual. Acredita-se que, a partir dessas observações, será possível compartilhar experiências bem sucedidas e sugestões de novas estratégias de aula.

O Estudo de observação de sala de aula (Stalling) será realizado nas 42 escolas de tempo integral.

GRE	CÓDIGO	CENTRO	MUNICÍPIO
1ª	22136002	AGOSTINHO BRANDÃO	COCAL DOS ALVES
1ª	22015809	CEMTI LIMA REBELO	PARNAÍBA
2ª	22136703	CEMTI FRANCISCA TRINDADE	BARRAS
3ª	22010505	CEFTI JOSÉ DE ARIMATÉA TITO	PIRIPIRI
3ª	22131035	CEMTI SÃO JOÃO BATISTA	SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
4ª	22027602	CEFTI PEQUENA RUBIM	TERESINA – CENTRO/NORTE
4ª	22022376	CEMTI ZACARIAS DE GÓES	TERESINA
5ª	22129650	CEMTI PEDRO COELHO DE REZENDE	BOA HORA
5ª	22033998	CEPTI CÂNDIDO BORGES	CAMPO MAIOR

6ª	22041222	CETI JOÃO FERRY	AGRICOLÂNDIA
6ª	22045686	CEPTI AURORA BARBOSA	REGENERAÇÃO
7ª	22050922	CETI MARIA ANTONIETA	VALENÇA DO PIAUÍ
8ª	22080333	CEMTI PEDRO SÁ	OEIRAS
8ª	22133968	CEMTI ROCHA NETO	OEIRAS
9ª	22085777	CETI JOSÉ ALVES BEZERRA	MONSENHOR HIPÓLITO
9ª	22082549	CETI MARCOS PARENTE	PICOS
9ª	22083022	CETI SEVERO MARIA EULÁLIO	SANTA CRUZ DO PIAUÍ
10ª	22058303	CEPTI RIBEIRO GONÇALVES	FLORIANO
11ª	22053484	CEPTI MARIA PIRES DE LIMA	URUÇUÍ
12ª	22100083	CEMTI SENADOR JOSÉ C. FERRAZ	SÃO JOÃO DO PIAUÍ
12ª	22118900	CEMTI ATANÁSIO DE SANTANA	SIMPLÍCIO MENDES
13ª	22072667	CEMTI MODERNA	SÃO RAIMUNDO NONATO
13ª	22131450	CEMTI PAULO FREIRE	GUARIBAS
14ª	22062610	CEMTI FRANKLIN DÓRIA	BOM JESUS
15ª	22120114	CEPTI DIONÍSIO RODRIGUES NOGUEIRA	CORRENTE
15ª	22076450	CETI DESEMBARGADOR AMARAL	CURIMATÁ
17ª	22098704	CETI PAULISTANA	PAULISTANA
18ª	22020969	CEMTI FERDINAD FREITAS	JOSÉ DE FREITAS
19ª	22028820	CEPTI PADRE JOAQUIM NONATO	TERESINA – SUL
19ª	22256725	CEMTI JOÃO HENRIQUE DE A. SOUSA	TERESINA – SUL
19ª	22029125	CEMTI SOLANGE SINIBU VIANA	TERESINA - SUL
20ª	22025308	CEPTI DIRCEU M. ARCOVERDE	TERESINA – LESTE
20ª	22028960	CETI MARIA MELO	TERESINA – LESTE

20ª	22027319	CEFTI DARCY ARAÚJO	TERESINA – LESTE
20ª	22022120	CETI GOVERNADOR FREITAS NETO	TERESINA – LESTE
21ª	22028145	CEFTI DUQUE DE CAXIAS	TERESINA – SUDESTE
21ª	22027653	CEFTI MILTON AGUIAR	TERESINA – SUDESTE
21ª	22027777	CEFTI JÚLIA NUNES	TERESINA – SUDESTE
21ª	22027297	CEFTI RALDIR CAVALCANTE BASTOS	TERESINA – SUDESTE
21ª	22027343	CETI MARIA DA CONCEIÇÃO SALOMÉ	TERESINA – SUDESTE
21ª	22021990	CETI CAIC JOÃO OLÍMPIO DE MELO	TERESINA – SUDESTE
21ª	22027475	CEMTI DIDÁCIO SILVA	TERESINA – SUDESTE

CRONOGRAMA

Atividades	2015							2016						
	06	07	08	09	10	11	12	01	02	03	04	05	06	07
Definição de Consultoria														
Detalhamento proc. de observação.														
Formação técnica da CEMA														

Atividades	2016							2017						
	08	09	10	11	12	11	12	01	02	03	04	05	06	07
Procedimentos de pesquisa														
Sistema de informação														
Análise dos Resultados														
Elaboração de relatório														

Atividades	2017							2018						
	08	09	10	11	12	11	12	01	02	03	04	05	06	07
Discussão dos resultados														
Elaboração de Plano de Trabalho.														
Discussão sobre Currículo														

As ações previstas envolverão um custo de R\$ 500.000,00 e estão enquadradas no PPA e no Orçamento (LOA) nas seguintes linhas: I – Apoio ao Educando / Ensino Médio e II – Melhoria do Padrão de Qualidade da Educação Pública Estadual;

EXPANSÃO DO ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, NAS FORMAS INTEGRADA, CONCOMITANTE E SUBSEQUENTE (EAD)

Será necessário dotar os Centros/Unidades Escolares com as condições de funcionamento que atendam as necessidades dos cursos, dos professores e dos alunos.

No aspecto administrativo o grande desafio na organização da escola diz respeito a orientação dos processos de organização do trabalho e escolar à articulação e o envolvimento das pessoas no processo de gestão, desenvolvendo trabalho coletivo e participativo, otimizando o gerenciamento do quadro de pessoal, do patrimônio, da merenda, dos processos de serviços da secretaria escolar quanto ao registro e guarda dos documentos de vida escolar dos alunos e demais documentos e do desenvolvimento dos processos que envolvem a ação educativa na escola

No aspecto pedagógico o trabalho escolar como um todo se manifesta na aprendizagem do aluno, na base curricular e nos programas pedagógicos desenvolvidos no âmbito da escola, que se consolidam no acompanhamento e na avaliação dos resultados desse trabalho.

No aspecto financeiro se destacam as questões de captação, aplicação e prestação de contas dos recursos financeiros, visando otimizar o repasse financeiro das escolas e fortalecer o desempenho da gestão e pedagógico dos alunos.

No aspecto legal, estão retratadas a legalidade das ações, o conhecimento e aplicação da legislação educacional nos processos de trabalho desenvolvidos pela escola, seja no âmbito administrativo financeiro ou pedagógico.

No aspecto estrutural, a rede está sendo adequada com equipamentos, mobiliários, laboratórios (enfermagem, solos, informática, biologia), e ampliada com a construção de novos Centros/Unidades Escolares.

A construção de uma política educacional que garanta a expansão cidadãos do atendimento e assegure as necessidades próprias e os direitos individuais, políticos e sociais

dos, sejam para a Educação Básica ou modalidades de ensino é prioridade da política de governo do Estado do Piauí.

Na Rede de Educação Profissional com o objetivo é dotar as escolas com uma infraestrutura física e pedagógica que atenda às condições mínimas de funcionamento de cada curso.

CRONOGRAMA

ATIVIDADES	PRAZO	CUSTO	RESPONSÁVEL
1. Elaboração do Plano de Ação	Maio /2015		SEDUC
2. Elaboração do diagnóstico	Junho/julho		SEDUC
4. Elaborar Plano de Expansão da Rede	Agosto/setembro/outubro/novembros		SEDUC/Consultoria

As ações estão enquadradas no PPA e no Orçamento (LOA) Expansão da Educação Profissional, inclusive com a Utilização Mediação Tecnológica.

ELABORAÇÃO DO PLANO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Para a Elaboração do Plano de Expansão da Educação Profissional será necessário contratar os Serviços de Consultoria Especializada em estudos e pesquisas socioeconômicas e educacionais para Elaboração do Plano Estadual de Expansão da Educação Profissional, Estado do Piauí, conforme o cronograma abaixo:

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES – ELABORAÇÃO DO PLANO DE EXPANSÃO DA EPT								
ATIVIDADES	2015							
	MAI	JUN	JUL	AGOT	SET	OUT	NOV	DEZ
Elaboração do Termo de Referência								
Contratação da Consultoria								
Elaboração do Plano de Trabalho								

Análise e validação do Plano de Trabalho								
Execução do Plano de Trabalho								
Elaboração do Plano Estadual de Expansão da Educação Profissional								
Apresentação da versão preliminar do Plano para análise e validação								
Entrega da versão final do Plano								

Nos últimos 12 anos houve um aumento significativo das Unidades de Ensino, da matrícula e na diversificação da ofertam cursos técnicos de nível médio, no entanto, a ampliação do atendimento não ocorreu no mesmo ritmo desse crescimento.

Nesse sentido, entende-se que parte dos problemas vivenciados atualmente como evasão escolar, não identificação do aluno com o curso escolhido, dificuldade de entrada no mercado de trabalho, dentre outros, decorrem da expansão sem observância de elementos essenciais para a sustentabilidade da oferta: cadeias produtivas predominantes e níveis de consolidação, mercado de trabalho local, expansão da Rede Federal de Educação, bem como as condições de funcionamento dos cursos, a garantia do estágio supervisionado e/ ou visitas técnicas orientadas e outras práticas pedagógicas.

Assim, a contratação dos serviços proposto neste Termo de Referência justifica-se pela necessidade de se pautar a Expansão da Rede de Educação Profissional às condições favoráveis de atendimento dessa oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio, para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem do aluno. Nas formas integrada, concomitante e subsequente.

Nesse sentido, o Plano Estadual de Expansão da Educação Profissional se constitui numa estratégia de organização e planejamento e fortalecimento da oferta contribuindo para o/a:

- Aumento da escolaridade e da capacitação profissional;
- Crescimento do nível de emprego e renda;
- Redução das desigualdades sociais e regionais;
- Desenvolvimento socioeconômico;

- Inovação tecnológica;

ATIVIDADES	LOCAL DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES
Elaboração do Termo de Referência	SEDUC
Contratação da Consultoria	SEDUC
Elaboração do Plano de Trabalho	Na empresa contratada e na SEDUC
Análise e validação do Plano de Trabalho	SEDUC
Execução do Plano de Trabalho	Na Rede de Educação Profissional do Estado do Piauí
Elaboração do Plano Estadual de Expansão da Educação Profissional	Na empresa contratada e na SEDUC
Apresentação da versão preliminar do Plano para análise e validação	SEDUC
Entrega da versão final do Plano	SEDUC

A duração do contrato será de sete (7) meses, envolverá o custo de R\$ 1.040.209,25 e as ações envolvidas estão enquadradas no PPA e no Orçamento (LOA) na linha “Expansão da Educação Profissional, inclusive com a Utilização Mediação Tecnológica”.

DIAGNÓSTICO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DO ESTADO DO PIAUÍ

Com o intuito de auxiliar o professor a oferecer para seu aluno uma melhor oportunidade de aprendizado possível, pretende-se desenvolver investigação para diagnóstico do quadro docente da rede estadual de ensino, de modo a se fazer conhecer:

- Quem é o professor da rede estadual?

- Em que escola(s) atua na rede? Há quanto tempo se dedica a essa unidade escolar?
- Qual o resultado de aprendizagem da(s) turma(s) em que ele atua?
- Qual a formação inicial desse professor e como tem sido sua formação continuada em serviço?
- Como o professor utiliza seu horário pedagógico na escola?
- Como pode ser avaliado seu desempenho profissional?
- Quais suas dificuldades, seus problemas e suas dúvidas quanto ao seu desempenho profissional?

Busca-se conhecer quem é o professor da rede, como tem desempenhado seu trabalho docente, que motivação e interesse demonstra para o trabalho, como se articula com outros colegas de escola, de Regional, da área de conhecimento em que atua, etc.

A partir de quadro diagnóstico, tem-se por objetivo traçar um Plano de Desenvolvimento Profissional dos Professores da Rede Estadual de Ensino, pois se reconhece de fundamental importância a formação docente contínua e acompanhada da prática.

Tem-se por objetivo incentivar a formação docente em serviço e organizada de acordo com as características e necessidades de cada Região – Gerência Regional de Educação, assim propões-se alcançar a obtenção de melhores resultados em relação ao desempenho profissional dos professores da rede estadual.

Da mesma forma, busca-se a formação desses profissionais de acordo com áreas do conhecimento, a fim de melhor garantir a troca salutar e sistemática de experiências e a construção de apoio profissional. Para tal, tem-se como pretensão parceria com Universidades do Estado, a Comissão de ensino, Monitoramento e Avaliação da UNEA, as Gerências Regionais de Educação e, em instância final, as Unidades Escolares.

Envolverá, portanto, as seguintes ações:

- Estabelecimento de parceria com Universidade local;
- Definição dos detalhamentos de objetivos do Diagnóstico;
- Divulgação do processo de diagnóstico junto às GREs e Escolas;
- Pesquisa de Diagnóstico do corpo docente da rede;
- Organização dos dados coletados;

- Discussão e análise dos Resultados;
- Esboço de proposta de Plano de Desenvolvimento Profissional;
- Seminário para devolutiva e acolhimento de demandas por regionais/ GREs;
- Elaboração de Plano de Desenvolvimento Profissional dos Professores da Rede Estadual de Educação do Estado do Piauí;
- Divulgação do Plano;
- Início da fase de execução do Plano.

A rede estadual de educação não conseguiu, até os dias de hoje, elaborar um Plano Estratégico para o Desenvolvimento profissional dos Professores. As formações docentes ocorrem desvinculadas de um processo contínuo e sem caracterização própria, considerando que a rede estadual tem se sustentado em programas e projetos do Governo Federal para o processo de formação dos professores, a citar: o Plano Nacional para o Fortalecimento do Ensino Médio, o PNAIC, entre outros. Reconhece-se a importância e a urgência de uma estratégia de formação continuada de professores da rede estadual, ressaltando a necessidade de formação de técnicos que possam coordenar o trabalho pedagógico nas escolas.

CRONOGRAMA

Atividades	2015							2016						
	06	07	08	09	10	11	12	01	02	03	04	05	06	07
Parceira com Universidade local.														
Definição dos detalhamentos de objetivos do Diagnóstico.														
Divulgação do processo de diagnóstico junto às GREs e Escolas.														
Pesquisa de Diagnóstico do corpo docente da rede.														
Organização dos dados coletados.														
Discussão e análise dos Resultados.														
Esboço de proposta de Plano de Desenvolvimento Profissional.														
Seminário para devolutiva e acolhimento de demandas por regionais/ GREs.														
Elaboração de Plano de Desenvolvimento Profissional dos Professores da Rede														

Estadual de Educação do Estado do Piauí.																	
Divulgação do Plano.																	
Início da fase de execução do Plano.																	

Estas atividades envolverão o custo de R\$ 180.000,00 e estão enquadradas no PPA e no Orçamento (LOA) nas linhas 1. Formação Continuada dos Servidores da SEDUC e II – Melhoria do Padrão de Qualidade da Educação Pública Estadual.

PROGRAMA DE MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA

O Plano de Expansão e melhoria do ensino médio e profissionalizante com Mediação Tecnológica, apresenta como escopo do projeto 6 (seis) grandes ações: 1. Melhora da estrutura física das salas de atendimento Mais Saber; 2. Melhoria da estrutura física do estúdio; 3. Consolidação de um modelo de gestão do Programa; 4. Ampliação da quantidade de salas; 5. Ampliação da oferta de cursos; e 6. Melhoria da capacidade de transmissão (Aumento da capacidade do satélite e internet).

O Programa de Mediação Tecnológica tem como propósito a ampliação da oferta de vagas para Ensino Médio Técnico na modalidade subsequente, Preparatório para o ENEM, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio Regular e reforços de cursos de línguas estrangeiras. O projeto de expansão visa, ainda, utilizar o programa como recurso metodológico para contemplar alunos de escolas estaduais em municípios com carência de professores em disciplinas como Matemática, Artes, Química, Física, Espanhol, Educação Física, entre outras.

A importância da continuidade efetiva do Programa dar-se-á em face do impacto imediato com largo alcance social, para atender a demanda reprimida para o ensino médio e ensino profissionalizante, garantindo as condições de acesso, permanência e elevação da escolaridade da população piauiense, combatendo, ainda, o elevado índice de evasão escolar.

A proposta de expansão do Programa de Mediação Tecnológica contemplará os 224 municípios piauienses e a construção de 2 novos estúdios de transmissão de aulas.

CRONOGRAMA

	MACRO CRONOGRAMA				
	2015	2016	2017	2018	2019
Pagamento de fornecedor (Empresa contratada para prestar serviços de produção e transmissão das aulas)	JAN a DEZ	JAN a DEZ	JAN a DEZ	JAN a DEZ	JAN a DEZ
Pagamento de bolsas para Professores Orientadores / Diretores de Escolas	JAN a DEZ	JAN a DEZ	JAN a DEZ	JAN a DEZ	JAN a DEZ
Pagamento de bolsas para Alunos Monitores	JAN a DEZ	JAN a DEZ	JAN a DEZ	JAN a DEZ	JAN a DEZ
Impressão de apostilas (R\$ 75,0)	MAR a MAI	JAN a MAR	JAN a MAR	JAN a MAR	JAN a MAR
Ampliação de link para transmissão das aulas para permitir cursos em horários simultâneos		JAN a FEV		JAN a FEV	
Aquisição de computadores e estabilizadores para que os alunos possam acessar a plataforma de ensino.	JUL a DEZ	JAN a MAI	JAN a MAI	JAN a MAI	JAN a MAI
Contratação de um link dedicado para pontos multimídias		JAN a DEZ	JAN a DEZ	JAN a DEZ	JAN a DEZ
Pagamento de diárias para visitas técnicas in loco	JAN a DEZ	JAN a DEZ	JAN a DEZ	JAN a DEZ	JAN a DEZ
Aquisição de impressoras para as Escolas com salas do Programa	JUL a DEZ	JAN a MAI	JAN a MAI	JAN a MAI	JAN a MAI
Instalação de 600 novas salas com kit tecnológico para EMT	NOV a DEZ	JAN, OUT, NOV e DEZ	JAN, OUT, NOV e DEZ	JAN, OUT, NOV e DEZ	JAN
Implantação de 3 novos estúdios de transmissão no padrão do estúdio já existente	JUL a DEZ	JAN a JUN	JAN a JUN		
Diagnóstico e serviços de engenharia para adequação elétrica das salas	JAN a JUL	JAN a JUL	JAN a JUL		
Capacitação de Professores Orientadores e Alunos Monitores	ABR e JUL	JAN, FEV e JUL	JAN, FEV e JUL	JAN, FEV e JUL	JAN, FEV e JUL
Capacitação da equipe técnica da SEDUC / Mais Saber nas tecnologias utilizadas pela Mediação Tecnológica	MAI a AGO	JAN a MAI	JAN a MAI	JAN a MAI	JAN a MAI
Criação de um modelo de gestão, com suporte de sistema de informação gerencial, com foco no atendimento as necessidades dos alunos e pontos	ABR a JUL				

CUSTOS

ATIVIDADES	CUSTO TOTAL PREVISTO PARA 5 ANOS
	2015 / 2019
Pagamento de fornecedor (Empresa contratada para prestar serviços de produção e transmissão das aulas)	R\$ 236.666.850,51

Pagamento de bolsas para Professores Orientadores / Diretores de Escolas	R\$ 750.000,00
Pagamento de bolsas para Alunos Monitores	R\$ 1.800.000,00
Impressão de apostilas (R\$ 75,0)	R\$ 13.425.000,00
Ampliação de link para transmissão das aulas para permitir cursos em horários simultâneos	R\$ 240.000,00
Aquisição de computadores e estabilizadores para que os alunos possam acessar a plataforma de ensino.	R\$ 2.385.000,00
Contratação de um link dedicado para pontos multimídias	R\$ 889.200,00
Pagamento de diárias para visitas técnicas in loco	R\$ 194.400,00
Aquisição de impressoras para as Escolas com salas do Programa	R\$ 540.000,00
Instalação de 600 novas salas com kit tecnológico para EMT	R\$ 12.342.180,00
Implantação de 3 novos estúdios de transmissão no padrão do estúdio já existente	R\$ 1.619.874,00
Diagnóstico e serviços de engenharia para adequação elétrica das salas	R\$ 3.028.000,00
Capacitação de Professores Orientadores e Alunos Monitores	R\$ 314.700,00
Capacitação da equipe técnica da SEDUC / Mais Saber nas tecnologias utilizadas pela Mediação Tecnológica	R\$ 314.700,00
Criação de um modelo de gestão, com suporte de sistema de informação gerencial, com foco no atendimento as necessidades dos alunos e pontos	R\$ 200.000,00
TOTAL	R\$ 274.258.144,51

Obs.: Os valores de bolsas para monitores foram totalizados considerando a situação máxima de 4 turmas abertas por sala.

Enquadramento no PPA e no Orçamento (LOA): 1. Expansão do ensino médio, inclusive com a utilização de mediação tecnológica e 2. Expansão da Educação Profissional, inclusive com a Utilização Mediação Tecnológica.

ESTUDO DIAGNÓSTICO DO ENSINO MÉDIO NOTURNO NA REDE ESTADUAL DO PIAUÍ

Deseja-se, a partir das características regionais, analisar as implicações da prática escolar na aprendizagem dos alunos e na atuação profissional dos professores, tendo como

olhar a melhoria da prática pedagógica dos docentes e a garantia de uma aprendizagem mais qualitativa e significativa do alunado. Propõe-se, então, questionar:

- Que Ensino Médio Noturno está sendo ofertado pela rede do estado do Piauí?
- Quem é o aluno desse Ensino Médio e quais suas expectativas com relação à educação escolar?
- Como se configura a prática curricular dos professores e as consequentes formas de escolarização dos alunos?
- Quais às implicações e os resultados da ação pedagógica da escola e dos professores na vida dos alunos?
- Até que ponto a forma de trabalho do professor em sala de aula, as relações que se estabelecem entre professores, ambiente de aprendizagem, conhecimento e alunos têm proporcionado ao alunado expectativas de melhoria de vida pessoal e profissional proporcionadas pelo ensino-aprendizagem formais?

Almeja-se com esse estudo diagnóstico traçar um Plano de Educação específico para o Ensino Médio Noturno da Rede Estadual do Estado do Piauí, garantindo o direito constitucional de todo cidadão brasileiro à educação pública de qualidade.

Há previsão das seguintes ações:

1. Estabelecimento de parceria com Consultoria, tendo como parceria privilegiada as Instituições Universitárias do Estado do Piauí;
2. Definição dos aspectos norteadores da pesquisa diagnóstica a fim de melhor caracterizar o Ensino ofertado no Ensino Médio Noturno;
3. Definição dos aspectos norteadores da pesquisa diagnóstica a fim de caracterizar a Aprendizagem garantida no Ensino Médio Noturno;
4. Realização dos procedimentos de pesquisa nas diferentes Regionais do Estado, a partir de grupo amostral de escolas jurisdicionadas às GREs;
5. Organização dos dados e informações coletados;
6. Análise e discussão dos resultados;
7. Elaboração de relatório;
8. Apresentação do Diagnóstico do Ensino Médio Noturno do Estado do Piauí.

Sabendo que o Ensino Médio Noturno tem suas raízes de fundação no período colonial, ganhou nova estruturação na década de 1930 pela organização do sistema nacional de

educação no Brasil, foi instituído para atender as elites oligárquicas de uma sociedade essencialmente rural, e foi marcado por desigualdades sociais e culturais. Apesar dessas características foi sempre esquecido por alguns movimentos de luta pelo direito à escola pública, gratuita e de qualidade. Acrescenta-se a esse quadro, nas observações do contexto atual, a jornada tripla dos professores; a jornada de trabalho dos alunos, de 8 horas, somada ao período escolar noturno; a evasão escolar; os problemas gerados por inadequação curricular, e outros aspectos.

Tendo sido o Ensino Médio Noturno distanciado desses movimentos reivindicatórios e tendo passado a ser inserido nas políticas de formação do trabalhador, definido como uma exigência de formação de quadros técnicos, destinados a uma sociedade industrial nascente, legitima-se a desigualdade social e cultural da educação brasileira, pois, foi garantido o ensino propedêutico, intelectual para os filhos da elite cultural brasileira e o ensino técnico para os filhos dos operários. E, nesse contexto, a escolarização apresenta-se a partir de uma ótica de racionalidade tecnocrática como uma forma de controlar os bens sociais e culturais destinados à classe operária.

Acrescenta-se a esse quadro a realidade do estado do Piauí, diferenciando suas realidades regionais, tanto suas especificidades socioculturais como as características peculiares das unidades escolares. Dessa forma, busca-se melhor compreender o ensino ofertado nas escolas da rede estadual que ofertam Ensino Médio Noturno em todas as mais diferentes regiões do Piauí.

Considera-se essencial a análise da prática escolar dos professores e alunos do Ensino Médio Noturno de uma escola pública estadual, juntamente com uma séria reflexão acerca das adequações das orientações curriculares, sempre tendo como fio condutor as características regionais do estado e a legislação da Educação Brasileira.

Para a realização do diagnóstico está previsto o custo de R\$ 700.000,00, conforme enquadramento no PPA e no Orçamento (LOA) nas seguintes linhas: I – Apoio ao Educando – Ensino Médio e II – Melhoria do Padrão de Qualidade da Educação Pública Estadual;

AVALIAÇÃO ESTADUAL DOS ALUNOS

Objetiva-se avaliar a qualidade da educação oferecida por nossas escolas reconhecendo essa ação como um compromisso, hoje comumente, assumido por entes

responsáveis pelo setor da Educação Brasileira – União, estados, municípios, pois é entendido que todos os atores envolvidos no processo educacional têm a responsabilidade de garantir o direito da aprendizagem dos alunos, indistintamente.

Nesse sentido, a avaliação educacional em larga escala tem sido aceita como instrumento importante para o acompanhamento e redirecionamento do processo de educação efetivado nas redes de ensino. Assim também a organização de sistemas de avaliação das redes tem possibilitado, aos gestores das mais diferentes instâncias administrativas, acesso a dados e informações fundamentais e necessárias para o desenvolvimento do processo e a melhoria de políticas públicas educacionais. Pretende-se, portanto, dar continuidade a ações que revelem um diagnóstico seguro do desempenho dos alunos em relação à aprendizagem de conteúdos essenciais da Educação Básica.

O sistema supracitado avalia estudantes da 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio em Língua Portuguesa e Matemática, com a finalidade de diagnosticar o desempenho dos estudantes nas áreas do conhecimento destacadas e em diferentes níveis de escolaridade, além de subsidiar a implementação, a (re)formulação e o monitoramento de políticas educacionais, contribuindo ativamente para a melhoria da qualidade da educação no estado.

O processo de avaliação estadual dos alunos requer a realização de um conjunto de ações, entre as quais destacamos:

- Reestabelecer parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd/ UFJF a fim de dar continuidade à realização do SAEPI;
- Assinatura de documentos legais SEDUC-Pi e CAEd/UFJF para oficialização da parceria;
- Desenho das ações pedagógicas da edição *SAEPI 2015* (em 60 dias). O sistema supracitado avalia estudantes da 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio em Língua Portuguesa e Matemática, com a finalidade de diagnosticar o desempenho dos estudantes nas áreas do conhecimento destacadas e em diferentes níveis de escolaridade, além de subsidiar a implementação, a (re)formulação e o monitoramento de políticas educacionais, contribuindo ativamente para a melhoria da qualidade da educação no estado.

O **SAEPI** é um importante instrumento de avaliação da qualidade da educação. Dessa forma, a proposta de continuidade da realização do *Sistema de Avaliação Educacional do Piauí- SAEPI* é apresentada, tendo como finalidade fundamental avaliar as escolas da rede estadual, com relação às habilidades e competências desenvolvidas nas diferentes áreas do

conhecimento. A partir de discussões, em oficinas, com o corpo docente no estabelecimento de padrões e matrizes, são elaborados instrumentos de avaliação dos discentes da rede, posteriormente, coletados, analisados e discutidos os resultados das avaliações observadas por alunos, por escolas e, conseqüentemente, em toda a rede. Define-se, então, com destaque, a importância da continuidade do SAEPI, considerando de significativa relevância o desenvolvimento das políticas dessa Secretaria de Educação na garantia da série histórica da sistemática de avaliação externa no estado, pois se sabe que esse Sistema já avaliou milhares de estudantes piauienses. Assumindo o pressuposto de que não é possível o bom desenvolvimento da Educação sem o estabelecimento de metas claras e buscando a elevação dos padrões de qualidade do ensino oferecido aos estudantes da rede estadual e das redes municipais, almeja-se garantir os instrumentos que viabilizem:

- a) Avaliar as melhorias da Educação ofertada ao longo do tempo;
- b) Apontar as lacunas existentes no processo educacional, bem como os elementos que devem ser mantidos, acompanhados, aprimorados;
- c) Reunir informações sobre os problemas enfrentados pelas escolas, por exemplo, as desigualdades sociais que as perpassam e as dificuldades do processo ensino-aprendizagem;
- d) Identificar as mais diversas deficiências internas de cada unidade escolar.

CRONOGRAMA

Atividades	2015							2016						
	06	07	08	09	10	11	12	01	02	03	04	05	06	07
Reestabelecimento de parceria	■													
Assinatura de documentos	■	■												
Desenho de ações pedagógicas	■	■												
Definição das Matrizes	■	■	■											
Discussão sobre os Padrões	■	■	■											
Aplicação das avaliações				■										
Análise dos dados coletados					■	■								
Discussão dos dados					■	■	■							
Elaboração de relatórios					■	■	■	■						
Divulgação dos resultados									■					

O SAEPI será realizado nas escolas da rede estadual de ensino, onde avaliará estudantes da 4ª série/5º ano, 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio em Língua Portuguesa e Matemática. Envolverá o custo de R\$ 2.000.000,00 e está enquadrado

no PPA e no Orçamento (LOA) nas linhas: I – Melhoria do Padrão de Qualidade da Educação Pública Estadual e II - Sistema Estadual de Avaliação da Educação Básica - SAEB – PI.

REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DE SEDUC

Ações necessárias para a reestruturação:

- a) Contratar consultoria especializada para apoiar a formulação, implantação e implementação da proposta de uma nova Estrutura Organizacional para a SEDUC-PI, a ser elaborada conforme demanda apresentada pelo Grupo de Trabalho da Secretaria;
- b) Instituir uma equipe de acompanhamento da elaboração e execução da proposta de reestruturação da organização e gerenciamento da Seduc - PI junto à consultoria;
- c) Elaborar a proposta de Estrutura Organizacional para a SEDUC-PI (organograma, fluxograma de processos, regimento interno);
- d) Criar um instrumento de avaliação para a aprovação da proposta;
- e) Elaborar minuta de documentos legais;
- f) Implementar a proposta de reestruturação da organização e gerenciamento da secretaria de estado da educação;
- g) Reordenar os recursos humanos de acordo com a nova estrutura organizacional;
- h) Capacitar equipes da Administração Central, Gerências Regionais e Unidades Escolares para execução das competências da nova estrutura organizacional;
- i) Reorganizar espaços físicos para atender a nova estrutura organizacional
- j) Estabelecer e implantar o fluxograma de processos.

A proposta de reestruturação da SEDUC – PI busca, prioritariamente, contribuir para a melhoria dos indicadores de desempenho do aluno da educação básica, agilizar os fluxos de trabalho, imprimir a eficácia e eficiência na execução das políticas públicas, bem como consolidar a participação social, a universalização, a transparência e a descentralização das ações

A reestruturação da organização e gerenciamento da SEDUC – PI, será realizada com o intuito de fortalecer essa instituição para a melhoria das condições de oferta e qualidade da Educação Básica do Estado do Piauí. Como órgão integrante do Governo do Piauí, a Secretaria Estadual de Educação, compreendida pela Administração Central (sede), 21 (vinte um) Gerências Regionais de Educação e 666(seiscentos e sessenta e cinco) unidades escolares, é responsável pela formulação e execução das políticas públicas de educação no estado.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES																			
ATIVIDADES	2015/2016																		
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Contratar empresa de consultoria.																			
Instituição de Equipe de Acompanhamento e elaboração da proposta.																			
Elaboração da proposta.																			
Criação de um instrumento de avaliação.																			
Elaborar minuta de documentos legais.																			
Implementação da proposta de reestruturação.																			
Reordenação de recursos humanos.																			
Capacitação das equipes da Seduc - PI																			
Reorganização dos espaços físicos.																			
Estabelecimento e implantação do fluxograma de processos.																			

Envolverá o custo de R\$ 302.400,00 e está enquadrado no PPA e no Orçamento (LOA) nas linhas: I. Manutenção da Rede Estadual da Educação Básica e II. Melhoria do Padrão de Qualidade da Educação Pública Estadual;

PLANO DE AÇÃO SEDUC				
ÁREA / AÇÕES	CUSTO (EM US\$)	CUSTO (EM R\$)	CATEGORIA DE DESPESA	PERÍODO
1. Serviço de consultoria para o processo de implementação da nova estrutura da SEDUC.	53.846	210.000	Consultoria – empresa	1º Ano
2. Realização de oficinas de divulgação.	17.949	70.000	Consultoria – empresa	1º Ano
3. Consultoria para análise do sistema de gestão existente.	44.872	175.000	Consultoria – empresa	1º Ano
4. Consultoria para o aprimoramento do sistema de monitoramento.	44.872	175.000	Consultoria – empresa	1º Ano
5. Consultoria para desenvolvimento de um sistema complementar ao existente e treinamento de seus usuários.	44.872	175.000	Consultoria – empresa	1º Ano
6. Consultoria para estabelecer diagnóstico e elaborar o plano de ação das E-TECs	188.462	735.000	Consultoria – empresa	1º Ano
7. Consultoria para realização de mapeamento e auditoria técnica nas E-TECs	179.487	700.000	Consultoria – empresa	1º Ano
8. Realização de oficinas de divulgação dos resultados (estudos das E-Tecs)	17.949	70.000	Consultoria – empresa	1º Ano
9. Serviço de consultoria para elaboração de diagnóstico do Plano Estadual de Desenvolvimento Profissional dos Professores.	35.897	140.000	Consultoria – empresa	1º Ano
10. Elaboração do Plano Estadual de Desenvolvimento Profissional dos Professores.	35.897	140.000	Consultoria – empresa	1º Ano

PLANO DE AÇÃO SEDUC				
ÁREA / AÇÕES	CUSTO (EM U\$)	CUSTO (EM R\$)	CATEGORIA DE DESPESA	PERÍODO
11. Serviço de consultoria para realização da avaliação de impacto do Programa Poupança Jovem.	179.487	700.000	Consultoria – empresa	1º e 2º Anos
12. Estudo diagnóstico do ensino médio noturno no Piauí.	134.615	525.000	Consultoria – empresa	1º Ano
13. Estudo de observação de salas de aula (Stalings).	807.692	3.150.000	Consultoria – empresa	1º e 2º Anos
14. Contratar serviço de consultoria para estabelecer diagnóstico e elaborar o Plano de Ação da SEDUC.	44.872	175.000	Consultoria – individual	1º ao 4º Anos
15. Contratar consultor individual para apoiar a elaboração dos termos de referência da SEDUC.	26.923	105.000	Consultoria – individual	1º ao 4º Anos
TOTAL EDUCAÇÃO	1.857.692	7.245.000		

ii. SUBCOMPONENTE 1.2: AMPLIAÇÃO DO ACESSO DE PACIENTES COM DOENÇAS CRÔNICAS À ATENÇÃO À SAÚDE

Em todos os Centros de Especialidades serão oferecidos serviços de consultas especializadas nas áreas de Cardiologia, Endocrinologia, Angiologia, Urologia, Oftalmologia, Nefrologia, Ginecologia, Dermatologia, Odontologia, Serviços de Nutrição, Psicologia, Serviço Social e Enfermagem. Além das consultas, também serão oferecidos Serviços de Apoio à Diagnose e Terapia (SADT), tais como: Exames Laboratoriais, Eletrocardiograma, Ecocardiograma com Doppler teste ergométrico, monitorização ambulatorial de pressão arterial (MAPA) e Sistema de Análise e de HOLTER digital.

O elenco de especialidades foi ampliado, agregando-se outras especialidades além das já definidas anteriormente de referência para atenção à pacientes diabéticos, hipertensos e câncer de colo de útero e mama. Nas regiões de saúde, sobretudo na Região Sul do Estado, ainda há uma grande demanda reprimida por procedimentos secundários ambulatoriais especializados. A oferta neste setor é pequena e em sua grande maioria oriunda do setor privado ou filantrópico.

Neste sentido objetivando estruturar serviços ambulatoriais especializados nas 05 regiões de saúde, beneficiando não apenas a população de pacientes diabéticos e hipertensos é que esta Secretaria de Estado da Saúde propõe ampliar o leque de especialidades, o que resultará na ampliação da oferta de procedimentos ambulatoriais especializados, ampliação do acesso por meio da descentralização de serviços e ações de saúde, melhoria na resolutividade dos serviços prestados na Rede Assistencial Pública, a implantação e efetiva implementação das Redes Temáticas de Atenção à Saúde (RUE, RC, RAPS, RAPD e RDC) nas Regiões de Saúde, otimização dos investimentos em saúde por meio do fortalecimento dos Serviços de Referência Macrorregional; fortalecimento de parcerias com os níveis locais por meio da responsabilização sanitária e solidária.

A Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, tomando por base as considerações listadas anteriormente, além de um conjunto de critérios técnicos ancorados em princípios tais como Economia de Escala; Economia de Escopo; Qualidade da Atenção; Capacidade

instalada; Disponibilidade de recursos humanos; Acesso e Focalização de investimentos propõe o redesenho geográfico do PDR, aglomerando as 11 Regiões de Saúde atualmente existentes, e

O custeio destes serviços será de responsabilidade das três esferas de governo, repassados através do Fundo Nacional, Estadual e Municipal de Saúde. A gestão será feita por meio de gestão compartilhada Bipartite, através de Instituição formal de Comissão composta por representante da Gestão Estadual, representantes do município sede do centro e representante de, pelo menos, três (03) municípios da respectiva região de saúde.

A localização geográfica de cada centro será na sede das Regiões de Saúde: Planície Litorânea (Parnaíba); Vale dos Rios Piauí e Itaueira (Floriano); Vale do Guaribas (Picos); Serra da Capivara (São Raimundo Nonato) e Chapada das Mangabeiras (Bom Jesus). Com o seguinte agrupamento Macrorregional:

Município Sede de Macrorreferência Regional: **PARNAÍBA** - Agregação de municípios das **Regiões de Saúde Planície Litorânea e Cocais**.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA MACRORREGIÃO:

População Geral da Macrorregião Norte (todas as faixas etárias) = 654.729 habitantes

POPULAÇÃO REFERENCIADA POR MUNICÍPIO		
Faixa etária 18 A 80 ANOS		
Ord	Município	População residente
1	Barras	29.318
2	Batalha	16.963
3	Brasileira	5.510
4	Bom Princípio do Piauí	3.521
5	Buriti dos Lopes	12.468
6	Cajueiro da Praia	4.829
7	Campo Largo do Piauí	4.094
8	Caraúbas do Piauí	3.533
9	Caxingó	3.167
10	Cocal	16.832
11	Cocal dos Alves	3.645
12	Domingos Mourão	2.626
13	Esperantina	25.649
14	Ilha Grande	5.869
15	Joca Marques	3.296

16	Joaquim Pires	8.780
17	Lagoa de São Francisco	3.994
18	Luís Correia	19.064
19	Luzilândia	16.347
20	Madeiro	4.857
21	Matias Olímpio	6.575
22	Milton Brandão	4.233
23	Morro do Chapéu do Pi	4.114
24	Murici dos Portelas	5.322
25	Nossa. Sra. dos Remédios	5.160
26	Parnaíba	126.309
27	Pedro II	18.615
28	Piracuruca	42.387
29	Piripirí	7.054
30	Porto	3.458
31	São João da Fronteira	4.714
32	São João do Arraial	3.490
33	São José do Divino	24.173
	Total	433.139

Município Sede de Macrorreferência Regional: **Floriano** - Agregação de municípios da **Região de Saúde Rios Piauí e Itaueira/Tabuleiros do Alto Parnaíba.**

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA REGIÃO:

POPULAÇÃO REFERENCIADA POR MUNICÍPIO		
Faixa etária 18 A 80 ANOS		
Ord	Município	População residente
3	Antônio Almeida	2.070
4	Arraial	2.972
6	Baixa Grande do Ribeiro	6.385
8	Bertolândia	3.546
10	Brejo do Piauí	2.432
11	Canavieira	2.515
12	Canto do Buriti	13.686
20	Flores do Piauí	2.890
21	Floriano	40.682
22	Francisco Ayres	2.984
24	Guadalupe	6.916
25	Itaueira	7.394
26	Jerumenha	2.902
28	Landri Sales	3.515
29	Manoel Emídio	3.458
30	Marcos Parente	3.034
33	Nazaré do Piauí	4.827
34	Nova Santa Rita	2.658

35	Paes Landim	2.612
36	Pajeú do Piauí	2.358
39	Pavussu	2.446
40	Pedro Laurentino	1.565
41	Porto Alegre do Piauí	1.692
44	Ribeira do Piauí	2.765
45	Ribeiro Gonçalves	4.302
46	Rio Grande do Piauí	4.276
49	São Francisco do Piauí	4.114
51	São José do Peixe	2.335
52	São Miguel do Fidalgo	1.840
54	Sebastião Leal	2.768
55	Socorro do Piauí	2.905
56	Tamboril do Piauí	1.773
57	Uruçuí	13.417
	Total	166.034

Fontes:

2011-2012: IBGE - Estimativas populacionais enviadas para o TCU, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SGEP/Datasus.

Município Sede de Macrorreferência Regional: **Picos** - Agregação de municípios da **Região de Saúde Vale do Rio Guaribas/ Vale do Canindé e parte do Vale Sambito.**

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA REGIÃO:

POPULAÇÃO REFERENCIADA POR MUNICÍPIO Faixa etária 18 A 80 ANOS		
Ord	Município	População residente
1	Acauã	4.501
2	Alagoinha do Piauí	5.307
3	Alegrete do Piauí	3.483
4	Aroeiras do Itaim	1.780
5	Bela Vista do Piauí	2.546
6	Belém do Piauí	2.338
7	Betânia do Piauí	3.730
8	Bocaina	3.214
9	Cajazeiras do Piauí	2.253
10	Caldeirão Grande do Piauí	3.669
11	Campinas do Piauí	3.644
12	Campo Grande do Piauí	3.850
13	Caridade do Piauí	3.126
14	Colônia do Piauí	4.950
15	Conceição do Canindé	2.988
16	Curral Novo do Piauí	2.963
17	Dom Expedito Lopes	4.683

18	Floresta do Piauí	1.738
19	Francisco Macedo	2.055
20	Francisco Santos	6.153
21	Fronteiras	7.705
22	Geminiano	3.510
23	Inhuma	10.131
24	Ipiranga do Piauí	6.454
25	Isaías Coelho	5.315
26	Itainópolis	8.060
27	Jacobina do Piauí	3.882
28	Jaicós	12.084
29	Lagoa do Sítio	3.329
30	Marcolândia	5.083
31	Massapê do Piauí	4.226
32	Monsenhor Hipólito	5.235
33	Novo Oriente do Piauí	4.471
34	Oeiras	24.018
35	Padre Marcos	4.598
36	Paquetá	2.673
37	Patos do Piauí	4.259
38	Paulistana	13.004
39	Picos	53.341
40	Pimenteiras	7.754
41	Pio IX	11.767
42	Queimada Nova	5.822
43	Santa Cruz do Piauí	4.266
44	Santa Rosa do Piauí	3.412
45	Santana do Piauí	3.148
46	Santo Antônio de Lisboa	4.221
47	Santo Inácio do Piauí	2.571
48	São Francisco de Assis do Piauí	3.627
49	São João da Canabrava	3.008
50	São João da Varjota	3.038
51	São José do Piauí	4.475
52	São Julião	3.947
53	São Luis do Piauí	1.719
54	Simões	8.853
55	Simplicio Mendes	8.324
56	Sussuapara	4.568
57	Tanque do Piauí	1.772
58	Valença do Piauí	14.490
59	Vera Mendes	2.050
60	Vila Nova do Piauí	2.163
61	Wall Ferraz	2.867
	Total	358.211

Fontes:

2011-2012: IBGE - Estimativas populacionais enviadas para o TCU, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SGEP/Datasus.

Município Sede de Macrorreferência Regional: **São Raimundo Nonato** - Agregação de municípios da **Região de Saúde Serra da Capivara**.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA REGIÃO:

POPULAÇÃO REFERENCIADA POR MUNICÍPIO Faixa etária 18 A 80 ANOS		
Ord	CIR/Município	População residente
1	Anísio de Abreu	6.148
2	Bonfim do Piauí	3.642
3	Campo Alegre do Fidalgo	3.121
4	Capitão Gervásio Oliveira	2.621
5	Caracol	6.576
6	Coronel José Dias	3.128
7	Dirceu Arcoverde	4.584
8	Dom Inocêncio	6.313
9	Fartura do Piauí	3.299
10	Guaribas	2.551
11	João Costa	2.027
12	Jurema	3.032
13	Lagoa do Barro do Piauí	2.969
14	São Braz do Piauí	2.932
15	São João do Piauí	13.083
16	São Lourenço do Piauí	3.165
17	São Raimundo Nonato	22.310

18	Várzea Branca	3.062
	Total	94.563

Fontes:

2011-2012: IBGE - Estimativas populacionais enviadas para o TCU, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SGEP/Datasus.

Município Sede de Macrorreferência Regional: **BOM JESUS** - Agregação de municípios da **Região de Saúde Chapada das Mangabeiras**.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA MACRORREGIÃO:

População Geral da Macrorregião Sul (todas as faixas etárias) = 191.370 habitantes

POPULAÇÃO REFERENCIADA POR MUNICÍPIO Faixa etária 18 A 80 ANOS		
Período:2012		
Ord	Município	População residente
1	Alvorada do Gurguéia	3.112
2	Avelino Lopes	7.314
3	Barreiras do Piauí	2.027
4	Bom Jesus	15.313
5	Colônia do Gurguéia	3.973
6	Corrente	16.255
7	Cristalândia do Piauí	4.977
8	Cristino Castro	6.372
9	Curimatá	6.953
10	Currais	2.960
11	Eliseu Martins	3.262
12	Gilbués	6.325

13	Júlio Borges	3.426
14	Monte Alegre do Piauí	6.280
15	Morro Cabeça no Tempo	2.422
16	Palmeira do Piauí	3.120
17	Parnaguá	6.222
18	Redenção do Gurguéia	5.120
19	Riacho Frio	2.587
20	Santa Filomena	3.587
21	Santa Luz	3.638
22	São Gonçalo do Gurguéia	1.777
23	Sebastião Barros	2.137
	Total	119.159

Fontes:

2011-2012: IBGE - Estimativas populacionais enviadas para o TCU, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SGEP/Datasus.

CRONOGRAMA

CENTRO DE ESPECIALIDADE	TIPO DE GESTÃO	INVESTIMENTO		POPULAÇÃO REGIONAL À SER BENEFICIADA	PRAZO
		OBRA	EQUIPAMENTO		
Picos	Compartilhada	--	Reequipagem	359.211	Fevereiro/2015
Parnaíba	Compartilhada	Reforma	Reequipagem	654.729	Março/2016
Floriano	Compartilhada	Conclusão de obra	Equipar Total	166.034	Setembro/2016
São Raimundo Nonato	Compartilhada	Construção	Equipar Total	94.563	Julho/2017
Bom Jesus	Compartilhada	Construção	Equipar Total	191.370	Dezembro/2017

ETAPAS PARA IMPLANTAÇÃO

AÇÃO/ ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
Definição da estrutura física/ambiência dos Centros de Especialidades	SUPAS/DUDOH
Elaboração do projeto arquitetônico	NIS
Licitação da Obra	DUAD/SESAPI – DLCA/SEAD
Licitação dos equipamentos e mobiliários	DUAD/SESAPI – DLCA/SEAD
Definição das equipes de RH	SUPAS/DUDOH
Concurso/processo seletivo para contratação de RH	DUGP
Elaboração/implantação de protocolos de fluxos	SUPAS/DUCARA/DUDOH
Elaboração/implantação de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas	SUPAS/DUDOH

iii. SUBCOMPONENTE 1.3: EXPANSÃO DO REGISTRO DOS USUÁRIOS DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

A SEMAR é o órgão responsável pela gestão dos recursos hídricos e uso sustentável do meio ambiente. Responderá, neste Projeto, pelo subcomponente de Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos com os seguintes objetivos:

- Fazer o Cadastro de 26.000 Usuários de Recursos Hídricos no CNARH,
- Criar e Gerir o Sistema de Informações sobre Usuários de Recursos Hídricos

Para tanto, foi celebrado um termo de cooperação entre Agência Nacional de Águas (ANA) e o Governo (Decreto nº 15.270/2013) do estado para que a SEMAR utilize a plataforma eletrônica desenvolvida por eles para o cadastramento dos usuários (Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH).

Com a implementação do CNARH no Estado, todos os usuários deverão ser cadastrados na plataforma. Dado o alto índice de usuários irregulares, essa etapa foi dividida em três fases: (i) cadastramento de usuários de água subterrânea (poços tubulares); (ii) campanhas de cadastramento; e (iii) cadastramento de barragens.

O cadastramento de usuários de águas subterrâneas refere-se aos usuários constantes da plataforma SIAGAS, que não constam no banco de dados da SEMAR-PI. As campanhas de cadastramento serão direcionadas a todos os usuários, sem exceção. E o cadastramento de barragens refere-se a todas as barragens de acumulação de água ou rejeitos presentes no Estado, de acordo com a Lei federal nº 12.334/2010.

Vale ressaltar que o cadastramento no CNARH não exclui o cadastramento de barragens, uma vez que nele devem constar todas as interferências feitas nos mananciais, sejam elas de ordem quantitativa ou qualitativa. Porém, no cadastramento de barragens será feita uma coleta de dados mais específica, focada na questão da segurança, por meio da qual se terá informações sobre a estrutura de cada barragem, o seu gestor, os documentos, a classificação quanto à categoria de risco e ao dano potencial associado, dentre outros.

Importante registrar que a SEMAR-PI está implementando o Sistema de Informações Gerencial (SIG)³, e todas as informações obtidas do CNARH serão repassadas a esse sistema, que comporá o Sistema de Informações sobre Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado.

De acordo com dados obtidos pelo SIAGAS/CPRM, há 28.242 poços perfurados, mas apenas 16.154 em funcionamento. A SEMAR-PI está promovendo ações junto à CPRM para ter acesso pleno ao SIAGAS. Com fulcro nas informações ali contidas, a SEMAR notificará os usuários para se regularizarem por meio do cadastramento no CNARH. Será dado um prazo para esses usuários se manifestarem, devendo a SEMAR-PI, em seguida, realizar fiscalização, autuando aqueles que não fizeram o cadastramento e conseqüentemente o pedido de outorga.

O cadastramento consistirá no seguinte:

- Notificação dos usuários para se regularizarem;

³ O sistema está sendo desenvolvido pela Superintendência de Meio Ambiente.

- Apoio logístico através de empresa a ser contratada pela SEMAR-PI.

Atividades	Responsáveis	Execução
Termo de Cooperação entre SEMAR-PI e CPRM	SEMAR-PI, CPRM	03 meses
Levantamento dos Poços no SIAGAS irregulares	SEMAR-PI, CPRM	06 meses
Emissão de Notificação para solicitação para Cadastro e Regularização	SEMAR-PI, Empresa contratada	09 meses
Análise dos Processos Protocolados	SEMAR-PI	24 meses

Posteriormente ao cadastramento dos 16.154 poços, serão lançadas campanhas de cadastramento de todos os demais usuários de recursos hídricos no Estado.

Serão contratadas, por meio de licitação, empresas para realizar tais campanhas.

As campanhas serão do tipo censitária e ocorrerão em todo o Estado sendo feitas por áreas prioritárias, de acordo com o Decreto nº 16.142⁴, de agosto de 2015:

Prioridades	Região Hidrográfica	Bacias	Municípios
1	Canindé	Canindé/Piauí	Acauã, Alagoinha do Piauí, Alegrete do Piauí, Anísio de Abreu, Aroeiras do Itaim, Arraial, Bela Vista do Piauí, Belém do Piauí, Betânia do Piauí, Bocaina, Bonfim do Piauí, Brejo do Piauí, Cajazeiras do Piauí, Caldeirão Grande do Piauí, Campinas do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo, Campo Grande do Piauí, Canto do Buriti, Capitão Gervásio de Oliveira, Caracol, Caridade do Piauí, Colônia do Piauí, Coronel José Dias, Curral Novo do Piauí, Dirceu Arcoverde, Dom Expedito Lopes, Dom Inocêncio, Fartura do Piauí, Flores do Piauí, Floresta do Piauí, Francisco Ayres, Francisco Macedo, Francisco Santos, Fronteiras, Geminiano, Ipiranga do Piauí, Isaías Coelho, Itainópolis, Jacobina do Piauí, Jaicós, João Costa, Jurema, Lagoa do Barro do Piauí, Marcolândia, Massapê do Piauí, Monsenhor Hipólito, Nazaré do Piauí, Nova Santa Rita, Oeiras, Padre Marcos, Paes Landim, Pajeú do Piauí, Paquetá, Patos do Piauí, Paulistana, Pedro Laurentino, Picos, Pio IX, Queimada Nova, Ribeira do Piauí,

⁴ Decreto nº 16.142/2015 – Institui a campanha de Cadastramento de Usuários de Recursos Hídricos no Estado do Piauí na plataforma do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH – e dá outras providências.

			Santa Cruz do Piauí, Santa Rosa do Piauí, Santana do Piauí, Santo Antônio de Lisboa, Santo Inácio do Piauí, São Brás do Piauí, São Francisco de Assis do Piauí, São Francisco do Piauí, São João da Canabrava, São João da Varjota, São João do Piauí, São José do Peixe, São José do Piauí, São Julião, São Lourenço do Piauí, São Luís do Piauí, São Miguel do Fidalgo, São Raimundo Nonato, Simões, Simplício Mendes, Socorro do Piauí, Sussuapara, Tamboril do Piauí, Tanque do Piauí, Várzea Branca, Vera mendes, Vila Nova do Piauí e Wall Ferraz
2	Médio Parnaíba	Gurguéia, Itaueira, Difusas do Médio Parnaíba ¹	Angical do Piauí, Curalinhos, Hugo Napoleão, Jardim do Mulato, Miguel Leão, Nazária, Palmeiras, Regeneração e Santo Antônio, dos Milagres, Teresina, Alvorada do Gurguéia, Avelino Lopes, Bertolândia, Bom Jesus, Canavieira, colônia do Gurguéia, Corrente, Cristalândia do Piauí, Cristino Castro, Curimatá, Currais, Eliseu Martins, Guaribas, Jerumenha, Júlio Borges, Manoel Emídio, Monte Alegre do Piauí, Morro Cabeça do Tempo, Palmeiras do Piauí, Parnaguá, Redenção do Gurguéia, Riacho frio, Santa Luz, São Gonçalo do Gurguéia e Sebastião Barros, Itaueira, Pavussu e Rio Grande do Piauí
3	Baixo Parnaíba	Longá, Piranji, Difusas do Médio Parnaíba ² , Difusas do Litoral e Difusas do Baixo Parnaíba.	Altos, Amarante, Barras, Batalha, Boa Hora, Boqueirão do Piauí, Brasileira, Cabeceiras do Piauí, Campo Maior, Capitão de Campos, Caraúbas do Piauí, Caxingó, Cocal de Telha, Cocal dos Alves, Coivaras, Domingo Mourão, Esperantina, Floriano Jatobá do Piauí, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa de São Francisco, Nossa Senhora de Nazaré, Pedro II, Piracuruca, Piri-piri, São João da Fronteira e São José do Divino, Cocal, Bom Princípio do Piauí, Cajueiro da Praia e Luís Correia Buriti dos Lopes, Campo Largo do Piauí, Ilha Grande, Joaquim Pires, Joca Marques, Luzilândia, Madeiro, Matias Olímpio, Miguel Alves, Morro do Chapéu do Piauí, Murici dos Portelas, Nossa Senhora dos Remédios, Parnaíba, Porto, São João do Arraial e União.
4	Poti	Poti	Agricolândia, Água Branca, Alto Longá, Aroazes, Assunção do Piauí, Barra d'Alcântara, Barro Duro, Beneditinos, Buriti dos Montes Castelo do Piauí Demerval Lobão, Elesbão Veloso, Francinópolis, Inhuma, Juazeiro do Piauí, Lagoa do Piauí Lagoa do Sítio, Lagoinha do Piauí, Milton Brandão, monsenhor Gil, Novo Oriente do Piauí Novo Santo Antônio, Olho d'Água do Piauí, Passagem Franca do Piauí, Pau d'Arco do Piauí, (1), Pimenteiras, Prata do Piauí, Santa Cruz dos Milagres, São Félix

			do Piauí, São Gonçalo do Piauí, São João da Serra, São Miguel da Baixa Grande, São Miguel do Tapuio, São Pedro do Piauí, Sigefredo Pacheco, Valença do Piauí, e Várzea Grande.
5	Alto Parnaíba	Uruçuí Preto, Difusas da Barragem de Boa Esperança, Difusas do Alto Parnaíba.	Baixa Grande do Ribeiro, Barreiras do Piauí, Gilbués, Ribeiro Gonçalves e Santa Filomena, Antônio Almeidas, Guadalupe, Landri Sales, Marcos Parentes, Porto Alegre d Piauí, Sebastião Leal e Uruçuí.

(1) Parcela sul da referida bacia hidrográfica, considerando sua localização em relação à região hidrográfica respectiva;

(2) Parcela norte das Bacias Difusas do Médio Parnaíba, considerando sua localização em relação à região hidrográfica correspondente.

Os prazos estabelecidos em decreto serão observados nas realizações das campanhas em cada região hidrográfica.

Prioridades	Região Hidrográfica	Bacias	Prazos
1	Canindé	Canindé/Piauí	Um ano
2	Médio Parnaíba	Gurguéia, Itaueira, Difusas do Médio Parnaíba ¹	Um ano
3	Baixo Parnaíba	Longá, Piranji, Difusas do Médio Parnaíba ² , Difusas do Litoral e Difusas do Baixo Parnaíba.	Seis meses
4	Poti	Poti	Seis meses
5	Alto Parnaíba	Uruçuí Preto, Difusas da Barragem de Boa Esperança, Difusas do Alto Parnaíba.	Seis meses

O produto final esperado é o cadastramento de todos os usuários, devendo a empresa contratada comprová-los por meio do número-protocolo CNARH, gerado no momento em que o usuário efetivar o seu cadastramento na plataforma. A empresa, entretanto, continuará responsável por auxiliar o usuário na formulação dos pedidos de outorga, recolhendo toda a documentação necessária, para entrega à SEMAR-PI, diferenciando-os de acordo com o uso e, quando inexigível a outorga, de acordo com a legislação aplicável.

A expectativa é de cadastrar 10.000 usuários de recursos hídricos, independentemente de serem de águas subterrâneas ou superficiais, além dos usuários de poços já cadastrados na primeira etapa, conforme detalhado anteriormente

O prazo para execução dessa etapa será de no máximo três anos.

Atividades	Responsáveis	Execução
Contratação de empresas para realização das campanhas	SEMAR-PI	06 meses

Realização das Campanhas de Cadastramento	Empresas licitantes	36 meses
---	---------------------	----------

De acordo com a Lei federal nº 12.334 de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, a SEMAR-PI é responsável pela fiscalização de barragens no Estado do Piauí. Até o momento foram identificadas 43 barragens⁵ de grande porte, que deverão ser cadastradas (paralelamente ao CNARH) no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB), segundo especificações da Agência Nacional de Águas.

Será contratada empresa de engenharia especializada para realização desse cadastro.

Atividades	Responsáveis	Execução
Contratação de empresas para realização das campanhas	SEMAR-PI	06 meses
Realização do Cadastramento	Empresa licitante	12 meses

As empresas contratadas para apoiar o cadastramento de usuários e de barragens juntarão os documentos necessários ao pedido de outorga.

Nessa etapa haverá a contratação de técnicos para auxiliar a análises dos processos. Além disso, com a utilização do SAD espera-se aumentar a capacidade de análise da SRH.

A emissão da outorga será feita pela SEMAR-PI após a devida análise técnica do processo.

Atividades	Responsáveis	Execução
Contratação de Consultores Individuais	SEMAR-PI	06 meses
Juntada de documentos para os pedidos de outorga	Empresas Licitadas	36 meses
Análise de Processos Protocolados	SEMAR-PI	36 meses

No componente de Assistência técnica o projeto apoiará, no âmbito das ações de recursos hídricos e Meio Ambiente, os seguintes itens:

1) SISTEMA DE APOIO A DECISÃO (SAD)

Será contratada empresa para desenvolvimento do Sistema de Apoio à Decisão (SAD), com a finalidade de auxiliar os técnicos no cálculo da disponibilidade hídrica e demanda dos usuários. Essa medida, juntamente com implantação do Centro de Geotecnologia Fundiária e Ambiental do Estado do Piauí (CGEO) e o Sistema de Informações sobre Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado, desenvolvidos pela SMA, e a reestruturação

⁵ Levantamento feito pela ANA, por espelhos d'água, através de imagens de satélites

do protocolo da SRH aumentará significativamente a capacidade de análise do órgão. O sistema poderá também ser utilizado para auxiliar na elaboração de diagnósticos e prognósticos necessários à confecção dos planos de bacias.

O SAD terá acesso ao banco de dados do CNARH, referente à parte dos usuários do Piauí, fazendo uma integração com o próprio e com os demais sistemas a serem desenvolvidos na SEMAR-PI.

A expectativa de execução desta ação é no 1º e 2º ano do projeto.

2) CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES INDIVIDUAIS

Com a realização das campanhas de cadastramento, a demanda por pedidos de outorga de uso aumentará e, considerado o passivo de processo não analisados, seriam necessários 56 anos para a SRH analisar todos os processos nas condições em que atualmente se encontram. Por isso, torna-se necessário a contratação de consultores, especializados na área, para aumentar capacidade de análise.

Com o desenvolvimento e a utilização do SAD e a contratação de consultores, espera-se que até o fim do Plano sejam analisados pelo menos metade dos processos protocolados.

3) PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA DO RIO GUARIBAS

A região do rio Guaribas é hoje uma área bastante degradada dada ao crescimento desordenado dos municípios e ao desenvolvimento econômico, principalmente do município de Picos. Em algumas partes, o rio está totalmente assoreado.

Essa situação agrava-se ainda mais, pois já são percebidos diversos conflitos pelo uso da água na região.

O projeto para revitalização da bacia do rio Guaribas teria como missão preparar alternativas para a revitalização do rio, além de prever planos de educação ambiental para uso racional e consciente do manancial, projetos de saneamento básico, dentre outros necessários para a recuperação da área degradada.

4) REGRA DE OPERAÇÃO PARA A BARRAGEM BOCAINA

A barragem Bocaina está situada no leito do rio Guaribas. Portanto, esse projeto tem o mesmo objetivo do item anterior e diz respeito à utilização da água da barragem para a região.

5) CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE TDRS

Como o corpo administrativo da SEMAR-PI é extremamente reduzido, com o sobrecarregamento dos poucos técnicos disponíveis, será contratada empresa de consultoria para elaborar termos de referências destinados à contratação de consultores especializados, para auxiliarem na execução das diversas atividades decorrentes deste Plano.

6) ELABORAÇÃO PARA PLANO DE DIRETOR DE LAGOAS

As lagoas existentes no Estado do Piauí são importantes pontos turísticos, além de áreas de lazer para os moradores da região, no entanto, dado as suas características e ao uso inadequado de suas águas e seus contribuintes, estão assoreando, transformando-se em áreas desérticas, como exemplo, tem-se: Lagoa do Portinho, Parnaguá, Nazaré, Portinho, Laguna, dentre outras. Entende-se que essas lagoas, além de oferecer um potencial turístico, poderiam ser consideradas também para o desenvolvimento econômico do Estado, pois sua principal atividade é agrícola.

O plano diretor a ser produzido teria a missão de fazer um diagnóstico da lagoa, definir as diretrizes e políticas a serem implementadas para o desenvolvimento sustentável da região, além propor soluções para a sua revitalização.

De início, será elaborado um Plano de Diretor para as lagoas do Portinho e Parnaguá, dado a sua importância turística, cultural e econômica para a região.

7) ESTUDO PARA CONTROLE DA SUPEREXPLORAÇÃO DOS AQUÍFEROS

No Estado do Piauí, problemas de superexploração de aquíferos são identificados principalmente na região do Vale do Gurguéia, onde existe uma quantidade apreciável de poços jorrantes, considerados atualmente símbolos de desperdício de água.

A SEMAR tem um Termo de Referência para o “PROGRAMA HÍDRICO E DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL DA ÁREA BENEFICIADA PELOS POÇOS JORRANTES DO VALE DO GURGÉIAS NO ESTADO DO PIAUÍ”.

O objetivo é buscar parceria com os diversos órgãos da administração pública do Estado para viabilizar a implementação do citado Programa, de forma se efetivar ações de gestão hídrica que elimine o desperdício de água subterrânea jorrante dos poços do vale do Gurguéia e que venham a atender a demanda de água da população circunvizinha aos poços para suprir o abastecimento humano e outros usos múltiplos, incluindo a irrigação de áreas potencialmente irrigáveis.

8) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

A implantação e a operacionalização do Cadastro e a reestruturação do processo de análise de outorgas exigem a aquisição de equipamentos de informática com capacidade suficiente e outros materiais para as atividades de campo a serem oportunamente especificados.

9) REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (PERH)

O Plano Estadual de Recursos Hídricos do Piauí (2010) foi produzido com recursos provenientes do PROÁGUA – Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos. É um plano macrorregional que abrange diversos assuntos, como a reestruturação do órgão gestor e a previsão de obras com vistas a garantir a segurança hídrica do Estado.

O Plano divide suas ações em pequeno, médio e longo prazo, com atualização a cada cinco anos. Por essa razão, será realizada a licitação para contratação de empresa de consultoria para proceder à revisão.

A empresa contratada terá, ainda, a missão de realizar estudo de viabilidade técnica e financeira das intervenções recomendadas no Plano, em particular o Programa de Disciplinamento da Coleta e Tratamento de Efluentes Sanitários; Redução e Controle de Perdas nos Sistemas de Abastecimento d’Água; Controle do Uso da Água na Irrigação; Controle da Superexploração de Aquíferos; Monitoramento e Fiscalização; Adensamento da Rede de Monitoramento; e Sistema de Alerta contra Enchentes e Zoneamento de Áreas Inundáveis. A empresa estabelecerá, juntamente com a SEMAR, as prioridades em termos de políticas, investimentos e assistência técnica para implementação das intervenções recomendadas, bem como seu horizonte de implementação, consideradas as disponibilidades orçamentárias do Estado.

Revisão e Atualização do Arcabouço Legal		
Atividades	Responsáveis	Execução
Revisão: leis, decretos e portarias	SEMAR-PI	05 anos
Adequação das normas estaduais ao CNARH	SEMAR-PI	03 meses
Termos de Cooperação	SEMAR-PI e demais órgãos da administração direta e indireta	05 anos
Revisão do PERH	Empresa Licitada	01 ano

1) IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE GEOTECNOLOGIA, COMPRAS E IMPLANTAÇÃO COM SUPERVISÃO EXTERNA (ETAPAS E CRONOGRAMA EM ANEXO)

O Centro de Geotecnologias Fundiária e Ambiental do Estado do Piauí - CGEO integra a estrutura regimental da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMAR/PI) e do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), conforme Decreto Estadual 16.191/2015.

A proposta é que o Centro seja implantado em três etapas: i) a primeira consiste na execução de um projeto piloto, onde se fará um diagnóstico do que o Estado dispõe em termos de base cartográfica relativa às áreas ambiental e fundiária, equipamentos, estrutura, pessoal, etc; bem como haverá produção e/ou atualização de bases temáticas, desenvolvimento de sistemas e procedimentos e elaboração do regimento interno; ii) a segunda fase corresponde à implantação propriamente dita do Centro, onde será feita adaptação do espaço físico, aquisição e instalação de equipamentos, contratação de consultores, realização de serviços para instalação de rede de internet, rede elétrica, sistema de refrigeração, etc.; iii) e, por fim, a terceira fase é a operacionalização do centro, onde haverá treinamento de pessoal e operação supervisionada do CGEO por 36 meses, onde atuarão consultores e técnicos da SEMAR e do INTERPI.

O Centro tem a finalidade de gerenciar e manter atualizada a Base Cartográfica Digital e Continuada do Estado do Piauí, centralizando as atividades de geoprocessamento e sensoriamento remoto com o propósito de elaborar e divulgar informações gerenciais no âmbito das geotecnologias, incluindo o Geoprocessamento, o Sensoriamento Remoto, os Sistemas de Informações Geográficas e Sistemas de Posicionamento Global (GPS), visando ao monitoramento das transformações ambientais, fornecendo subsídio a gestão do uso dos recursos ambientais, dos recursos hídricos, ao zoneamento ambiental, ao ordenamento territorial, à identificação das terras devolutas e regularização fundiária das terras públicas estaduais e à normatização da cartografia temática sobre meio ambiente.

Cabe ao CGEO, desenvolver as seguintes ações:

- a. Coletar, armazenar, sistematizar e disponibilizar dados e informações necessárias ao desenvolvimento de planos e programas, projetos e ações da SEMAR/PI e do INTERPI;

- b. Desenvolver e implantar aplicativos, utilizando ferramentas do geoprocessamento, visando subsidiar as ações da SEMAR/PI e do INTERPI;
- c. Coletar e analisar dados existentes na SEMAR/PI e no INTERPI;
- d. Disseminar a tecnologia do geoprocessamento na SEMAR/PI e no INTERPI;
- e. Participar de redes de informações de geotecnologias;
- f. Elaborar mapeamentos e geração de cartografia temática com base em parâmetros planialtimétricos, topográficos e uso e ocupação da terra;
- g. Promover a Integração e espacialização de dados georreferenciados dos imóveis e posses rurais, objetos de processos de licenciamento, autorizações ambientais, de outorga de direito de uso e de cadastro de fontes e de usuários de recursos hídricos, em tramitação na SEMAR/PI e no INTERPI em apoio à implementação do Cadastro Ambiental Rural-CAR.
- h. Promover o tratamento e processamento digital de imagens de satélite de baixa, média e alta resolução espacial a fim de apoiar políticas públicas ou atividades de pesquisa, ou através da determinação de índices e parâmetros referentes ao campo do sensoriamento remoto, ou da manipulação de variáveis a partir do Sistema de Informação Geográfica - SIG;
- i. Lançar no SIG as informações de posses e propriedades rurais, visando apoiar o licenciamento ambiental e a outorga de direito de uso de recursos hídricos;
- j. Elaborar Mapeamento de uso da terra (regional ou local) e análise de detecção de mudanças por imagens de satélite, para subsidiar o planejamento estratégico de controle, monitoramento e fiscalização dos usos dos recursos ambientais;
- k. Promover a geração e atualização de cartografia temática, oficial e/ou ilustrativa, com base em ferramentas e métodos de sensoriamento remoto e geoprocessamento;
- l. Identificar terras devolutas com finalidade de arrecadação e regularização fundiária;
- m. Identificar e monitorar as divisas estaduais;
- n. Cadastrar todos os imóveis rurais pertencentes ao patrimônio imobiliário estadual;
- o. Identificar áreas pertencentes ao patrimônio público estadual, apropriadas à criação de florestas estaduais e
- p. Auxiliar no combate à apropriação irregular de terras públicas.

iv. SUBCOMPONENTE 1.4: FORTALECIMENTO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE DE BENS IMÓVEIS

A proposta apresentada prevê a implantação de um cadastro georreferenciado de imóveis rurais e uma ampla pesquisa dos registros primários do Estado do Piauí (Sesmarias), abertura de Ações de Arrecadações, cadastramento e levantamento georreferenciado de imóveis rurais. Esclarecemos que, diante do atual contexto, estas atividades vêm a contemplar uma metodologia de ação que prioriza a regularização por município e não pulverizada, atentando para as dimensões fundiária, produtiva e ambiental, constituindo-se, portanto, de ações conjuntas.

O georreferenciamento dos imóveis, nos moldes exigidos pela legislação federal, é fase relevante do processo de regularização fundiária gerando dados e informações de uso multifuncional para o Cadastro de Imóveis Rurais, vem a contribuir ainda para o fortalecimento do Cadastro Ambiental Rural – CAR/SEMAR. O procedimento potencializará a gestão governamental da estrutura fundiária, encaminhando inclusive soluções para áreas problema no Estado, especialmente onde os conflitos advêm da grilagem de terras públicas e ocupação desordenada destas terras.

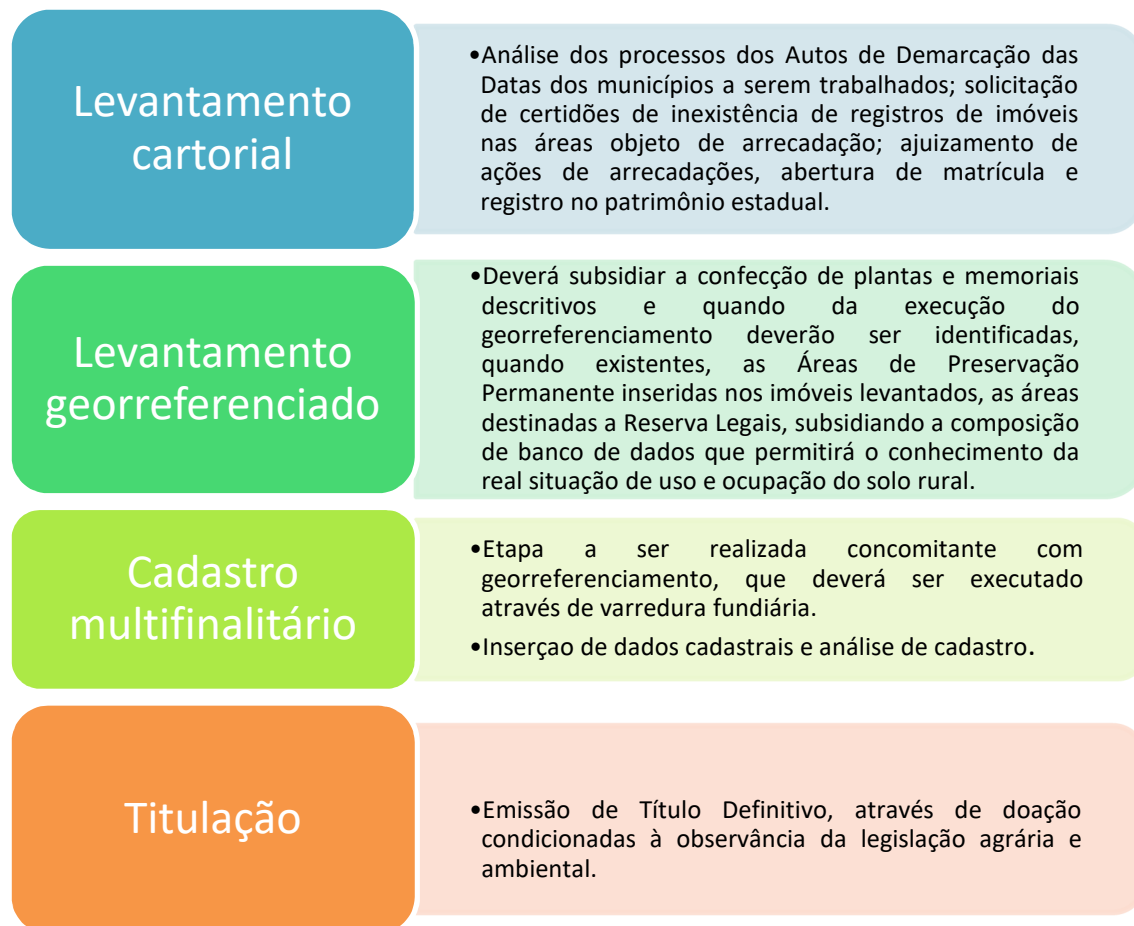
O desconhecimento da real situação fundiária do Estado e a ausência/morosidade das ações de regularização torna evidente, que os conflitos fundiários e perdas sociais gerados pela pouca eficácia das políticas públicas neste âmbito atingem, portanto, desde grandes produtores que não se encontram inseridos legalmente no ciclo produtivo a grupos economicamente desfavorecidos, neste último pode-se mencionar os pequenos agricultores que trabalham em regime de agricultura familiar e comunidades tradicionais que não possuem reconhecimento de suas posses.

A gestão territorial do Estado e resolução de conflitos fundiários, muitas vezes é inviabilizada pela ausência de dados sistematizados que subsidiem ação efetiva. Assim, investir em ações que viabilizem a efetiva regularização de “posses” possibilita sanar possíveis conflitos fundiários; poderá ainda fomentar a produção agrícola, uma vez que a regularização fundiária facilita o acesso a diversas linhas de crédito e inclui os produtores no contexto de políticas públicas, além de subsidiar a implementação de diretrizes de governo para área fundiária, se faz de extrema relevância no delineamento de políticas agrícolas, sociais e até mesmo ambientais.

Assim, apresentamos uma proposta que visa contemplar dois eixos distintos em razão do público alvo e peculiaridades envolvidas: por um lado será trabalhada a regularização fundiária na modalidade doação, que deverá atender a 4.000 (quatro mil) agricultores familiares em 43(quarenta e três) municípios do Estado do Piauí, e a regularização fundiária de 06(seis) comunidades tradicionais como as remanescentes de quilombos, beneficiando cerca de 850(oitocentos e cinquenta) famílias, inseridas em 23(vinte e três) municípios. As ações deverão garantir a justa distribuição das terras do estado e inserção socioeconômica dos beneficiários das ações.

Foram escolhidas como áreas prioritárias para ação do projeto no componente doação: São José do Peixe, Francisco Ayres, Campinas do Piauí, Oeiras, Colônia do Piauí, Santo Inácio, Floresta, Santa Cruz do Piauí, Wall Ferraz, Isaías Coelho, São Francisco do Piauí, Simplício Mendes, Arraial, Vera Mendes, Itainópolis, Floriano, Teresina, Nazária, Barras, José de Freitas, Cabeceiras, Batalha, Joaquim Pires, Buriti dos Lopes, Parnaíba, União, Lagoa Alegre, Miguel Alves, Campo Largo, Luzilândia, Joca Marques, Madeiro, Piripiri, Bom Jesus, Currais, Curimatá, Parnaguá, Riacho Frio, Júlio Borges, Piracuruca, Sebastião Leal, Santa Filomena e Corrente. Já no componente regularização de comunidades quilombolas os municípios prioritários são: Acauã, Assunção do Piauí, Batalha, Betânia, Campinas, Campo Largo do Piauí, Caridade, Curral Novo, Esperantina, Isaías Coelho, Jacobina, Jerumenha, João Costa, Patos, Paulistana, Piripiri, Queimada Nova, São João da Varjota, Redenção do Gurguéia, São José do Piauí, São Miguel do Tapuio, São Raimundo Nonato e Valença.

Os procedimentos a serem utilizados para se alcançar os objetivos propostos estão descritos e apresentados no fluxograma que segue. Destaca-se que os procedimentos descritos são genéricos, podendo ser executados nas ações destinadas aos diferentes públicos que se pretende alcançar. Cada um dos eixos apresenta especificidades geradas pelas características do público a ser atendido que irão ser apontadas em instruções normativas do INTERPI.



A implementação do Projeto obedecerá ao cronograma de execução, conforme descrito abaixo:

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Ações	PERÍODO DE EXECUÇÃO			
	2014	2015	2016	2017
Levantamento Cartorário e elaboração de termos de referências, licitações, contratações, etc.				
Levantamento Georreferenciado				

Ações	PERÍODO DE EXECUÇÃO			
	2014	2015	2016	2017
Cadastro Multifinalitário e Constituição dos Processos de Titulação				
Titulação				

ESTRATÉGIAS DE ATINGIMENTO DE METAS

Ações	META PROPOSTA (famílias beneficiadas)				
	2014	2015	2016	2017	META
Regularização Fundiária – Modalidade Doação – Agricultura Familiar	-	1.000	1.000	2.000	4.000
Regularização Fundiária Comunidade Quilombola	-	01	02	03	06

Para a execução das ações propostas será necessária à contratação de consultoria, de técnicos em diversas áreas e o INTERPI colocará à disposição desta operação, técnicos do próprio órgão.

A seguir um resumo dos custos do projeto:

Resumo dos Custos por Elemento de Despesas para o Projeto

ELEMENTO DE DESPESAS	DISCRIMINAÇÃO	VALOR TOTAL R(\$)
4490-14	DIÁRIAS(Cartório, cadastro das famílias, fiscalização e titulação)	1.140.480,00
4490-30	MATERIAL DE CONSUMO – COMBUSTÍVEL	660.000,00
4490-35	CONSULTORIAS	540.000,00
4490-39	DESPESAS PESSOA JURÍDICA(Certidões, georreferenciamento, contratação de pessoal e registros de imóveis)	21.183.480,00
TOTAL GERAL		23.523.960,00

v. SUBCOMPONENTE 1.5: REFORÇO DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES POBRES E COMUNIDADES QUILOMBOLAS NAS CADEIAS PRODUTIVAS RURAIS

II – PLANO DE AÇÃO COMPONENTE 2

i. SUBCOMPONENTE 2.1: MODERNIZAR A GESTÃO DAS DESPESAS E DO INVESTIMENTO NO SETOR PÚBLICO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO – SEPLAN

No contexto atual da gestão pública é fundamental que a decisão de aplicar recursos públicos em uma ação parta do pressuposto que haja legitimidade quanto aos seus objetivos, o que implica a necessidade de construção de uma justificativa consistente, acompanhada de processos de planejamento, monitoramento das ações levadas a cabo e de uma avaliação que permita verificar o cumprimento das metas estabelecidas inicialmente.

Com este foco, a Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN propõe o presente Plano de Ação tendo como principal objetivo o aprimoramento dos processos de planejamento, orçamento, monitoramento e avaliação de forma articulada a partir de um conjunto variado de ações e estratégias.

O conjunto das ações previstas busca qualificar o processo participativo em suas diversas dimensões, principalmente no fortalecimento dos diversos atores envolvidos no processo de planejamento. Do lado dos atores governamentais, enfatiza-se a qualificação das equipes envolvidas na elaboração e implementação do Plano Plurianual-PPA, dotando-as de condições materiais e logísticas para o exercício das suas diversas atividades. Do ponto de vista da participação da sociedade no processo de planejamento, o presente plano de ação prevê uma série de atividades como oficinas, visitas técnicas e seminários nos 11 Territórios de Desenvolvimento do Estado, voltadas para a construção e/ou fortalecimento do capital humano e social existente, de forma que permita um aprimoramento nos processos relativos ao controle social das políticas públicas executadas pelo Estado.

O presente plano visa:

1. Aperfeiçoar o processo de planejamento do Estado possibilitando articulação entre a definição das prioridades estratégicas do Governo no PPA, alocação de recursos orçamentários para seu cumprimento e o monitoramento da execução, contribuindo para ajustes e correções quando o desempenho for insatisfatório.

2. Formação de capital humano nos territórios capazes de assumir o processo de planejamento participativo e atuar de forma qualificada no controle social das políticas públicas estaduais
3. Avaliar o impacto das políticas prioritárias do Governo a partir da introdução do planejamento estratégico participativo e da experiência do monitoramento das metas pelos diversos atores sociais envolvidos na proposta
4. Aquisição de equipamentos para apoiar o processo de planejamento no Estado
5. Possibilitar o monitoramento de todas as ações do PPA e que a alimentação do Sistema seja realizada pelo o órgão, tendo o SIMO o papel de analisar e criticar a informação.

Dessa forma, o presente Plano de Ação está voltado para o desenvolvimento dos seguintes capacidades: 1) Metodologias e processos de planejamento estratégico; 2) Capacitação e unificação dos conselhos territoriais para planejamento participativo, controle social e monitoramento das ações estratégicas; 3) Avaliação de desempenho e resultado das ações do governo; 4) Modernização tecnológica e de logística para o processo de planejamento e monitoramento e 5) Descentralização do processo de monitoramento, conforme detalhamento que segue abaixo.

Como a SEPLAN será responsável pela coordenação do Projeto, será necessário constituir uma Unidade de Gerenciamento - UGP, que deverá ser mantida durante todo o período de sua execução. A UGP será encarregada de auxiliar todas as secretarias envolvidas no Projeto e contará com o apoio de profissionais com experiências e qualificações aceitáveis pelo Banco. A UGP funcionará dentro da Superintendência de Cooperação Técnico-financeira. As estratégias para implementação, necessárias para a constituição da UGP, aparecem no quadro abaixo como item de número 6.

PLANO DE AÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

ÁREA / AÇÕES	CUSTO (EM US\$)	CUSTO (EM R\$)	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PERÍODO
1. Metodologia e processos de planejamento estratégico:				
Diagnóstico do processo de planejamento no Estado				
Revisar e apresentar proposta para integração do planejamento, orçamento, monitoramento e execução financeira.				
Construção de metodologia de avaliação ex ante e ex post do processo de planejamento estratégico	163.077,00	636.000,00	Contratação de consultoria individual	1º a 2º Anos
Construção de metodologia de planejamento, monitoramento e avaliação participativa.				
Análise e reestruturação do processo orçamentário do Estado				
Capacitar equipe em planejamento Estratégico				
Capacitar equipe na construção e análise de indicadores				
TOTAL (ITEM 1)	163.077,00	636.000,00		

PLANO DE AÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

ÁREA / AÇÕES	CUSTO (EM US\$)	CUSTO (EM R\$)	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PERÍODO
2. Capacitações e unificação dos conselhos territoriais para planejamento participativo, controle social e monitoramento das ações estratégicas.				
Capacitar equipe técnica do Governo em instrumentos de controle social			Contratação de 1 consultor especializado na área	1º a 4º Anos
Realizar 88 oficinas de capacitação dos colegiados territoriais			Realizar 2 oficinas por ano em cada território (11)	
Realizar 88 visitas técnicas, 2 por ano em cada território para acompanhamento e avaliação, por amostragem, das ações planejadas.	207.846,00	810.600,00	Realizar 2 visitas técnicas por ano em cada território	
Realizar 2 Seminários Estaduais para divulgação das experiências e fortalecimento dos conselhos territoriais			Realizar 2 seminários sendo um em 2016 e outro em 2019	
Elaboração e Impressão de agendas das ações estratégicas dos territórios de desenvolvimento			Contratar consultor para sistematização, consolidação e revisão das agendas estratégicas dos territórios considerando o resultado das oficinas e dos seminários.	
Arte final e impressão das agendas territoriais			Contratação de empresa	
TOTAL (ITEM 2)	207.846,00	810.600,00		

PLANO DE AÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO				
ÁREA / AÇÕES	CUSTO (EM U\$)	CUSTO (EM R\$)	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PERÍODO
3. Avaliação de desempenho e resultado das ações do governo	179.487	700.000	Contratação de empresa consultoria	3º a 4º Anos
4. Modernização tecnológica e de logística para o processo de planejamento e monitoramento	166.667	650.000	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de 2 veículos • Aquisição de 20 computadores e 6 notebooks • Aquisição de 2 datashows • Aquisição de 2 máquinas fotográficas • Aquisição de 01 filmadora • Aquisição de 3 Kits de moderação • Aquisição de 2 impressoras 	1º Ano
5. Descentralização do processo de monitoramento	63.897	249.200	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação de consultoria individual • Capacitar equipe em gerenciamento de projetos • Capacitação das equipes dos órgãos para uso da metodologia e da ferramenta tecnológica • Elaboração e Impressão de material de apoio ao processo de descentralização • Viagem para conhecer outras experiências de monitoramento 	1º a 3º Anos
TOTAL (ITENS 3, 4 E 5)	410.051,00	1.599.200,00		

PLANO DE AÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO				
ÁREA / AÇÕES	CUSTO (EM U\$)	CUSTO (EM R\$)	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PERÍODO
6. Constituição da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP)	1.084.963,00	4.231.354,00	1. Contratação de consultorias individuais	1º ao 4º ano
			2. Contratação de firma independente de verificação (IVA)	2º ao 3º ano
			3. Viagens a campo	1º ao 4º ano
			4. Aquisição de equipamentos	1º ao 4º ano
			5. Realização de atividades de capacitação através da realização de workshops	1º ao 4º ano
TOTAL (ITENS 6)	1.084.963,00	4.231.354,00		
TOTAL DO PLANO	1.865.937,00	7.277.154,00		

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

1. Capacitações

1.1. Auditoria de Conformidade

Capacitar a equipe da CGE-PI em Auditoria de Conformidade está alinhado com as recomendações da avaliação independente de maturidade em auditoria segundo o modelo IA-CM conduzida na CGE-PI em parceria com o Banco Mundial, notadamente, com as recomendações 1.1, 2.2, 3.1 e 4.2 (Anexo I). O plano de capacitação evolui de um nivelamento básico de conteúdo e conceitos, passa por um curso mais avançado cujo foco principal seriam as auditorias baseadas em risco e finaliza com o desenvolvimento das habilidades práticas por meio de programas de coaching em auditorias reais. Abaixo seguem as detalhadas as atividades no plano de ação:

Task Name	Work	Starting	Deadline	Cost	Resource Names	Implementing Details
Curso Teórico Audi I com ênfase em órgãos públicos	32 hrs	Mon 03/08/15	Mon 31/08/15	R\$ 107.520,00	Capacitação do IIA In Company;Equipe Técnica Inteira CGE	Curso teórico a ser realizado no Piauí para um total de 55 pessoas
Programa de Coaching nos conceitos do Audi I	80 hrs	Mon 01/02/16	Fri 30/12/16	R\$ 32.000,00	Consultoria em Auditoria Pessoa Física;Equipe de Auditoria CGE	O Instrutor acompanhará a implementação de uma auditoria real em específico
Curso Teórico Audi II com ênfase em órgãos públicos	32 hrs	Mon 01/02/16	Tue 28/02/17	R\$ 107.520,00	Capacitação do IIA In Company;Equipe Técnica Inteira CGE	Curso teórico a ser realizado no Piauí para um total de 55 pessoas
Programa de Coaching nos conceitos do Audi II	80 hrs	Wed 01/02/17	Fri 29/12/17	R\$ 32.000,00	Consultoria em Auditoria Pessoa Física;Equipe de Auditoria CGE	O Instrutor acompanhará a implementação de uma auditoria real em específico

1.2. Modelos de Excelência da Gestão Pública

Capacitar a equipe da CGE-PI em um Modelo de excelência da Gestão Pública está alinhado com as recomendações da avaliação independente de maturidade em auditoria segundo o modelo IA-CM conduzida na CGE-PI em parceria com o Banco Mundial, notadamente, com as recomendações 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5 e 4.1 (Anexo I). O plano de capacitação evolui de um processo de sensibilização da liderança para a importância do MEGP, seguido por cursos que evoluem em paralelo em duas grandes frentes: a primeira seria uma frente de capacitação das lideranças em desenvolvimento gerencial, em indicadores de desempenho e em gestão de processos e da qualidade; e a segunda frente atuaria na capacitação de como gerir o clima organizacional, lidar com aspectos humanos das pessoas como motivação, e gerenciamento de competências. Todos esses aspectos estão contemplados no modelo

integrado do programa Gespública, que deriva do Prêmio Nacional da Qualidade para órgãos públicos. Por último, um programa de coaching acerca da implantação do modelo ajudaria a CGE-PI a por em prática todos os conteúdos adquiridos nos cursos, transformando-os em habilidades e competências. Abaixo seguem as detalhadas as atividades no plano de ação:

Task Name	Work	Starting	Deadline	Cost	Resource Names	Implementing Details
Introdução ao Gespública	8 hrs	Thu 01/10/15	Fri 30/10/15	R\$ 3.200,00	Consultoria em Gespública Pessoa Física; Equipe de Gestão CGE	Visão Geral sobre o Gespública para a equipe do projeto e elaboração do plano de implementação na CGE
Sensibilização da Liderança para a importância do MEGP	8 hrs	Tue 03/11/15	Mon 30/11/15	R\$ 3.200,00	Instrutor em Gespública Pessoa Física; Equipe Técnica Inteira CGE	Visão Geral sobre o Gespública para os gestores da organização CGE e explanação das etapas do plano de implementação
Curso de 5s	8 hrs	Mon 01/02/16	Mon 29/02/16	R\$ 3.200,00	Instrutor em Gestão de Riscos Pessoa Física; Equipe Técnica Inteira CGE	Curso teórico a ser realizado no Piauí para um total de 55 pessoas
Curso de Liderança Desenvolvimento Gerencial	80 hrs	Mon 01/02/16	Mon 29/02/16	R\$ 32.000,00	Instrutor em Gestão de Riscos Pessoa Física; Equipe Técnica Inteira CGE	Curso teórico a ser realizado no Piauí para um total de 55 pessoas
Curso de Relacionamento com o Cidadão	40 hrs	Tue 01/03/16	Thu 31/03/16	R\$ 16.000,00	Instrutor em Gestão de Riscos Pessoa Física; Equipe Técnica Inteira CGE	Curso teórico a ser realizado no Piauí para um total de 55 pessoas
Curso de Indicadores de Desempenho	24 hrs	Fri 01/04/16	Fri 29/04/16	R\$ 9.600,00	Instrutor em Gestão de Riscos Pessoa Física; Equipe Técnica Inteira CGE	Curso teórico a ser realizado no Piauí para um total de 55 pessoas
Curso sobre Motivação Humana	16 hrs	Mon 02/05/16	Tue 31/05/16	R\$ 6.400,00	Instrutor RH Pessoa Física; Equipe Técnica Inteira CGE	Curso teórico a ser realizado no Piauí para um total de 55 pessoas
Curso sobre Gestão por Competências	24 hrs	Wed 01/06/16	Thu 30/06/16	R\$ 9.600,00	Instrutor RH Pessoa Física; Equipe Técnica Inteira CGE	Curso teórico a ser realizado no Piauí para um total de 55 pessoas
Curso sobre Clima Organizacional	40 hrs	Mon 01/08/16	Wed 31/08/16	R\$ 16.000,00	Instrutor RH Pessoa Física; Equipe Técnica Inteira CGE	Curso teórico a ser realizado no Piauí para um total de 55 pessoas
Curso sobre Gerenciamento de Processos	80 hrs	Thu 01/09/16	Fri 30/09/16	R\$ 268.800,00	Instrutor em Gestão de Processos Pessoa Jurídica; Equipe Técnica Inteira CGE	Curso teórico a ser realizado no Piauí para um total de 55 pessoas
Programa de Coaching em Gespública - Implantação do Piloto CGE	160 hrs	Mon 01/02/16	Fri 29/12/17	R\$ 64.000,00	Consultoria em Gespública Pessoa Física; Equipe de Gestão CGE	Acompanhamento a ser realizado no Piauí durante 1 ano à medida que as dimensões do Gespública são trabalhadas

1.3. Auditoria de Tecnologia da Informação

Capacitar a equipe da CGE-PI em Auditoria de Tecnologia da Informação está alinhado com as recomendações da avaliação independente de maturidade em auditoria segundo o modelo IA-CM conduzida na CGE-PI em parceria com o Banco Mundial, notadamente, com as recomendações 2.2, 2.5 e 3.1 (Anexo I). O plano de capacitação envolve treinar a equipe de Auditores em TI para viabilizar a realização de auditorias de conformidade em ambientes cada vez mais informatizados, onde os sistemas funcionam como automatizadores de processos e verdadeiras caixas pretas. Abaixo segue detalhadas as atividades no plano de ação:

Task Name	Work	Starting	Deadline	Cost	Resource Names	Implementing Details
Curso Teórico Audi TI	32 hrs	Mon 01/08/16	Fri 31/08/18	R\$ 10.000,00	Capacitação do IIA Grade Normal; Equipe de TI CGE	Curso a ser ministrado em São Paulo para 3 auditores

1.4. Gerenciamento de Riscos e Controles

Capacitar a equipe da CGE-PI em Gerenciamento de Riscos e Controles está alinhado com as recomendações da avaliação independente de maturidade em auditoria segundo o modelo IA-CM conduzida na CGE-PI em parceria com o Banco Mundial, notadamente, com as recomendações 2.5 e 3.1 (Anexo I). O plano de capacitação envolve de um processo de treinamento em conceitos ligados às três linhas de defesa em gerenciamento de riscos, à associação entre objetivos, riscos e controles, à propriedade e à gestão dos riscos e controles e ao papel independente e objetivo da função Auditoria Interna. Abaixo segue detalhadas as atividades no plano de ação:

Task Name	Work	Starting	Deadline	Cost	Resource Names	Implementing Details
COSO ICIF 2013	40 hrs	Mon 03/10/16	Mon 31/10/16	R\$ 134.400,00	Capacitação do IIA In Company; Equipe Técnica Inteira CGE	Curso teórico a ser realizado no Piauí para um total de 55 pessoas
ERM - Gerenciamento de Riscos	24 hrs	Tue 01/11/16	Wed 30/11/16	R\$ 80.640,00	Capacitação do IIA In Company; Equipe Técnica Inteira CGE	Curso teórico a ser realizado no Piauí para um total de 55 pessoas
AAC - Autoavaliação de Controles	16 hrs	Wed 01/02/17	Tue 28/02/17	R\$ 53.760,00	Capacitação do IIA In Company; Equipe Técnica Inteira CGE	Curso teórico a ser realizado no Piauí para um total de 55 pessoas

1.5. Auditoria Operacional

Capacitar a equipe da CGE-PI para realizar Auditoria Operacional, além de estar alinhado com o KPA Auditoria de Desempenho do modelo IA-CM, é fundamental para provocar uma reflexão dos gestores e do Chefe do Poder Executivo acerca do uso racional de recursos e da eficácia das ações, principalmente na atual conjuntura econômica. Neste ponto, os trabalhos em auditoria operacional servirão como meio para difundir os conhecimentos adquiridos pela CGE-PI acerca do Gespública para os órgãos e entidades finalísticos do Estado do Piauí. As capacitações evoluem de um nivelamento básico acerca dos conceitos, métodos e ferramentas de auditoria operacional, passando por uma revisão do modelo de excelência da gestão pública, seguido por um programa de coaching que vai assessorar a CGE-PI a conduzir suas primeiras Auditorias Operacionais. Abaixo segue detalhadas as atividades no plano de ação:

Task Name	Work	Starting	Deadline	Cost	Resource Names	Implementing Details
Curso Teórico Auditoria Operacional	32 hrs	Thu 01/02/18	Wed 28/02/18	R\$ 107.520,00	Capacitação do IIA In Company; Equipe Técnica Inteira CGE	Curso teórico a ser realizado no Piauí para um total de 55 pessoas
Programa de Coaching nos conceitos de Auditoria Operacional	120 hrs	Thu 01/02/18	Fri 28/12/18	R\$ 48.000,00	Consultoria em Auditoria Pessoa Física; Equipe de Auditoria CGE	O Instrutor acompanhará a implementação de uma auditoria real em específico

1.6. Relatoria de Auditoria

Capacitar a equipe da CGE-PI para elaborar e estabelecer padrões efetivos de relatórios de auditoria é fundamental para que as recomendações destes relatórios sejam implementadas, o que corresponde a elevar o padrão de qualidade e efetividade das auditorias. A capacitação envolve discutir sobre requisitos dos relatórios de auditoria, sua formatação, sua conformidade em conteúdo com a asseguaração da objetividade e independência do auditor, a e a consistência de seus achados. Abaixo segue detalhadas as atividades no plano de ação:

Task Name	Work	Starting	Deadline	Cost	Resource Names	Implementing Details
Curso Report	16 hrs	Thu 01/03/18	Fri 30/03/18	R\$ 53.760,00	Capacitação do IIA In Company; Equipe Técnica Inteira CGE	Curso teórico a ser realizado no Piauí para um total de 55 pessoas

2. Equipamentos

2.1. Para suporte a Sistemas Diversos

A CGE-PI depende tecnologicamente da estrutura da ATI e da Secretaria da Fazenda. O principal uso atualmente é de recursos de rede. Com a adoção de novos sistemas corporativos, tais como o sistema de execução e relatoria de auditoria de conformidade e de desempenho, o sistema de gerenciamento de processos e o Observatório da Despesa Pública, será necessária a

aquisição de um computador servidor a ser gerenciado pela própria CGE-PI, com a especificação abaixo:

Task Name	Work	Starting	Deadline	Cost	Resource Names	Implementing Details
1 Servidor em rack Processador Intel® Xeon® E5-2620 v3 2.4GHz, 15M Cache, 8.00GT/s QPI, Turbo, HT, 6C/12T (85W) Max Mem 1866MHz Windows Server 2012 R2, Standard Ed, Com Instalação de Fábrica, Sem Mídia, 2 Sockets, 2 VMs, sem CALs, Memória de 16GB RDIMM, 2	0 hrs	Tue 03/11/15	Wed 30/12/15	R\$ 12.850,00	Equipe de TI CGE	Essa máquina suportará todos os sistemas corporativos da CGE. O local de instalação da máquina ainda está sendo estudado.

2.2. Observatório da Despesa Pública

O Observatório da Despesa Pública consiste em um conjunto de estruturas, procedimentos, métodos e ferramentas utilizadas para gerar informação de inteligência sobre a gestão pública. O projeto foi originalmente desenvolvido no âmbito da CGU e em seguida padronizado. Atualmente, a CGU está promovendo a replicação do modelo concebido naquele órgão para os demais órgãos estaduais de controle interno, por meio de um acordo de cooperação, do qual a CGE-PI já é signatária. Os equipamentos abaixo fazem parte da especificação definida pela CGU para aquisição por parte da CGE-PI como forma de prover a estrutura tecnologia necessária para implantar o projeto no Estado.

Task Name	Work	Starting	Deadline	Cost	Resource Names	Implementing Details
5 Microcomputadores processador Intel® Core™ i7-4510U (Mínimo de 3.1 GHz, 4 MB de Cache) Armazenamento: 8GB DDR3 1600 (4GBx2) Brazil, HD híbrido de 1TB com 8 GB SSD, Placa de vídeo AMD Radeon™ HD R7 M265 com memória dedicada de 2GB DDR3	0 hrs	Tue 03/11/15	Wed 30/12/15	R\$ 12.400,00	Equipe de TI CGE	Esses equipamentos ficaram restritos às atividades e à sala do Observatório da Despesa Pública
10 Monitores Tela LED Full HD IPS de 21,7 polegadas com tecnologia touchscreen	0 hrs	Tue 03/11/15	Wed 30/12/15	R\$ 7.160,00	Equipe de TI CGE	Esses equipamentos ficaram restritos às atividades e à sala do Observatório da Despesa Pública
1 Notebook Processador Intel® Core™ i7-5500U (2.4 GHz expansível para até 3.0 GHz, Cache de 4MB), Tela LED HD de 15,6 polegadas (1366 x 768) com True Life Memória RAM3,	0 hrs	Tue 03/11/15	Wed 30/12/15	R\$ 3.100,00	Equipe de TI CGE	Esses equipamentos ficaram restritos às atividades e à sala do Observatório da Despesa Pública

Memória de 8GB, Single Channel, DDR3, 1600MHz (1x8GB), Armazenamento Disco híbrido de						
1 Impressora Laser A3	0 hrs	Tue 03/11/15	Wed 30/12/15	R\$ 940,00	Equipe de TI CGE	Esses equipamentos ficaram restritos às atividades e à sala do Observatório da Despesa Pública
1 TV led 50 polegadas wi fi direct, hdmi, full hd	0 hrs	Tue 03/11/15	Wed 30/12/15	R\$ 2.375,00	Equipe de TI CGE	Esses equipamentos ficaram restritos às atividades e à sala do Observatório da Despesa Pública

2.3. Aquisição de equipamentos para novos Auditores da CGE

A CGE-PI está na iminência de nomear aprovados em concurso para Auditor Governamental com a finalidade de suportar seu plano de modernização e acomodar as demandas dele advindas, incluindo aí o acompanhamento do projeto IPF do Banco Mundial. Para que esses novos auditores possam desempenhar bem suas atividades, é necessária, entre outras ações, a aquisição de equipamentos de trabalho. A lista abaixo define os requisitos mínimos em termos de equipamento para suprir essa necessidade:

Task Name	Work	Starting	Deadline	Cost	Resource Names	Implementing Details
10 Notebook Processador Intel® Core™ i7-5500U (2.4 GHz expansível para até 3.0 GHz, Cache de 4MB) Tela LED HD de 15,6 polegadas (1366 x 768) com True Life, Memória RAM3 de 8GB, Single Channel, DDR3, 1600MHz (1x8GB), Armazenamento: Disco híbrido de 1TB, SS	0 hrs	Tue 03/11/15	Thu 30/06/16	R\$ 31.000,00	Equipe de TI CGE	

24 DE JANEIRO

DE 1823

3. Softwares

3.1. Auditoria

Adquirir softwares de apoio e finalísticos relacionados à atividade de auditoria está alinhado com as recomendações da avaliação independente de maturidade em auditoria segundo o modelo IA-CM conduzida na CGE-PI em parceria com o Banco Mundial, notadamente, com as recomendações 2.1, 2.2, 2.4 e 2.5 (Anexo I). O plano de implantação desses sistemas envolve um processo de aquisição de ferramentas de software de mercado que gerenciem desde o planejamento periódico das auditorias, ao planejamento específico de uma auditoria, sua execução, relatoria, acompanhamento da implementação das recomendações e avaliação de sua qualidade. As ferramentas de software deverão refletir as práticas e procedimentos estabelecidos nos manuais de auditoria bem como estabelecer os mecanismos de controle para evitar que tais práticas e procedimentos sejam descumpridos. Abaixo segue detalhadas as aquisições contidas no plano de ação:

Task Name	Work	Starting	Deadline	Cost	Resource Names	Implementing Details
Sistema de Gerenciamento de Projetos	0 hrs	Tue 03/11/15	Wed 30/12/15	R\$ 18.000,00	Equipe de TI CGE	Licença do Microsoft Project para todos os computadores dos gestores
Sistema de execução e relatoria de Auditoria de Conformidade	0 hrs	Tue 02/02/16	Thu 30/06/16	R\$ 800.000,00	Governance Technology;Equipe de Auditoria CGE;Equipe de TI CGE	O melhor sistema prospectado até o momento foi o WebGovernance da empresa Governance Technology
Sistema de Gerenciamento de Processos	0 hrs	Tue 02/02/16	Thu 30/06/16	R\$ 100.000,00	SoftExpert;Equipe de Gestão CGE;Equipe de TI CGE	Existem sistemas de empresas como a Softexpert e IBM que seguem a notação BPMN. Esses sistemas serão avaliados para futura aquisição. A capacitação em gerenciamento de processos será útil para a definição dos termos de referência
Sistema de execução e relatoria de Auditoria Operacional	0 hrs	Thu 01/02/18	Fri 29/06/18	R\$ 400.000,00	Equipe de Auditoria CGE;Equipe de TI CGE;Governance Technology	O melhor sistema prospectado até o momento foi o WebGovernance da empresa Governance Technology

3.2. Observatório da Despesa Pública

O Observatório da Despesa Pública consiste em um conjunto de estruturas, procedimentos, métodos e ferramentas utilizadas para gerar informação de inteligência sobre a gestão pública. O projeto foi originalmente desenvolvido no âmbito da CGU e em seguida padronizado. Atualmente, a CGU está promovendo a replicação do modelo concebido naquele órgão para os demais órgãos estaduais de controle interno, por meio de um acordo de cooperação, do qual a CGE-PI já é signatária. As licenças de software abaixo devem ser adquiridas para operacionalizar os equipamentos adquiridos para o projeto.

Task Name	Work	Starting	Deadline	Cost	Resource Names	Implementing Details
16 licenças do Microsoft Windows 10	0 hrs	Tue 03/11/15	Wed 30/12/15	R\$ 13.600,00	Equipe de TI CGE	Adquiridas em paralelo aos equipamentos nos quais serão instaladas

4. Consultorias

4.1. Estruturação Organizacional

A necessidade de reavaliar a estrutura organizacional da CGE-PI está alinhada às recomendações da avaliação independente de maturidade em auditoria segundo o modelo IA-CM conduzida na CGE-PI em parceria com o Banco Mundial, notadamente, às recomendações 4.1 e 4.2 (Anexo I). Adicionalmente, a estrutura organizacional da CGE remonta uma época de poucos auditores e de atribuições menos numerosas e menos relevantes. O plano de reestruturação envolve contratar um conjunto de trabalhos necessários, a serem desempenhados por empresas de consultoria detentoras de amplo conhecimento nas áreas de planejamento, organização e método, gestão de pessoas e auditoria interna, para desempenharem pelo menos as atividades listadas abaixo:

Task Name	Work	Starting	Deadline	Cost	Resource Names	Implementing Details
Validação Planejamento Estratégico CGE	24 hrs	Mon 26/10/15	Wed 30/12/15	R\$ 9.600,00	Consultoria em Gespública Pessoa Física; Equipe de Gestão CGE	O consultor deverá entender o ambiente de negócios da CGE, analisar o plano estratégico proposto, complementá-lo e documentá-lo adequadamente
Pesquisa sobre Clima Organizacional	240 hrs	Mon 01/02/16	Thu 30/06/16	R\$ 96.000,00	Consultoria em Clima Organizacional Pessoa Física; Equipe de Gestão CGE	Essa pesquisa será feita por um consultor independente ou em parceria com Universidades que

						disponham dessa experiência
Avaliação e Reestruturação Organizacional da CGE-PI	40 hrs	Mon 01/02/16	Thu 30/06/16	R\$ 16.000,00	Consultoria em Organizações e Métodos Pessoa Física; Equipe de Gestão CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado
Avaliação e Reestruturação do SCI-PI	40 hrs	Mon 01/02/16	Thu 30/06/16	R\$ 16.000,00	Consultoria em Organizações e Métodos Pessoa Física; Equipe de Gestão CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado

4.2. Plano de Cargos

A necessidade de rediscutir e ajustar o plano de cargos da CGE-PI está alinhada às recomendações da avaliação independente de maturidade em auditoria segundo o modelo IA-CM, conduzida na CGE-PI em parceria com o Banco Mundial, notadamente, à recomendação 1.2 (Anexo I). A recomendação advém da problemática de não haver uma definição clara das atribuições, responsabilidades, competências, e habilidades necessárias para ocupar cada cargo da carreira, bem como dos salários e benefícios inerentes a cada cargo. O plano de ação envolve contratar empresas de consultoria detentoras de amplo conhecimento nas áreas de planejamento, organização e método, gestão de pessoas e auditoria interna, para desempenharem pelo menos as atividades listadas abaixo:

Task Name	Work	Starting	Deadline	Cost	Resource Names	Implementing Details
Regulamentação geral para a ocupação dos cargos ao longo da carreira, bem como cargos de gestão	20 hrs	Mon 01/08/16	Fri 30/09/16	R\$ 8.000,00	Consultoria RH Pessoa Física; Equipe de Gestão CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado
Documentação das responsabilidades, as descrições e os níveis salariais dos cargos	24 hrs	Mon 01/08/16	Fri 30/09/16	R\$ 9.600,00	Consultoria RH Pessoa Física; Equipe de Gestão CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado
Estabelecimento dos critérios para o evolução na hierarquia	16 hrs	Mon 01/08/16	Fri 30/09/16	R\$ 6.400,00	Consultoria RH Pessoa Física; Equipe de Gestão CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado
Documentação dos perfis profissionais de competência para os cargos	20 hrs	Mon 01/08/16	Fri 30/09/16	R\$ 8.000,00	Consultoria RH Pessoa Física; Equipe de Gestão CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado

4.3. Gerenciamento da Carreira dos Profissionais

A necessidade de a CGE-PI assumir o gerenciamento da carreira de seu corpo técnico está relacionada às recomendações da avaliação independente de maturidade em auditoria segundo o modelo IA-CM, conduzida na CGE-PI em parceria com o Banco Mundial, notadamente, à recomendação 1.2 (Anexo I). A recomendação advém da problemática de cada auditor buscar de forma independente e não orientada, o desenvolvimento de suas competências. A CGE-PI precisa passar a gerenciar o desenvolvimento profissional do seu corpo técnico visando desenvolver ao longo do tempo as competências institucionais necessárias para suportar sua atuação, respeitando os perfis e as aptidões de cada indivíduo. O plano de ação envolve contratar empresas de consultoria detentoras de amplo conhecimento nas áreas de planejamento, organização e método, gestão de pessoas e auditoria interna, para desempenharem pelo menos as atividades listadas abaixo:

Task Name	Work	Starting	Deadline	Cost	Resource Names	Implementing Details
Regulamentação geral do gerenciamento da carreira dos profissionais	120 hrs	Mon 03/10/16	Wed 30/11/16	R\$ 48.000,00	Consultoria RH Pessoa Física;Equipe de Gestão CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado
Entrevista com cada Auditor	100 hrs	Mon 03/10/16	Wed 30/11/16	R\$ 40.000,00	Consultoria RH Pessoa Física;Equipe de Gestão CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado
Documentação das competências e deficiências (Perfilamento)	20 hrs	Mon 03/10/16	Wed 30/11/16	R\$ 8.000,00	Consultoria RH Pessoa Física;Equipe de Gestão CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado
Documentação dos objetivos de carreira e do horizonte de alcance	20 hrs	Mon 03/10/16	Wed 30/11/16	R\$ 8.000,00	Consultoria RH Pessoa Física;Equipe de Gestão CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado
Documentação dos programas de capacitação individual	20 hrs	Mon 03/10/16	Wed 30/11/16	R\$ 8.000,00	Consultoria RH Pessoa Física;Equipe de Gestão CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado
Documentação dos programas de aplicação prática	20 hrs	Mon 03/10/16	Wed 30/11/16	R\$ 8.000,00	Consultoria RH Pessoa Física;Equipe de Gestão CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado
Documentação do plano de acompanhamento da execução do plano de desenvolvimento profissional individual	20 hrs	Mon 03/10/16	Wed 30/11/16	R\$ 8.000,00	Consultoria RH Pessoa Física;Equipe de Gestão CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado

4.4. Gerenciamento das Capacitações

Historicamente, a CGE-PI tem se absterido de elaborar um plano periódico de capacitação para o seu corpo técnico, o que tem contribuído para a dificuldade de formar as competências que o órgão necessita. A necessidade de a CGE-PI passar a elaborar um plano periódico de capacitação está alinhada às recomendações da avaliação independente de maturidade em auditoria segundo o modelo IA-CM, conduzida na CGE-PI em parceria com o Banco Mundial, notadamente, à recomendação 1.3 (Anexo I). O plano de ação envolve contratar empresas de consultoria detentoras de amplo conhecimento nas áreas de planejamento, organização e método, gestão de pessoas e auditoria interna, para desempenharem pelo menos as atividades listadas abaixo:

Task Name	Work	Starting	Deadline	Cost	Resource Names	Implementing Details
Documentação e disseminação nas diretrizes gerais sobre capacitação	20 hrs	Thu 01/12/16	Fri 30/12/16	R\$ 8.000,00	Consultoria RH Pessoa Física; Equipe de Gestão CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado
Elaboração do primeiro plano anual de capacitação	40 hrs	Thu 01/12/16	Fri 30/12/16	R\$ 16.000,00	Consultoria RH Pessoa Física; Equipe de Gestão CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado
Documentação do plano de acompanhamento da execução do plano annual de capacitação	20 hrs	Thu 01/12/16	Fri 30/12/16	R\$ 8.000,00	Consultoria RH Pessoa Física; Equipe de Gestão CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado

4.5. Gerenciamento das Avaliações de Desempenho

Historicamente, a CGE-PI tem se absterido de avaliar periodicamente o desempenho de seus colaboradores. Apenas para efeito de estágio probatório é feita uma avaliação de desempenho, ainda assim, subjetiva. A CGE-PI passar a avaliar o desempenho dos auditores viabiliza a adoção de práticas meritocráticas de promoção e remuneração e está alinhada às recomendações da avaliação independente de maturidade em auditoria segundo o modelo IA-CM, conduzida na CGE-PI em parceria com o Banco Mundial, notadamente, à recomendação 1.4 (Anexo I). O plano de ação envolve contratar empresas de consultoria detentoras de amplo conhecimento nas áreas de planejamento, organização e método, gestão de pessoas e auditoria interna, para desempenharem pelo menos as atividades listadas abaixo:

Task Name	Work	Starting	Deadline	Cost	Resource Names	Implementing Details
-----------	------	----------	----------	------	----------------	----------------------

Regulamentação geral do processo de avaliação de desempenho	40 hrs	Mon 01/05/17	Fri 30/06/17	R\$ 16.000,00	Consultoria RH Pessoa Física; Equipe de Gestão CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado
Documentação do processo de avaliação annual de desempenho	20 hrs	Mon 01/05/17	Fri 30/06/17	R\$ 8.000,00	Consultoria RH Pessoa Física; Equipe de Gestão CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado

4.6. Implementações de Conceitos Técnicos de Auditoria

A implementação de conceitos técnicos de auditoria está alinhada às recomendações da avaliação independente de maturidade em auditoria segundo o modelo IA-CM conduzida na CGE-PI em parceria com o Banco Mundial, notadamente, às recomendações 2.1, 2.2, 2.3, 2.24 e 2.5 (Anexo I). A despeito de a CGE-PI ter iniciado este trabalho por meio da confecção de algumas peças técnicas como o Estatuto de Auditoria, o Código de Ética e o Manual de Auditoria de Conformidade, a validação dessas peças, bem como a implantação de um Programa de Asseguração da Qualidade e de um Manual de Auditoria Operacional envolve contratar empresas de consultoria detentoras de amplo conhecimento nas áreas de gerenciamento da qualidade e auditoria interna. Abaixo segue detalhadas as atividades no plano de ação:

Task Name	Work	Starting	Deadline	Cost	Resource Names	Implementing Details
Validação Estatuto de Auditoria Interna	24 hrs	Mon 02/05/16	Thu 30/06/16	R\$ 9.600,00	Consultoria em Auditoria Pessoa Física; Equipe de Auditoria CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado
Validação do Código de Ética	24 hrs	Mon 02/05/16	Thu 30/06/16	R\$ 9.600,00	Consultoria em Auditoria Pessoa Física; Equipe de Auditoria CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado
Validação do Manual de Auditoria de Conformidade	60 hrs	Mon 02/05/16	Thu 30/06/16	R\$ 24.000,00	Consultoria em Auditoria Pessoa Física; Equipe de Auditoria CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado

Instituição de um Programa de Asseguração da Qualidade	40 hrs	Mon 02/10/17	Fri 29/12/17	R\$ 16.000,00	Consultoria em Auditoria Pessoa Física;Equipe de Auditoria CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado
Instituição de um Manual de Auditoria Operacional	60 hrs	Tue 01/05/18	Fri 29/06/18	R\$ 24.000,00	Consultoria em Auditoria Pessoa Física;Equipe de Auditoria CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado

4.7. Customização e Implantação de Sistemas

A customização e implantação de sistemas são atividades ligadas diretamente à aquisição das ferramentas de software. São serviços inerentes à instalação, configuração, treinamento dos usuários e dos técnicos de manutenção, e à integração destas ferramentas de software com os outros sistemas da organização. A CGE-PI necessitará contratar consultoria especializada em TI e no conhecimento dos sistemas adquiridos, a saber:

Task Name	Work	Starting	Deadline	Cost	Resource Names	Implementing Details
Observatório da Despesa Pública	60 hrs	Mon 02/11/15	Wed 30/12/15	R\$ 24.000,00	Consultoria em TI Pessoa Física;Equipe de Auditoria CGE;Equipe de Gestão CGE;Equipe de TI CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado
Sistema de execução e relatoria de Auditoria de Conformidade	60 hrs	Mon 01/08/16	Fri 30/12/16	R\$ 60.000,00	Consultoria em TI Pessoa Jurídica;Equipe de Auditoria CGE;Equipe de TI CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado
Projeto de Organização e Integração de Dados	160 hrs	Wed 01/02/17	Fri 30/06/17	R\$ 160.000,00	Consultoria em TI Pessoa Jurídica;Equipe de Gestão CGE;Equipe de TI CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado
Sistema de execução e relatoria de Auditoria Operacional	60 hrs	Wed 01/08/18	Fri 28/12/18	R\$ 60.000,00	Consultoria em TI Pessoa Jurídica;Equipe de Auditoria CGE;Equipe de TI CGE	O detalhamento da implementação ficará a cargo do Consultor contratado

ANEXO I – RELAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELA AVALIAÇÃO INDEPENDENTE DO IA-CM NA CGE-PI, CONDUZIDA COM O APOIO DO BANCO MUNDIAL

A lista abaixo relaciona as recomendações específicas em ordem de prioridade que a CGE deveria adotar tão logo que possível.

1. Gerenciamento de Pessoas

- 1.1. Investir em treinamento, particularmente em orientações práticas para entender e atuar como auditores internos profissionais;
- 1.2. Identificar os requisitos de competências em vários níveis (por exemplo: auditor junior ou senior, líder de equipe, gerente de auditoria); documentar as responsabilidades nas descrições dos cargos e identificar os treinamentos, o desenvolvimento profissional e as habilidades necessárias;
- 1.3. Desenvolver treinamentos específicos para as necessidades individuais;
- 1.4. Desenvolver e institucionalizar um sistema de avaliação de desempenho que inclua, se apropriado, incentivos em função do desempenho;
- 1.5. Prospectar em que medida os níveis salariais podem ser aumentados de acordo com a evolução na carreira

2. Práticas Profissionais

- 2.1. Desenvolver um manual de auditoria interna e outras políticas, processos e procedimentos para direcionarem os auditores no trabalho de planejamento, execução, relatoria e acompanhamento dos resultados dos trabalhos de auditoria e definir as diretrizes para os papéis de trabalho;
- 2.2. Seguir os padrões profissionais de auditoria interna;
- 2.3. Adotar um código de ética profissional para auditoria interna;
- 2.4. Desenvolver e implementar um programa de asseguarção da qualidade em auditorias individuais para garantir que o trabalho seja revisado e as deficiências sanadas, quando identificadas;
- 2.5. Preparar e implementar um plano anual de auditoria interna que considere o universo de auditoria da CGE e inclua todas as auditorias propostas de acordo com o gerenciamento de prioridades e avaliação de riscos.

3. Serviços e Papéis de Auditoria Interna

- 3.1. Na área de conformidade, garantir que a auditoria interna foque na auditoria de conformidade de uma área em particular, ou de um processo ou de um sistema em relação às políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentos e contratos, ao invés de auditar transações ou operações em específico.
4. Relacionamentos Organizacionais e Cultura
 - 4.1. Avaliar a estrutura organizacional da CGE, incluindo a função dos Núcleos de Controle de Gestão e dos Auditores cedidos aos órgãos e recomendar ao Governador a estrutura mais apropriada para garantir que os objetivos estratégicos e operacionais da CGE e do Governador seja alcançados;
 - 4.2. Uma vez que a algumas funções da CGE parecem ser mais funções de gerência operacional do que funções de supervisão ou fiscalização, implementar processos e práticas que garantam que a função profissional de auditoria interna exista e que sua independência e objetividade seja preservada.
5. Estrutura de Governança
 - 5.1. Avaliar e comunicar acerca da adequação dos recursos para conduzir um plano apropriado de auditoria interna que seja capaz de cobrir os riscos críticos em um tempo razoável; considerar desenvolver e implementar um processo para identificar o impacto da limitação de recursos e comunicar esse impacto ao Governador;
 - 5.2. Considerar melhorar e aumentar a sensibilização dos gestores por meio do aconselhamento e apoio de outros clientes em nível estadual, e do apoio do CONACI, sempre que necessário; considerar encorajar a criação de uma Comissão de Gerenciamento do Controle Interno composta pelos secretários mais importantes para apoiar e defender a importância do controle interno e da auditoria interna.

ii. SUBCOMPONENTE 2.2: APOIAR A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE GÊNERO E ENGAJAMENTO SOCIAL

COORDENADORIA ESTADUAL DE POLÍTICA PARA MULHERES

O fenômeno da violência contra as mulheres tem afetado a vida de 49 milhões de mulheres brasileiras e, tendo em vista esse dado, faz-se necessária uma efetiva mobilização que alcance essa realidade, e o Estado têm um papel fundamental como principal responsável pela produção de ações capazes de reduzir o impacto da violência e desigualdade entre homens e

mulheres, devendo-se considerar também o racismo, sexismo e lesbofobia que as mulheres também padecem em seu dia-a-dia.

As Políticas Públicas voltadas para as mulheres devem ser entendidas de forma global, articulando ações em diversos setores do Governo, visto que em todas as áreas de atuação governamental as mulheres se encontram em situação desfavorável. Desta feita, as políticas propostas para as mulheres não podem estar isoladas das demais políticas desenvolvidas pelo Estado, tais como educação, saúde, trabalho, moradia, etc., sendo imprescindível que o ente estatal possa assegurar nas suas esferas de poder, ações direcionadas para reduzir essas diferenças.

Apesar dos avanços em nível de Políticas, sobretudo, de fortalecimento do Pacto Estadual de Enfrentamento da violência contra mulheres no Piauí, ainda constituiu-se como desafio a elaboração do Plano Estadual de Políticas para Mulheres, instrumento importante no fortalecimento das políticas para esse segmento.

O Plano Estadual de Políticas para Mulheres busca efetivar à igualdade de direitos e de oportunidades para todas as pessoas. É um instrumento de promoção, garantia e proteção dos direitos das mulheres. Seguindo os eixos estruturadores do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), ele traça objetivos, prioridades, metas e ações para a implementação de Políticas Públicas prioritárias nas diversas áreas de atuação do Governo do Estado do Piauí, considerando as especificidades étnicas, geracionais, situacionais, sociais, culturais, sexuais e regionais das mulheres piauienses.

Esta é uma demanda das mulheres do Estado do Piauí que participaram da III Conferência de Políticas para as Mulheres realizada em âmbito Municipal e Estadual em 2011, sob as diretrizes estratégicas estabelecidas pela 3ª Conferência Nacional de Políticas para as mulheres, que aconteceu em Brasília nesse mesmo ano.

Dessa forma, elaborar e implementar o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres a partir das deliberações da IV Conferência Estadual de Políticas para mulheres que acontecerá em Brasília - DF em março de 2016, constitui-se o grande desafio da Coordenadoria de Políticas para Mulheres do Piauí em articulação com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher.

1. ABRANGÊNCIA

O Plano Estadual de Políticas para as Mulheres traçará metas a serem implementadas em todos os Municípios piauienses, sendo que as linhas de ação especificadas no PEPM serão propostas de forma setorializada e considerando, em cada Município/Território: 1. Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica; 2. Educação para igualdade e cidadania; 3. Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; 4. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; 5. Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; 6. Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; 7. Direito a terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta; 8. Cultura, esporte, comunicação e mídia; 9. Enfrentamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia; 10. Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência; e contemplando os 11 territórios de desenvolvimento do Estado, quais sejam: COCAIS, CARNAUBAIS, VALE DO RIO CANINDÉ, CHAPADA DAS MANGABEIRAS, VALE DO GUARIBAS, VALE DO SAMBITO, VALE DO RIO PIAUÍ E ITAUEIRA, PLANÍCIE LITORANEA ENTRE RIOS, TABULEIRO DO ALTO PARNAÍBA, SERRA DA CAPIVARA.

2. CRONOGRAMA

- Oficina de sistematização - Abril/16
- Produção (discussão e posterior elaboração do PEPM) e impressão de material de comunicação e divulgação (publicitário) - Maio/2016 a Agosto/2016

3. RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO

- Nome da Instituição Executora - Coordenadoria Estadual de Políticas para Mulheres
- Responsável pelo projeto – Diretoria de Planejamento e Gestão



4. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

META:		4 - Elaboração do I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres											
VALOR TOTAL		R\$ 140.900,00											
ATIVIDADES													
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES						INDICADORES FÍSICOS				CUSTOS (R\$ 1,00)			
ITEM	ATIVIDADE	Período de execução	Executor	Regime	Local de Realização	Duração	Unidade	Quant.	Público	Quant.	Unitário	Total	
4.1	Oficina de sistematização	abr/16		D	Teresina	16h	Oficina	1					
	sub-item	Discriminação das despesas					Unid.	Quant.	Valor Unitário	Proponente	Banco Mundial	Total	
4.1	4.1.1	Contratação de serviços especializados (consultoria)					Hora-técnica	16	R\$ 150,00		R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	
4.1	4.1.2	Locação de espaço físico com capacidade para 40 pessoas, com equipamento de apoio completo, sendo, serviço de som, datashow e computador (2dias x 01oficina)					diária	2	R\$ 500,00		R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	
4.1	4.1.3	Alimentação - almoço e lanche (1oficina x 40pessoas x 2dias)					diária	80	R\$ 30,00		R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	
4.1	4.1.4	Aquisição de material didático (40pessoas x 1kit)					kit	40	R\$ 20,00		R\$ 800,00	R\$ 800,00	
4.1	4.1.5	Produção e impressão de material de orientação					kit	40	R\$ 15,00		R\$ 600,00	R\$ 600,00	
4.1	4.1.6	Locação de espaço físico com estrutura completa					diária	16	R\$ 500,00		R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	
Observações:									Total da Atividade		R\$ 0,00	R\$ 15.200,00	R\$ 15.200,00
ITEM	ATIVIDADE	Período de execução	Executor	Regime	Local de Realização	Duração	Unidade	Quant.	Público	Quant.	Unitário	Total	
4.2	Produção e impressão de material de comunicação e divulgação (publicitário)	maio/2016 a ago/2016		D		120 dias		1		3000			
	sub-item	Discriminação das despesas					Unid.	Quant.	Valor Unitário	Proponente	Banco Mundial	Total	
4.2	4.2.1	Folders com arte					unidade	3000	R\$ 1,90		R\$ 5.700,00	R\$ 5.700,00	
4.2	4.2.2	Cartazes com arte					unidade	3000	R\$ 5,00		R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	
4.2	4.2.3	Impressão do Plano (personalizado) + CD					unidade	3000	R\$ 25,00		R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00	
4.2	4.2.4	Produção e elaboração de vídeos					Unidade	6	R\$ 5.000,00		R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	
Observações:									Total da Atividade		R\$ 0,00	R\$ 125.700,00	R\$ 125.700,00

Total do Projeto = R\$ 140.900,00 (cento e quarenta mil e novecentos reais)

5. PPA e LOA

PPA

- Fortalecimento da Casa da Mulher Brasileira;
- Implementar projetos de empoderamento das mulheres valorizando e ampliando sua participação no desenvolvimento do Estado;
- Monitoramento da implantação e implementação de políticas públicas direcionadas à garantia dos direitos das mulheres;
- Promoção do atendimento às mulheres em situação de violência;
- Reestruturação e manutenção do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher e apoio e criação de Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher.

LOA

- Promoção do atendimento as mulheres em situação de violência;
- Capacitação de profissionais que atuam diretamente no atendimento as mulheres vítimas de violência;
- Capacitação de técnicos, gestores e conselheiros integrantes da rede de atendimento à mulher;
- Apoio, acompanhamento e monitoramento a implementação de políticas públicas direcionadas a garantia dos direitos das mulheres;
- Acompanhamento a implementação de serviços e diagnóstico e tratamento dos cânceres mais prevalentes nas mulheres e acompanhar as ações de enfrentamento a mortalidade materna;
- Promoção de capacitação de mulheres em situação de vulnerabilidade nos territórios.

OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Programas da Ouvidoria Geral do Estado do Piauí:

- **GESTÃO PARA A GARANTIA DOS DIREITOS DO CIDADÃO**

a) Finalidade: Examinar manifestações referentes a procedimentos e ações de agentes, órgãos e entidades da Administração pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, bem como de concessionário e permissionário de serviço público estadual, contribuindo para a melhoria da prestação de serviços públicos.

- **INTELIGÊNCIA E MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

a) Finalidade: Pesquisar e desenvolver tecnologias (Sistemas, ferramentas, modelos, métodos, procedimentos e teorias) a partir dos dados fornecidos pelo cidadão à Ouvidoria Geral do Estado, identificando a percepção dos mesmos e o desempenho do Poder Público nas diversas áreas de atuação. Uma maior participação popular nos destinos do Estado tornará imperativo o desenvolvimento de soluções inovadoras na coleta, tratamento, documentação e disseminação de dados e informações sobre demandas relativas à prestação de serviços públicos.

- **REGIONALIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO CIDADÃ**

a) Finalidade: Disseminar formas de participação do Cidadão por meio da diversificação do acesso e divulgação da Ouvidoria Geral do Estado, promovendo transparência, acessibilidade, qualidade da gestão, de forma a mobilizar e corresponsabilizar Estado e sociedade na construção de políticas públicas assertivas e na promoção da cidadania.

- **CIDADANIA PRÓ-ATIVA**

a) Produzir, documentar e compartilhar informações consolidadas e qualificadas sobre a percepção do cidadão para orientar e subsidiar a tomada de decisão e dar suporte a ações de articulação dos órgãos governamentais, entre si e com a sociedade civil

organizada, visando o alcance de resultados regionalizados efetivos e o alcance da estratégia governamental.

Os **Programas da Ouvidoria Geral do Estado do Piauí (POGE-PI)** serão desenvolvidos com o escopo de contribuir para o aperfeiçoamento e melhoria das atividades prestadas pelo Poder Público Estadual, viabilizar condições institucionais para o amplo exercício dos direitos dos administrados, colaborar com o fortalecimento da cidadania e inclusão social e agir com transparência, presteza e eficiência. Outrossim, é de fundamental importância identificar a situação organizacional e estrutural administrativa da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado do Piauí. De posse desse espelho, torna-se possível traçar estratégias de atuação, redistribuir de maneira sistematizada as Ouvidorias de apoio técnico e administrativo nas Secretarias Estaduais e nos onze territórios que compõem o Estado do Piauí, proporcionando a otimização da prestação de serviços disponibilizados à sociedade. O objetivo é, ainda, de posse do diagnóstico pretendido, mitigar a vulnerabilidade técnica, jurídica, econômica do cidadão, promovendo uma gestão mais democrática e eficiente e conseqüentemente executar as ações propostas no Plano Plurianual (PPA).

1.2. Organização

O projeto será realizado e executado pela Ouvidoria Geral do Estado do Piauí, tendo como gestora atual, a Ouvidora Geral do Estado do Piauí, Sra. Soraya de Carvalho Castelo Branco Soares e responsáveis mediatos.

1.3. Abrangência do projeto

O **POGE-PI** abrangerá todos os Órgãos da Administração Direta e Indireta que compõem o Governo do Estado do Piauí, verificando e atuando na elaboração de relatórios trimestrais de avaliações da atuação das Instituições, sugerindo mudanças na política institucional e em sua operacionalização, através de campanhas publicitárias para garantir o acesso à informação e a transparência na gestão pública.

1.4. Linha programática do programa

Implantação e implementação do Programa da Ouvidoria Geral do Estado do Piauí **(POGE-PI)**, será mediante a instituição de uma equipe de trabalho previamente designada que comporá as Ouvidorias de Apoio Técnico e Administrativo localizadas estrategicamente nas seguintes Secretarias Estaduais na cidade de Teresina, onde se encontram as sedes dos referidos órgãos:

- I – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural – SDR
- II – Secretaria do Estado de Administração e Previdência – SEADPREV
- III – Secretaria de Segurança do Estado do Piauí
- IV – Instituto de Assistência a Saúde do Servidor Público do Piauí – IASPI
- V – Departamento Estadual de Trânsito do Piauí – DETRAN
- VI – Secretaria Estadual da Educação – SEED
- VII – Instituto de Terras do Piauí – INTERPI
- VIII – Secretaria de Assistência Social e Cidadania – SASC
- IX – Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para Mulheres – CEPM
- X – Secretaria de Estado da Saúde – SESAPI
- XI – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR.

Em termos de abrangência a nível estadual, haverá uma consolidação de um Planejamento estabelecido em microrregiões do Estado do Piauí feita estrategicamente pela Secretaria Estadual de Planejamento do Estado do Piauí, na qual divide o Estado do Piauí em 11 (onze) territórios, com critérios bem definidos com relação às características de cada região.

Através dessa divisão territorial, a Ouvidoria Geral do Estado organizará em cada território, nas cidades polos, oficinas, seminários de discussões sobre a missão, objetivos da instituição e conseqüentemente a formação de capital humano para o controle social das políticas públicas estaduais para aproximar o cidadão.

1.5. Territórios e respectivos Municípios

Planície Litorânea	Cajueiro da Praia; Ilha Grande; Luís Correia; <u>Parnaíba</u> .
	Bom Princípio do Piauí; Buriti dos Lopes; Caraúbas do Piauí; Caxingó; Cocal; Cocal do Alves; Murici dos Portela

Cidade Polo: Parnaíba é um município brasileiro do estado do Piauí, possuindo uma população de mais de 150 mil habitantes, sendo o segundo mais populoso do estado, perdendo apenas para a capital Teresina.

Cocais	Barras (01); <u>Batalha</u> ; Campo Largo do Piauí ; Esperantina; Joaquim Pires; Joca Marques; Luzilândia; Madeiro; Matias Olímpio; Morro do Chapéu; Nossa Senhora dos Remédios; Porto; São João do Arraial.
	Brasileira; Piripiri; Piracuruca; São João da Fronteira ; São José do Divino; Domingos Mourão; Lagoa do São Francisco; Milton Brandão; Pedro II.

Cidade Polo: Piripiri é um município brasileiro do estado do Piauí. De acordo com estimativas de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população era de 62 600 habitantes

Carnaubais	Boa Hora; Cabeceiras do Piauí; Boqueirão do Piauí; <u>Campo Maior</u> ; Capitão de Campos; Cocal de Telha; Jatobá do Piauí; Nossa Senhora de Nazaré; Sigefredo Pacheco.
-------------------	---

	Assunção do Piauí; Buriti dos Montes; Castelo do Piauí; Juazeiro do Piauí; Novo Santo Antônio; São João da Serra; São Miguel do Tapuio.
--	---

Cidade Polo: Campo Maior é um município do Estado de Piauí. Os habitantes se chamam campo-maiorense. O município se estende por 1 675,7 km² e contava com 45 180 habitantes no último censo

Entre Rios	Alto Longa; Coivaras; Miguel Alves; Altos; José de Freitas; Lagoa Alegre; <u>Teresina</u> ; União; Pau d'Arco do Piauí.
	Beneditinos; Curralinhos; Demerval Lobão; Lagoa do Piauí; Miguel Leão; Monsenhor Gil.
	Agricolândia; Água Branca; Amarante; Angical do Piauí; Barro Duro; Hugo Napoleão; Jardim do Mulato; Lagoinha do Piauí; Olho D'Água do Piauí; Palmeirais; Passagem Franca do Piauí; Regeneração; Santo Antônio dos Milagres; São Gonçalo do Piauí; São Pedro do Piauí.

Cidade Polo: Teresina é a capital e o município mais populoso do estado brasileiro do Piauí.

População: 767.559

Vale do Sambito	Aroazes; Prata do Piauí; Santa Cruz dos Milagres; São Félix do Piauí; São Miguel da Baixa Grande.
	Barra D'Alcântara; Elesbão Veloso; Francinópolis; Inhuma; Lagoa do Sítio; Novo Oriente; Pimenteiras; <u>Valença do Piauí</u> ; Várzea Grande; Ipiranga do Piauí.

Cidade Polo: Valença do Piauí se chama Francisco Assis Alcântara. Para todas as ... O município se estende por 1 334,6 km² e contava com 20 325 habitantes

Vale do Rio Guaribas	Aroeira do Itaim; Bocaina; Geminiano; <u>Picos</u> ; Santana do Piauí; São João da Canabrava; São José do Piauí; São Luis do Piauí; Sussuapara; Santo Antônio de Lisboa; Itainópolis; Vera Mendes.
-----------------------------	--

	Alagoinha do Piauí; Alegrete; Francisco Santos; Monsenhor Hipólito; Pio IX; São Julião; Campo Grande do Piauí; Fronteiras; Vila Nova do Piauí.
	Belém do Piauí; Caldeirão Grande do Piauí; Francisco Macedo; Jaicós; Marcolândia; Massapê do Piauí; Padre Marcos; Simões.
	Acauã; Betânia do Piauí; Caridade do Piauí; Curral Novo do Piauí; Jacobina do Piauí; Patos do Piauí; Paulistana; Queimada Nova.

Cidade Polo: Picos é um município brasileiro do estado do Piauí. Conhecida como Cidade Modelo 76.544.

Vale do Rio Canindé	Cajazeiras do Piauí; Colônia do Piauí; Dom Expedito Lopes; <u>Oeiras</u> ; Paquetá; Santa Cruz do Piauí; São Francisco do Piauí; Santa Rosa do Piauí; São João da Varjota; Tanque do Piauí; Wall Ferraz.
	Bela Vista do Piauí; Campinas do Piauí; Conceição do Canindé; Floresta do Piauí; Isaias Coelho; Santo Inácio do Piauí; São Francisco de Assis do Piauí; Simplício Mendes.

Cidade Polo: Oeiras é um município brasileiro do estado do Piauí. Localiza-se a uma latitude 07°01'30" sul e a uma longitude 42°07'51" oeste, tendo uma população estimada em 2014 em 36 266 habitantes.

Serra da Capivara	Campo Alegre do Fidalgo; Capitão Gervásio Oliveira; João Costa; Lagoa do Barro do Piauí; São João do Piauí; Coronel José Dias; Dirceu Arcoverde; Dom Inocêncio; São Lourenço do Piauí; <u>São Raimundo Nonato</u> .
	Anísio de Abreu; Bonfim do Piauí; Caracol; Fartura do Piauí; Guaribas; Jurema; São Braz do Piauí; Várzea Branca.

Cidade Polo: São Raimundo Nonato é um município brasileiro do estado do Piauí, distando 576 km de Teresina, capital do Estado.

Área: 2.607 km²

População: 32.347 (2010)

Vale dos Rios Piauí e Itaueira	Arraial; Francisco Ayres; Floriano; Nazaré do Piauí.
	Nova Santa Rita; Paes Landim; Pedro Laurentino; Ribeira do Piauí; Socorro do Piauí; São José do Peixe; São Miguel do Fidalgo.
	Flores do Piauí; Itaueira; Pavussú; Rio Grande do Piauí; Brejo do Piauí; <u>Canto do Buriti</u> ; Pajeú do Piauí; Tamboril do Piauí.

Cidade Polo: Floriano 57.690 Floriano é um município brasileiro do estado do Piauí. Floriano situa-se na Zona Fisiográfica do Médio Parnaíba

Tabuleiros do Alto Parnaíba	Baixa Grande do Ribeiro; Ribeiro Gonçalves; <u>Uruçuí</u> ; Antônio Almeida; Bertolínia; Landri Sales; Marcos Parente; Porto Alegre do Piauí; Sebastião Leal; Canaveira; Guadalupe; Jerumenha.
------------------------------------	--

Cidade Polo: Uruçuí é um município brasileiro do estado do Piauí. Localiza-se a uma latitude 07°13'46" sul e a uma longitude 44°33'22" oeste, estando a uma altitude de 167 metros. Sua população estimada em 2010 cerca de 20.085 habitantes

Chapada das Mangabeiras	Colônia do Gurguéia; Eliseu Martins; Manoel Emídio; Alvorada do Gurguéia; <u>Bom Jesus</u> ; Cristino Castro; Currais; Palmeira do Piauí; Santa Luz.
	Redenção do Gurguéia; Avelino Lopes; Curimatá; Júlio Borges; Morro Cabeça no Tempo; Parnaguá.
	Santa Filomena; Barreiras do Piauí; Gilbués; Monte Alegre; São Gonçalo do Gurguéia; Corrente; Cristalândia; Riacho Frio, Sebastião Barros.;

2. CONTEXTO

2.1. Missão/objetivo da(s) organização(ões) responsável(is)

O objetivo da organização responsável pelo **Programa da Ouvidoria Geral do Estado do Piauí (POGE-PI)** é fortalecer o cidadão, diante de sua vulnerabilidade técnica e jurídica, gerando recomendações para a melhoria dos serviços públicos em seu âmbito, fazendo ponderações preventivas, mediando possíveis conflitos entre a relação cidadão x Estado e também prestando contas perante o cidadão. Dessa forma, o Governo do Estado do Piauí poderá contar com instrumentos adequados para fazer uma gestão eficiente, transformando-os em um mecanismo de função democrática com efetiva capacidade de regulação, que ajude a formular melhor a missão institucional e a alinhar a capacidade de trabalho interna de acordo com os objetivos e valores estratégicos nela contidos.

2.2. Contextualização/diagnóstico/justificativa

O Programa da Ouvidoria Geral do Estado do Piauí que ora se delineaia abrangerá todos os Órgãos da Administração Direta e Indireta que compõe o quadro administrativo do Governo do Estado do Piauí, sendo que obedecerá a um cronograma de execução, conforme tópico 05.

Outro grande desafio da Ouvidoria será a sistematização das informações e a sua análise qualitativa, através de relatórios gerenciais que possibilitarão, enquanto instrumento de gestão, dar visibilidade às medidas corretivas necessárias para que não haja reincidência sistemática de assuntos relativos à ineficiência da prestação dos serviços públicos, do atendimento realizado pela instituição ou mesmo de irregularidades cometidas por gestores ou servidores. Para isso está sendo elaborado um Plano de Assistência Técnica para a Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí que contém as ações para o fortalecimento do canal virtual através de um sistema de

protocolo/gerenciamento que será responsável pela concentração das informações obtidas do ambiente estadual (micro-regiões), como também das Ouvidorias de Apoio Técnico Administrativo, convertendo-os em informações consistentes e atualizadas com o objetivo de retirar conhecimento relevante aplicável que trará resultados tanto a curto quanto a médio e longo prazo, amparando os tomadores de decisão e oportunizando a transparência da administração pública do Governo do Estado do Piauí junto à sociedade.

Para maior transparência e confiabilidade do serviço, sugere-se que seja disponibilizado à ouvidoria, um software com sistema de gestão de ouvidoria que permitirá que as manifestações dos usuários sejam recepcionadas, analisadas, classificadas e encaminhadas aos órgãos da administração. Esse sistema servirá para que as manifestações sejam acompanhadas tanto pela Ouvidoria quanto pelo manifestante através de senha.

2.3. Participantes do projeto

2.3.1. Rede de parceiros (forma de gestão) O projeto está sendo elaborado com intuito de ser aprovado no Banco Mundial a disponibilização de linhas de crédito que permitirão através da Secretaria Estadual de Governo, a contratação de uma consultoria que se responsabilizará pelo acompanhamento, juntamente com a equipe da Ouvidoria Geral do Estado do Piauí, das ações desenvolvidas nos onze territórios do Estado do Piauí.

2.3.2. Público alvo → Os cidadãos usuário dos serviços públicos e administração pública estadual.

3. ORGANIZAÇÃO DO PROJETO

3.1. Objetivo geral → Proporcionar ao cidadão um instrumento de gestão ética, democrática e transparente e mitigar a vulnerabilidade técnica, jurídica dos usuários do serviço público. À longo prazo, pretende-se gerar recomendações, fazer ponderações preventivas e aprimorar conhecimentos técnicos para a melhoria dos serviços públicos.

3.2 Objetivos específicos

- ✓ Executar os Programas da Ouvidoria Geral do Estado do Piauí estabelecidos no Plano Plurianual (PPA), conscientizando da importância da medida e propósitos à longo prazo;
- ✓ Atuação através da divisão em microrregiões e ouvidorias de apoio técnico e administrativo.

3.3 Ações

- ✓ Capacitação da equipe de servidores da OGE;
- ✓ Visita à Ouvidoria da União e Ouvidorias modelos no país;
- ✓ Elaboração de relatórios Trimestrais estatísticos e de ações;
- ✓ Visita aos órgãos com maior volume de manifestações;
- ✓ Participação em eventos/encontros nacionais das Ouvidorias;
- ✓ Reunião com as ouvidorias de apoio técnico e administrativo;
- ✓ Relatório/Revista anual para identificação das ações desempenhadas.

3.4 Metas

- ✓ Promover reuniões com as Ouvidorias dos órgãos públicos estaduais;
- ✓ Levar os dados ao governador e nessas conversas estabelecer as linhas mestras que guiarão as atividades a serem desenvolvidas nos próximos meses;
- ✓ Ampliar e consolidar o órgão como uma fonte de relacionamento entre o Estado e a população;
- ✓ Ampliar a plataforma de atendimento;
- ✓ Desenvolver ações integradas e voltadas para o cidadão, fortalecer e ampliar a rede de Ouvidoria e traçar metas para melhorar o serviço de atendimento;
- ✓ Exercer a função de serviço ao cidadão e o Governo do estado;
- ✓ Colocar a OGE em um nível de excelência, quando o assunto é atendimento e controle social;
- ✓ Aperfeiçoar a qualidade do atendimento oferecido e garantir melhorias à estrutura da Ouvidoria Geral do Estado;
- ✓ Enviar as demandas para os órgãos, ou entidade específica, a qual a manifestação se refere, em tempo real;
- ✓ Atuar com mais celeridade na conclusão das demandas, o que possibilitará uma maior agilidade e eficiência na resposta ao cidadão;
- ✓ Ampliar e fortalecer as ações desenvolvidas pela OGE, melhorando as formas de intermediação, para atendermos aos anseios do cidadão;

4. INDICADORES E AVALIAÇÃO DO PROJETO

No entendimento da Ouvidoria Geral da União (CGU, 2011, p. 17), órgão que acompanha e supervisiona as ouvidorias públicas no Poder Executivo Federal, a Ouvidoria tem por propósito buscar soluções para as questões suscitadas com as manifestações; oferecer informações gerenciais e sugestões ao dirigente do órgão, visando o aprimoramento da prestação do serviço (CGU, 2011, p. 12).

Na Ouvidoria Geral do Estado do Piauí não deverá ser diferente, pois sua atuação se pautará como porta-voz do usuário interno e externo à instituição, sempre buscando respostas para as suas demandas.

Espera-se também, que a qualidade dos serviços prestados pela instituição melhore cada vez mais com a atuação da Ouvidoria, tendo em vista que essa atuará para auxiliar a Administração em pontos a serem aprimorados, e com isso contribuir para a satisfação dos cidadãos-usuários. Espera-se com essa atuação, melhorar os procedimentos, processos administrativos e acadêmicos no governo.

Dentro das perspectivas de atuação de uma unidade de ouvidoria pública, a Ouvidoria Geral do Estado do Piauí espera que se consiga alcançar os seguintes resultados, independentemente do órgão público que se implante a Ouvidoria:

- a) Melhorar o desempenho da administração;
- b) Contribuir para o aprimoramento dos serviços prestados pela administração;
- c) Facilitar ao usuário dos serviços prestados o acesso às informações;
- d) Viabilizar o bom relacionamento do usuário do serviço com a administração;
- e) Proporcionar maior transparência das ações da administração;
- f) Contribuir para o aperfeiçoamento das normas e procedimentos da administração;
- g) Incentivar a participação popular na modernização dos processos e procedimentos da administração;
- h) Sensibilizar os dirigentes das unidades da administração no sentido de aperfeiçoar processos em prol da boa prestação do serviço público; e
- i) Incentivar a valorização do elemento humano na administração.

Além do mais, estes resultados poderão contribuir para que se eleve ainda mais, os índices de satisfação dos usuários e de aprovação da imagem institucional, contribuindo assim para o aperfeiçoamento do atendimento e da valorização do cidadão, seja ele usuário ou servidor. As ações estão detalhadas abaixo com as suas respectivas previsões de gastos:

PLANO DE AÇÃO

OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

ITEM	CUSTO (EM U\$)	CUSTO (EM R\$)	CATEGORIA DE DESPESA	PERÍODO
1. Aquisição de equipamentos e licenças de softwares com interface web para gerenciamento da Ouvidoria Geral sobre as manifestações, sugestões e denúncias dos cidadãos.	102.564,00	400.000,00	Bens	1º ano
2. Aquisição de equipamentos para montagem de servidor virtual com objetivo de atender a interligação dos pontos de acesso para que o sistema da Ouvidoria esteja nos onze territórios do Estado do Piauí	102.564,00	400.000,00	Bens	1º ano
3. Capacitação e treinamento dos profissionais que atuarão na área das Ouvidorias do Estado.	25.641,00	100.000,00	Consultoria individual	1º e 2º anos
4. Campanha publicitária para divulgação dos canais de acesso ao cidadão fortalecendo a instituição nos onze territórios do estado do Piauí	51.282,00	200.000,00	Serviços de não consultoria	1º ano
5. Visitas de estudo à Ouvidoria da União e em outras ouvidorias estaduais.	10.256,00	40.000,00	Serviços de não consultoria	1º ano
6. Eventos para mobilização e divulgação dos objetivos e missões da Ouvidoria Geral do Estado nos 11 territórios de desenvolvimento.	10.256,00	40.000,00	Serviços de não consultoria	2º ano
7. Oficinas, seminários, capacitações para formação de capital humano nos territórios para controle social das políticas públicas estaduais.	20.513,00	80.000,00	Serviços de não consultoria	2 e 3º anos
TOTAL	323.076,00	1.260.000,00		

III – MODELO DE RELATÓRIO FINANCEIRO INTERMEDIÁRIO

IV – TERMOS DE REFERÊNCIAS

i. TERMO DE REFERÊNCIA – PEFA

